

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, lugar de Trancoso, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/06/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 12/2015, da reunião de câmara de 2015/05/20			Aprovação
2	Atribuição de apoio logístico e material ao Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, relativo à construção e implantação de piso desportivo no respetivo pavilhão	Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso	S. João dos Montes	Aprovação
3	Acordo de execução e contrato interadministrativo de delegação de competências - Antecipação de verbas relativas às transferências financeiras de dezembro 2015 - Remessa à Assembleia Municipal	Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz		
4	6ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e 5ª alteração ao plano de atividades municipais da Câmara Municipal para 2015			Aprovação
5	2ª revisão ao orçamento e plano plurianual de investimentos da Câmara Municipal para 2015			Aprovação
6	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (jardineiro) - Prorrogação do prazo para homologação da lista de ordenação final e remessa à Assembleia Municipal			Aprovação
7	Contratação de serviços de assistência técnica ao elevador da escola básica do Sobralinho - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
8	Fornecimento em contínuo de ferro para o Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
9	Fornecimento em contínuo de tintas para o Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, lugar de Trancoso, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/06/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Fornecimento em contínuo de ferragens para o Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
11	Fornecimento em contínuo de material elétrico para o Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
12	Fornecimento em contínuo de madeira para o Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
13	Contratação de serviços de limpeza e desobstrução do rio Crós-Cós e da ribeira de Santo António - Parecer prévio vinculativo e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
14	Alteração por adaptação ao plano de pormenor - Parque Ribatejo		Alverca do Ribatejo	Aprovação
15	Atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar - Ano letivo 2015/2016 - Compromisso de verbas - Remessa à Assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
16	Subsídio ao funcionamento e atividades - Ano letivo 2015/2016 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
17	Transportes escolares - Ano letivo 2015/2016 - Protocolo com o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho e Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
18	Transportes escolares - Ano letivo 2015/2016 - Transferências para as freguesias - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
19	Ação social escolar - Ano letivo 2015/2016 - Atribuição de subsídio para material escolar, visitas de estudo e livros - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, lugar de Trancoso, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/06/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
20	Transportes escolares - Ano letivo 2015/2016 - Compromisso de verbas - Parecer prévio vinculativo e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
21	Atividades de enriquecimento curricular - Ano letivo de 2015/2016 - Parecer prévio vinculativo e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
22	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
23	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
24	Pagamentos autorizados			Conhecimento
25	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
26	Estágio/formação em contexto de trabalho	Escola Profissional Gustave Eiffel		Aprovação
27	Contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do Concelho - Adjudicação			Aprovação
28	Exercício de direito de preferência sobre a fração "A", sita no Casal do Álamo, lote F	HABIPSP, CRL	S. João dos Montes	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, lugar de Trancoso, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/06/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
29	Exercício de direito de preferência sobre a fração "I", sita na praça Florbela Espanca, nº 28, 2º esqº (antigo bairro da Chasa, lote F47)	CHASA, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação
30	Empreitada de construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Minuta do contrato	Norcep - Construções e Empreendimentos, Lda		Aprovação
31	Empreitada de recargas de pavimentos 2015 - Minuta do contrato	Construções Pragosa, SA		Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
32	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
33	Alteração ao loteamento sito no Casal dos Baixinhos - Alto da Agruela - Alvará de loteamento nº 3/00, de 24/02	Carlos Manuel Paulino Barão e outro	Vila Franca de Xira	Aprovação
34	Loteamento sito na Pontinha ou Torre - Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução	Torres do Palácio - Investimento Imobiliário, Lda	Sobralinho	Aprovação
35	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 4 do loteamento Panasqueira I	Luís Martins e outros	Alverca do Ribatejo	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
36	Reabilitação da rua Alves Redol - 1ª fase - Conta final	FCJ - Obras Públicas, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
37	Remodelação da rua Dr. Miguel Bombarda - 1ª fase - Conta final <i>Realizado</i>	FCJ - Obras Públicas, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, lugar de Trancoso, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9h30, do dia 2015/06/17

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
38	Execução da EB1 e jardim de infância no Casal da Serra - Conta final	Pastilha & Pastilha, SA	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
39	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - 3º processo de revisão de preços	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
40	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - 3º processo de revisão de preços provisória do pontão rodoviário	Oliveiras - Engenharia e Construção, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
41	Protocolos para atividades de tempos livres - Ano letivo 2015/2016			Aprovação
42	Feira Anual de Outubro 2015 - Organização e procedimentos			Aprovação
43	Catálogo da exposição: "Mário Coelho: Da prata ao ouro" - Preço de venda ao público			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
44	Protocolo de gestão dos pavilhões desportivos escolares - Alteração de dotação			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
45	Ata em minuta da reunião			Aprovação

Fl. Livro _____
Fl. Ata - 001
Reunião de 2015/06/17
Ata nº 14/2015

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/06/17



Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, lugar de Trancoso, União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . José António da Silva de Oliveira;-----
- . Paulo Sérgio Pinto Rodrigues;-----
- . Maria de Fátima Pires Antunes. -----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores Rui Ribeiro Rei, pelas 9h45, e Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 9h48, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves -----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Assessoria-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, em substituição do diretor do departamento-----

Arqtª Teresa Laranjeira-----

. Chefe da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana-----

Urbª Ricardo Ramalho-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----


Engª Rosário Ferrão-----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

. Secretária da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz--



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 011

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SAUDAÇÃO AO UNIÃO ATLÉTICO POVOENSE -----

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando os presentes, nomeadamente o Sr. Presidente da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, dizendo que deixará algumas breves informações e depois passará a palavra ao Sr. Presidente, para fazer a intervenção que lhe aprouver, sendo que aproveita também para cumprimentar a Drª Sara Machado, que faz parte do executivo desta união tão extensa de freguesias. -----

Assim, começa por saudar o UAP - União Atlético Povoense, pelo facto da sua equipa de futebol de 11, de seniores, ter vencido a Taça da Associação de Futebol de Lisboa. -----

Não menos relevante é o facto da equipa de futsal feminina deste clube ter acedido ao campeonato nacional. É um trabalho longo, que deu finalmente frutos, e é de enaltecer o desporto feminino e aquilo que no concelho se tem feito para proporcionar às mulheres a prática desportiva. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, cumprimentando todos os presentes e dizendo que a CDU acompanha a saudação que o Sr. Presidente fez ao União Atlético Povoense, pela vitória que teve na final da Taça da Associação de Futebol de Lisboa, assim como os resultados do seu futebol feminino.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dando também uma nota sobre o UAP, pelos seus sucessos desportivos.-----





Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PROGRAMA MUNICIPAL DE ESTÁGIOS-----

O Sr. Presidente interveio, reportando-se ao programa municipal de estágios, dizendo que perto de 10 empresas assinaram o documento de adesão ao programa, que atribuirá 20 estágios, número máximo previsto no programa.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015-----



Interveio o Sr. Presidente, informando que no orçamento participativo de 2015 a análise técnica apurou 55 propostas, que podem ser conhecidas no portal do orçamento participativo, e que são agora sujeitas à votação que decorre até ao dia 31 de julho, através do portal ou do telemóvel, ao fim ao cabo, à semelhança do que tem acontecido em edições anteriores.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU sabem que o regulamento foi alterado, que agora é possível, de uma forma individual, as instituições terem acesso ao orçamento participativo, mas, por aquilo que este ano conseguiram observar, provavelmente ter-se-á que repensar o orçamento participativo, e provavelmente a CDU irá apresentar uma proposta neste sentido.-----

Observando as propostas que são apresentadas, para já têm uma questão, que é o facto de os proponentes, em termos individuais, verem as suas propostas alteradas, e aquilo que propõem nada tem a ver com o que depois é apresentado pelo seu nome. Em termos das coletividades, tem que se pensar se valerá a pena utilizar o orçamento participativo para dar todos os equipamentos que agora são pedidos. Daquilo que vão vendo, os munícipes, a título individual, o que dizem, e não deixam de ter razão, é que ganha quem tiver mais sócios. É verdade que assim se sobe a participação do orçamento participativo, mas não lhes parece que seja esse o objetivo principal do dinheiro que o município deixou à disposição do orçamento.-----

Está-se a falar de 1 milhão de euros, distribuído, como se sabe, de acordo com o número de habitantes que cada freguesia tem, mas depois tem que se analisar muito bem se se quer que o orçamento participativo seja um segundo PAMA. Não lhes parece que foi para isso que foi feito e, portanto, deixam um momento de reflexão, que mais tarde irão colocar em proposta.-----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, para dizer que já se falou do orçamento participativo, quer pelo Sr. Presidente, quer pela sua camarada, Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, e o próprio gostava de perguntar e trazer um assunto ainda sobre o orçamento participativo de 2014.-----



Algumas das obras estão ainda por fazer, senão mesmo todas, inclusivamente há obras de 2012 e 2013 que ainda nem sequer estão concluídas dos orçamentos respetivos. Contudo, se no que diz respeito às obras de construção de raiz os membros da CDU conseguem perceber que há um lapso de tempo que tem de ser cumprido, porque têm de ser feitos projetos de arquitetura, projetos de especialidade, consultar as várias entidades para a execução de algumas das obras, não conseguem compreender por que razão um simples procedimento de aquisição de materiais leva um ano a estar concluído. -----

Refere-se, muito concretamente, e dando os exemplos, à Orquestra de Vialonga e aos bombeiros ou à banda filarmónica dos bombeiros, à escola de música dos bombeiros da Póvoa de Santa Iria. Estas duas entidades que ganharam o orçamento participativo de 2014 nas respetivas freguesias tinham, como proposta, que foi vitoriosa, a aquisição de instrumentos. Ora, trata-se de um procedimento de aquisição em que, mesmo ao abrigo das leis do Código dos Contratos Públicos, não há justificação rigorosamente nenhuma para levar um ano a estar concluído um procedimento de aquisição de instrumentos. No que diz respeito principalmente ao caso da banda da Póvoa de Santa Iria, o valor é muito alto, e aí tem de ser feito um concurso para essa matéria, mas nada justifica este ano de atraso. É muito tempo, e gostavam de perceber quais são os motivos para levar um ano a adquirir instrumentos e a serem entregues às instituições. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo um ponto de situação desde o início do orçamento participativo e a sua implementação, para os membros da Coligação Novo Rumo conseguirem avaliar se do milhão de euros que se dá para as candidaturas se gasta verdadeiramente um milhão de euros, ou gastam-se 300, 400, 200 ou 100. Depois, é o espaço de implementação nos anos subsequentes, e quanto tempo demora em média a implementação desse projeto. -----

Portanto, têm que avaliar isto para conseguirem medir o grau de sucesso ou insucesso do orçamento participativo. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o Sr. Vice-Presidente falará, não só daquilo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso disse, como também daquilo que foi dito pelo Sr. Vereador Rui Rei. O Sr. Vereador Paulo Rodrigues falou também sobre o orçamento participativo, aliás várias pessoas falaram sobre a matéria, o que quer

dizer que estão muito atentos a tudo o que se passa com o orçamento participativo, e ainda bem. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que referirá apenas três aspetos, que é o que vale a pena neste momento, tendo em conta o tempo disponível. -----

O primeiro é que este projeto de orçamento participativo tem-se vindo a consolidar no terreno com uma participação crescente por parte da população, com regras que são similarmente parecidas no que de melhor se faz sob o ponto de vista dos orçamentos participativos municipais no país e até no estrangeiro. Aliás, isso tem vindo a ser reconhecido, não só pelos números de participação das pessoas e das instituições e o empenhamento neste processo, mas também por quem, nas academias, estuda esta matéria. A autarquia teve ocasião, aliás, de ser convidada e de estar na Faculdade de Arquitetura de Lisboa o mês passado, a fazer a apresentação deste projeto, que é hoje reconhecido a nível nacional como um dos mais bem montados neste espectro do orçamento participativo. Portanto, a perspetiva é que continue. -----

Remeterá de novo o ponto da situação atualizada do orçamento participativo, de que aliás todos se recordarão, eventualmente, pois essa discussão foi feita com bastante detalhe e com uma apresentação bastante pormenorizada no mês de dezembro. Portanto, poder-se-á remeter de novo, uma vez que é uma discussão que está permanentemente em aberto e está disponível para a fazer. Faz parte da filosofia do orçamento participativo o próprio funcionamento ser escrutinado e discutido permanentemente, e o Partido Socialista está absolutamente aberto a melhorar o processo que, como diz, tem vindo a melhorar de ano para ano, e está certo que este ano melhorará ainda mais. -----

Faz ainda referência a uma questão muito concreta que foi levantada pelo Sr. Vereador Paulo Rodrigues, que diz respeito aos procedimentos administrativos ligados a este processo, recordando que as verbas referentes à possibilidade de arranque destes procedimentos ficaram disponíveis muito recentemente, com a inclusão do saldo da conta de gerência. Assim, apesar do que se possa dizer sobre esta matéria, a verdade é que os prazos estão todos a ser cumpridos, tanto mais que o que está definido é que os projetos vencedores do ano anterior sejam executados no próprio ano, e está-se muito longe do ano de atraso. Está-se a 6



Deliberação nº

meses do início deste ano, os projetos estão todos em curso, os procedimentos estão todos em curso, e a ideia é que fiquem concluídos este ano. -----
Só não ficarão concluídos este ano aqueles que eventualmente tenham algum problema de contestação no processo administrativo, por alguma empresa que concorra neste processo, e isso não se consegue dominar, ou eventualmente se houver algum que esteja dependente de alguma autorização de entidades externas, como aliás é o caso do projeto que ainda está pendurado de anos anteriores, que não depende da câmara municipal, que é a intervenção, com a colocação do ginásio ao ar livre, na zona da Castanheira, por cima do aqueduto da EPAL. Como está mesmo dependente da autorização da EPAL, não tem sido fácil conseguir essa autorização, porque tudo o resto tem estado a ser feito, como aliás já se discutiu na câmara municipal em variadíssimas ocasiões. -----
No entanto, remeterá essa informação atualizada aos Srs. Vereadores.-----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, informando que no próximo dia 19 vai realizar-se na Praça de Touros Palha Blanco a 20ª edição da iniciativa Passarelle D'Ouro. Portanto, estão todos convidados, aqueles que tenham possibilidade de estar neste dia, que crê que é sempre um momento muito marcante. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº _____

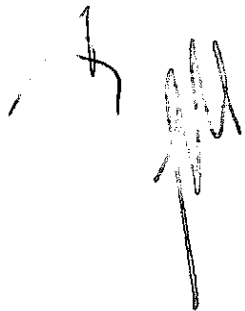
O Sr. Presidente interveio, dizendo que no dia 20 de junho, às 16h00, no Museu do Neo-Realismo, vai ser apresentado o livro “Meu Pai, o General Sem Medo”, memórias de Iva Delgado, apresentado pela sua autora, precisamente Iva Delgado.



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Mais tarde, às 18h00, será a conferência de imprensa para apresentação dos programas, estando também naturalmente todos convidados para amanhã.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DA CP, NO ÂMBITO DA LINHA DE SINTRA/LISBOA/AZAMBUJA, COM EFEITOS A PARTIR DE 14 DE JUNHO DE 2015 -----



O Sr. Presidente interveio, mencionando que os Srs. Vereadores têm na sua posse um ofício, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, enviado ao Engº Manuel Queiró, presidente do conselho de administração da CP-Comboios de Portugal, EP, a fim de referir e protestar contra a alteração que aconteceu nos horários da CP, na linha Sintra/Lisboa/Azambuja, que tem alguns inconvenientes para os utentes, principalmente da Castanheira do Ribatejo e também de Alverca do Ribatejo, e ao fim ao cabo um pouco para todos os utentes do concelho.-----

Solicitou-se ao presidente do conselho de administração a reanálise desta alteração, pelo que se fica à espera e insistir-se-á em tempo oportuno para que haja um outro olhar, e que os horários voltem àquilo que eram, ou pelo menos as alterações que possam vir a acontecer não prejudiquem os utentes.-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz interveio, acrescentando, em relação ao que o Sr. Presidente foi avançando, quanto às questões da CP, que a sua freguesia, nomeadamente São João dos Montes, tem um problema gritante com os transportes públicos e com a Boa Viagem, pois há aldeias que têm uma camionete de manhã e outra à noite.-----

Assim, pensa que se fosse possível estender a influência da câmara municipal através do documento que o Sr. Presidente acabou de mencionar também à Boa Viagem, as pessoas de São João dos Montes iriam agradecer, porque não se está a prestar serviço público, nomeadamente na questão dos transportes, nestas freguesias.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que o Sr. Presidente fez a introdução a esta carta, que dirigiu ao conselho de administração da CP, que os membros da CDU acompanham integralmente, mas julgam que deve ir muito mais além. A alteração que foi feita muito recentemente nos horários tem algumas nuances muito concretas. Apresenta um aumento da circulação ferroviária nas horas de ponta, e sempre era melhor ter dois do que só um, pois está-se a falar de um comboio por hora aos fins de semana e feriados, como se neste concelho não



morasse ninguém que trabalhasse em Lisboa aos fins de semana e feriados, sendo que há centenas de pessoas que têm que se deslocar para a capital para trabalhar nestes dias de cada mês. -----

Há uma redução dos horários noturnos dos comboios, principalmente ao final do dia, há dias inteiros em que o último comboio chega a ser da 01h00, 01h05 ou 01h10 da manhã, por exemplo, na Gare do Oriente, quando há dezenas de pessoas que moram neste concelho que trabalham, por exemplo, no Centro Comercial Vasco da Gama, que saem à meia-noite do serviço e não têm transporte ferroviário para se deslocarem para as suas casas. -----

Está-se a falar de um concelho que está autenticamente marginalizado por este horário, dando a sensação que para a CP o concelho de Vila Franca de Xira é um peso para o serviço público ferroviário e, como é um peso, tem que se aligeirar. Sobre esta grave situação do transporte público ferroviário, julgam que deve ir mais além a tomada de posição, e isto tem a ver com uma degradação progressiva ao longo dos anos do setor ferroviário, que tem sido desmantelado, com a redução de comboios, a falta de material, sendo o aumento das revisões do material das oficinas da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, cada vez maior.-----

Se se for, por exemplo, às oficinas de Campolide, vê-se lá a quantidade de material que nem se imagina que está estacionado, e que não tem reparação, porque, diz a CP, não há dinheiro para reparar aqueles comboios. Como não há dinheiro para os reparar, os comboios estão parados, e reduzem-se os horários para que possa haver mais composições a circular. Depois, alguns dos comboios que serviam este concelho às horas de ponta foram reduzidos de 2 composições de 4 carruagens para 1 composição de 4 carruagens, o que significa menos material para o mesmo número de passageiros. -----

Neste sentido, julgam que, quanto a este documento e esta carta, em que, como já disse, acompanham o que está escrito, tem que se ir mais além, e consideram que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira tem por obrigação ir mais além e ter uma tomada de posição pública relativamente a esta matéria.-----

Assim, dá já ao Sr. Presidente a indicação que a CDU vai fazer entrega de uma moção, na próxima reunião de câmara, para ser discutida e votada pela câmara



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que evidentemente que se tem que fazer mais do que o ofício que se enviou, se bem que o ofício é suficientemente esclarecedor e contundente relativamente àquilo que a CP fez. Contudo, vai-se continuar. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que se recebeu do Banco Alimentar um ofício de agradecimento sobre a campanha do papel por alimentos, que decorreu, no caso do concelho, na Casa da Juventude de Alverca, e que permitiu a recolha de 9577 kg de papel, o que veio também ajudar à concretização da recolha de muitos alimentos, que são tão necessários a muitas pessoas que, se não fosse através deste meio, teriam mais dificuldades do que aquelas que já têm em termos alimentares. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Portanto, subscrevem e acompanham a declaração do Sr. Presidente. _____



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

Declaração Política


Criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, com a atribuição da respetiva concessão à sociedade comercial anónima sob a firma Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA

Foi publicado no passado dia 29 de maio o Decreto-Lei n.º 94/2015, que cria o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, constituindo também a Sociedade de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, que irá proceder à sua exploração e gestão, em regime de concessão de exclusivo.

O diploma legal referido agrega oito sistemas multimunicipais de água e saneamento pré-existent, promovendo a sua extinção por fusão, bem como das respetivas empresas públicas concessionárias: Águas do Norte Alentejano; Águas do Zêzere e Coa; Sanest- Costa do Estoril; Simarsul; Simtejo; Águas do Centro; Águas do Oeste; Águas do Centro Alentejo.

O novo sistema englobará 69 Municípios no domínio do abastecimento de água, abrangendo 86 Municípios na área do saneamento.

Na sequência das posições já expressas no assunto em apreço, oportunamente transmitidas no âmbito da análise dos projetos legislativos que antecederam e conduziram ao Decreto-Lei em causa, entendemos que o novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, em que o Município de Vila Franca de Xira foi integrado, constitui uma solução ilógica e irracional, com tão grande número de Municípios abrangidos, supostamente preconizada em nome da poupança de custos, da economia de escala, do incremento da eficiência, da otimização de investimentos e recursos e da harmonização tarifária, que não tem em conta o papel histórico e essencial dos Municípios na prestação de serviços públicos




essenciais e que desconsidera a água e o saneamento como atribuições naturais e fundamentais dos Municípios.

O novo modelo desrespeita a autonomia do poder local democrático e afeta a confiança e as expectativas legítimas dos Municípios e das suas populações.

Verificando-se, com esta solução, uma alteração radical dos pressupostos e das condições objetivas e subjetivas das atuais concessões em vigor, a qual dispensou o acordo dos Municípios e prescindiu da concordância dos seus órgãos, legítima e democraticamente eleitos pelo povo.

Do Decreto-Lei em apreço, que entrará em vigor a 30 de junho próximo, importa salientar e reiterar, uma vez mais, um conjunto de aspetos e soluções que consideramos substancialmente negativos:

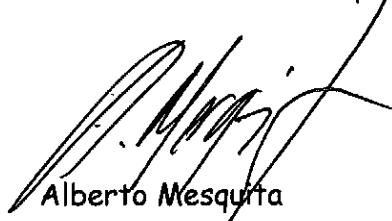
1. A reduzida participação social de cada um dos Municípios na nova sociedade concessionária, o que naturalmente provoca a diminuição da capacidade dos Municípios para influenciar a respetiva gestão;
2. O menor poder de influência em decisões com consequências diretas na gestão municipal dos serviços "em baixa", onde se integrará, inclusivamente, a fixação das tarifas ou preços;
3. O risco de redução da competência municipal na gestão direta da prestação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
4. A previsão da possibilidade de serem tomadas decisões unilaterais pelo concedente, na forma de mero despacho, destinadas à desativação de infraestruturas dos Municípios;
5. A desvalorização de ativos patrimoniais do Município, em decorrência da redução significativa da sua participação social e dos seus direitos patrimoniais como acionista;
6. A criação de um Conselho Consultivo na estrutura orgânica da nova sociedade concessionária, no qual terão assento os Presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios utilizadores do sistema, sem poderes efetivos, limitando-se à emissão de pareceres não vinculativos;

- 
- 
7. A concretização do objetivo da convergência tarifária através da extinção de sistemas multimunicipais financeiramente sólidos e sustentáveis, como é o caso da Simtejo, com outros cuja situação financeira se revela insustentável;
 8. A ausência da previsão de investimentos a realizar nos equipamentos e infraestruturas afetos à concessão após 2018;
 9. A inexistência de razões justificativas da atribuição da gestão delegada do sistema à EPAL, que não tem experiência na área do saneamento de águas residuais;
 10. O expectável aumento dos tarifários a pagar pelos Municípios e pelos municípios, com especial incidência negativa no caso dos Municípios que adquirem água à EPAL.

Pelas razões acima expostas, e porque, mais uma vez, o Poder e a Administração Central não demonstram respeito nem consideração pela autonomia dos Municípios, pela descentralização administrativa e territorial e pela subsidiariedade da ação do Estado em relação à ação das Autarquias Locais, que a nossa Constituição consagra, rejeitamos e rejeitaremos esta solução, afirmando a nossa oposição à criação do novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo bem como à extinção da Simtejo.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 16 de Junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal,



Alberto Mesquita



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROPOSTAS SUBMETIDAS A REUNIÃO DE CÂMARA-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, relativamente a alguns pontos da ordem do dia, que em primeiro lugar realça um sonho, uma pretensão ou, até, uma reivindicação do Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso. -----

Aquilo que gostaria de dizer à atual presidente, que, no fundo, vem na sequência de muitos pedidos de anteriores direções, e está presente o anterior presidente, que foi muito reivindicativo neste aspeto, é que hoje está convicto que vai ser aprovado um ponto da ordem do dia para finalmente o pavilhão ter um piso adequado para a atividade desportiva.-----

Pensa que é uma boa notícia, efetivamente há muito tempo que se tem vindo a conversar, e julga que hoje se vai concretizar. -----

Relativamente à preparação do próximo ano letivo, estão incluídos na ordem do dia pontos sobre atividades de animação de apoio à família na educação pré-escolar, atividades de enriquecimento curricular, transporte escolar e ação social escolar. ---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ -
MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, cumprimentando todos os presentes e dando as boas-vindas a este lugar ou aldeia de Trancoso, da freguesia de São João dos Montes, agora agregada na União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz. -----

Prosseguiu, dizendo que como no ponto 3 da ordem do dia existe matéria de facto relativamente a esta freguesia, gostaria de comentar ou tecer alguns comentários, mas antes agradecer ao Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso pela cedência da magnífica sala para a realização da reunião, e por todo o apoio que deu na realização, na montagem, e até pelo esforço que está a fazer por hoje presente, a abdicar do emprego para a realização da reunião. -----

Este lugar, esta aldeia maravilhosa da freguesia, faz parte de uma união que foi imposta pelas alterações legais, que todos conhecem, de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, e o que quer dizer é que a junta assumiu um compromisso desde a primeira hora, e pensa que praticamente toda a gente que está na sala, nomeadamente os partidos políticos, não abdicaria da manutenção de todas as juntas, da sua identidade, da sua autonomia, o que ainda agora foi exposto pelo Sr. Presidente da câmara, a autonomia dos municípios. Deveria e deve haver um compromisso muito presente da autonomia das freguesias, no que respeita, não só à autonomia na prática, como também do serviço ao povo, aos residentes e às populações.-----

Como se sabe, a freguesia tem três juntas e uma delegação, supondo o próprio que foi o executivo anterior da freguesia de São João dos Montes que abriu uma delegação nos Cotovios, e muito bem, considerando a desertificação e o tamanho desta imensa freguesia de São João dos Montes, e a necessidade daquele aglomerado populacional ter um apoio da sua freguesia, desde logo no que respeito aos correios, etc. Sabe-se o que se pode pensar e discutir sobre isto, o poder local, aos poucos, por força de leis que são altamente questionáveis, tem-se vindo a substituir a estes serviços sociais do Estado, e esta freguesia ou delegação



é da maior necessidade. -----


Assim, no ponto 3 da ordem do dia a junta de freguesia desta união vem solicitar 50% da tranche das transferências municipais do mês de dezembro, tendo em conta a gritante necessidade ou a hipotética possibilidade de incumprimento com o pagamento dos salários dos trabalhadores. Quanto ao porquê, julga que se deveria refletir, e que se deve discutir e rever, sob o ponto de vista da construção dos contratos interadministrativos e de delegação de competências que foram estabelecidos com as juntas, porque cada junta tem a sua realidade, tem as suas especificidades e, em determinada medida, este está completamente desajustado com a realidade da sua freguesia. -----

Têm-se os relatórios, e isso mais à frente será discutido, mas não está presente para fazer isso, está para introduzir este ponto, que manifestamente demonstra a necessidade desta junta, considerando que o executivo quer manter tudo como existia até ao momento, as três juntas, e não vai abdicar e de lutar por isso. Não há dúvidas, e quem o conhece sabe que o faz. -----

O problema não é o edifício estar aberto, são os 8 funcionários que estas juntas comportam, e quando as transferências que são colocadas via orçamento de Estado são cerca de 12 000,00€ por ano, é manifestamente insuficiente para conseguir garantir o pagamento dos salários dos 8 trabalhadores. A câmara municipal, através dos seus protocolos, delega ou paga a 3 funcionários o salário equivalente, se calhar ao início de carreira, que é, salvo erro, de cerca de 609,00€, mais os encargos sociais, e a realidade desta união de freguesias é que qualquer um destes trabalhadores está praticamente no fim de carreira, e tem um valor muito superior. -----

Pede desculpa ao Sr. Presidente por estar a colocar estas questões todas, mas a questão vai ser discutida e não pode intervir, pelo que gostaria de ter a oportunidade de a colocar. -----

Na opinião do seu executivo há uma necessidade gritante de se discutir e perceber o que se pode cumprir ou não em relação aos acordos de execução, se tem que haver reajustes ou não. No ponto de vista da sua junta tem que haver, porque, em bom rigor, o Sr. Presidente, no futuro, poderá perguntar-lhe porque é que esta ou aquela tarefa não está exercida. Em abono da verdade, e quem o conhece sabe



que não vai mentir nunca na vida, a junta, para poder pagar e manter a máquina com está até este momento, tem que utilizar o dinheiro que a câmara municipal paga para exercer determinadas funções, para pagar aos trabalhadores. Esta é uma realidade que não pode esconder, e que pensa que todos deviam equacionar o quanto antes.-----

Para concluir, a união de freguesias já fez uma reunião com o Sr. Presidente, supõe até que duas, sobre esta matéria, e têm estado a discutir até que o assunto aparecesse na ordem do dia para ser discutido, no sentido da câmara municipal prestar este auxílio e equacionar o resto. -----

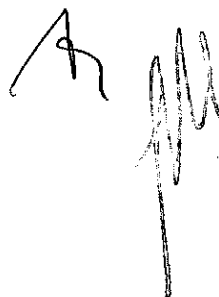
A união de freguesias fez chegar dois ofícios à câmara municipal, este, que está na ordem do dia, e um outro, em que pede um subsídio extraordinário, porque só se está a empurrar o problema para a frente, como se diz na gíria, com a barriga, e em dezembro estará outra vez com um problema gritante. Apesar de todos os esforços, ou de cortar nas despesas, não vai ser muito fácil manter toda esta máquina e processo, pelo que pediu um subsídio extraordinário, porque entende que, em determinadas medidas, a junta fez trabalho. É claro que ninguém pediu para o fazer, fê-lo porque quis, ao serviço da população, trabalho que entendeu que, em determinada medida, era da responsabilidade da câmara municipal. -----

Se lhe perguntarem porque é que se chegou até ao ano de 2014, o que responde é que a Junta de Freguesia de São João dos Montes transitou com algum dinheiro, mas que já estava previsto para pagar. A freguesia de Alhandra transitou com um saldo negativo, não vai esmiuçar isto, só o está a dizer porque é preciso, para as pessoas perceberem, e a freguesia da Calhandriz transitou com 42 000,00€ ou com 44 000,00€. Associado a este valor a REN deu 50 000,00€ à junta no início do mandato, e por isso é que teve um "buffer", e teve capacidade ou liquidez financeira, até ao momento, de 90 000,00€. O orçamento não está desequilibrado, as coisas estão todas "à míngua", a junta tem é falta de liquidez. Este é que é o problema, que pensa que era importante esclarecer. -----

Terminou, agradecendo e desejando um bom trabalho a todos.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que se vai ter oportunidade de falar em muitas destas questões no ponto respetivo.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que continuará na questão do que disse o



Sr. Presidente de Junta, que se entronca num ponto que tem para levantar, que é o dos espaços verdes. Os membros da Coligação Novó Rumo fizeram um apanhado, neste momento, só praticamente do sul do concelho, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e têm 34 páginas com a fantástica gestão que se faz dos espaços verdes. -----

Ao começar no Forte da Casa, está tudo seco, no Bairro da Soda, está tudo seco, ao pé do Jardim 25 de Abril, está tudo seco, na zona da passagem superior, está tudo seco, sendo que no âmbito da construção daqueles parques recebeu-se um jardim que, a ser pago pelo orçamento municipal, 300 000,00€ ou 400 000,00€ não chegam para o pagar. Está tudo seco. Um jardim, como provam as imagens de 2009, estava verde, e está seco, não há dúvida sobre isto. -----

Na Póvoa de Santa Iria vê-se o espetáculo que é, junto ao quiosque. Na EN10, junto à praceta Ramalho Ortigão, vê-se qual é a situação. No Tágides Parque vê-se qual é o problema, na urbanização em cima, ao pé do novo café que abriu no sentido do Bairro dos Quintais, vê-se a situação em que está, com um jardim novo, recebido pela câmara municipal, pago pelo urbanizador e pelas pessoas que lá compraram os seus apartamentos. Está seco. -----

Junto às piscinas está seco, junto ao Mundo da Fruta está seco, no Casal da Serra está seco, tal como junto ao Alviela, ao magnífico supermercado do ALDI, cheio de clientes. Está seco. No Bairro Azul, que sabe que é um bairro social, os Srs. Vereadores é que dizem que são de esquerda e defendem as pessoas, está seco. Na zona dos Caniços está seco. Na Malvarosa está seco, e começou a melhorar, porque se começou a regar, mas gostava de saber porquê. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que foi de chover. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não foi nada de chover, e ao próprio custa-lhe a ganhar o dinheiro. Depois, há ainda a situação junto à entrada do Mcdonald's. -----

Continuou, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo têm uma intervenção a fazer a seguir, mas quer dizer ao Sr. Presidente que em muitas coisas que o Sr. Presidente da união das freguesias disse assinaria por baixo, até porque demonstrou, para já, uma clareza num conjunto de exposições que fez. Independentemente de discordar de algumas das coisas que afirmou em termos

conceituais, não pode nunca discordar da clareza e verdade com que apresentou à câmara municipal os problemas da freguesia.-----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador Rui Rei para desenvolver estas questões no âmbito da discussão do ponto 3 da ordem do dia. -----

Continuou o Sr. Vereador, referindo que termina a questão dizendo que em muitas das questões escreve por baixo, pensa é que se tem de refletir sobre o que se quer das juntas de freguesias e em que circunstâncias se quer. Até tomou nota, porque poderia ser o próprio a dizer que é a "máquina", mas o que é que se quer da "máquina"? Ela serve as pessoas, ou serve a política e os políticos? -----

Tem que se verificar isto, mas, recentrando-se nos espaços verdes, gostaria de chamar à atenção, e os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de ter uma explicação, porque aqui o tempo não resolve, só agrava, que Alverca do Ribatejo recebe 894 000,00€ do orçamento municipal e a Póvoa de Santa Iria 795 000,00€, pelo que a câmara municipal não anda a dar meia dúzia de tostões, e, pessoalmente, não está disponível para alimentar "máquinas" destas juntas de freguesia, que não se traduzem em benefícios diretos da população. -----

Tem muita pena, muita compreensão, mas as pessoas que andaram a criar aquelas "máquinas" têm que ser chamadas à responsabilidade, e não pode ser o dinheiro das gerações trabalhadoras deste país que anda a suportar toda esta incompetência e pouca vergonha, que é o que se passa no sul do concelho. É uma vergonha o que ali se passa na manutenção de todos aqueles espaços verdes, e as pessoas continuam a andar como se nada se passasse, como se a situação fosse absolutamente normal. -----

Considera absolutamente anormal o que se passa naquelas localidades. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria sobre a qual se vai ter que falar com mais acuidade, aquando dos relatórios que vêm à discussão, que depois irão à discussão à assembleia municipal, no sentido de avaliar o que cada uma das juntas fez ou não. Assim, das duas uma, ou isto é para levar a sério, ou então continua-se na mesma. Isto é para levar a sério, de acordo com a lei, e no ponto 3 da ordem do dia ter-se-á ocasião de desenvolver um pouco mais. -----

Também anda por aí, e também vê, e alguma coisa está a correr mal, até mesmo naquilo que é competência da câmara municipal. Por isso mesmo, teve há pouco



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº _____

O aviso está dado, e quanto àquilo que o Sr. Vereador referiu, parece que já andaram a regar, e é fruto também desta iniciativa que teve. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

VOTO DE PESAR – FALECIMENTO DE JOÃO MASCARENHAS-----

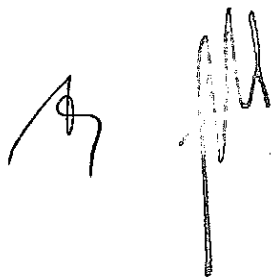
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando os presentes, e começando a sua intervenção apresentando um voto de pesar dos membros da CDU pela morte, na segunda-feira passada, de João Mascarenhas, uma pessoa conhecidíssima, principalmente na área tauromáquica, que leu seguidamente: -----

“João António de Carvalho Mascarenhas, natural de Constância, terra de Camões, talvez por isso a sua fluência na palavra e na escrita, nasceu a 30 de agosto de 1932, 84 anos. Viveu a sua infância em Vila Nova da Barquinha, como em Santarém, fixando-se ainda novo em Vila Franca de Xira. Estudou em Tomar no colégio Nuno Álvares. Na sua juventude chegou a tourear nas praças de Vila Nova da Barquinha e de Tomar. Era o decano dos críticos taurinos portugueses. -----

Realizou a corrida de toiros de morte em 1977 na praça Palha Blanco, em Vila Franca de Xira, com a participação de José Júlio, António Portugal e Rayito, da Venezuela. Foi colaborador de vários programas de rádio sobre a temática da tauromaquia, como na Rádio Renascença, Rádio Comercial, na RTP, na TVE de Espanha, onde teve o programa “Tauromaquia”, na TV México, na TV Estados Unidos, com um programa “Som da Comunidade”. Foi cronista e crítico de várias comunicação, como a “Nação”, “Vida Ribatejana” e “Voz Ribatejana”, diretor e proprietário do jornal “O 1º Tércio” e da respetiva tertúlia na década de 80. Em 1960 colaborou com Francisco Saalfeld no documentário “Homens e Toiros”. Participou em muitos e variados colóquios e com muitas intervenções sobre a temática da tauromaquia. -----

Ideólogo da noite da sardinha assada, do Colete Encarnado, não conseguiu convencer a autarquia, ao tempo, para serem implementadas em Vila Franca de Xira, no jardim municipal, as tasquinhas, uma ideia que trouxe do México, e que depois foi aproveitada, com o seu consentimento, por Santarém. -----

Fez parte da direção de empresas que geriram as praças de toiros de Vila Franca, Moita, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Tomar, Mourão e Alcácer do Sal. Foi apoderado de vários toureiros nacionais. Representante em Portugal de matadores e cavaleiros do México e de Espanha. Responsável dos rotários de Vila Franca de Xira, sócio nº 1 e honorário com distinção. Teve várias homenagens,



destacando-se a da cidade de Guadalajara, no México. Foi profissional e empresário da moda. Todos lembramos o estabelecimento na rua Alves Redol, "A Forja", cujo nome foi em homenagem a Alves Redol. -----

É com muita pena que o vemos partir, numa altura em que se está a preparar a implementação do Museu da Tauromaquia. A sua experiência e a sua sapiência seriam de valor para se conseguir esse desiderato." -----

Prosseguiu, dizendo que em tempos, quando levantou a questão do livro de José Júlio, em que a câmara municipal conseguiu avançar com esse desiderato, também falou na possibilidade de publicações de escritos de um ou dois livros de João Mascarenhas, que nos mandatos anteriores, por motivos que não interessa escarpelizar, nunca foram postos em prática. -----

Tem um acervo que alguns conhecem, não só da bancada da CDU, mas de todas as outras bancadas, da sua tertúlia. Infelizmente já está morto, mas gostaria de sensibilizar a câmara municipal para estas situações da família. -----

Sobre este pesar, e para terminar, diria, em nome da sua bancada, que a filosofia de vida de João Mascarenhas assentava no princípio, com os amigos, da amizade. --

Terminou, traduzindo, para português, dois versos de uma canção espanhola muito conhecida, de entre vários, de "Los del Río": "Algo se morre na alma, quando um amigo se vá". -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo o aspeto que o Sr. Vereador Aurélio Marques transmitiu, em que crê que todos estarão de acordo, o voto de pesar de João Mascarenhas. -----

Esteve com ele no último jantar dos rotários, teve ocasião de falar com ele, disse-lhe que estava com um aspeto muito melhor do que no ano anterior, mas o que é um facto é que, depois de sair do jantar, quando regressou a casa sentiu-se mal, teve um problema grave, foi para o hospital, de onde não saiu. Portanto, lamenta esta perda, como aliás o Sr. Vereador muito bem referiu no voto de pesar, ao qual está convicto que todos se associam. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo se solidarizam com o que foi dito em relação ao vila-franquense João Mascarenhas, e tudo o que foi dito é de facto mais do que justo. Portanto, estão absolutamente solidários e reconhecem todo o empenho que João Mascarenhas



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº _____

Terão todos que reconhecer aqueles que são os “nossos maiores” nesta matéria, aí não lhes resta a mais pequena dúvida, e estarão sempre ao lado desses que são de facto os “nossos maiores”. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

FESTAS NA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DE ALCAMÉ -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que gostaria de salientar, embora não seja de realização da câmara municipal, com muito agrado, as festas na Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, que se realizaram no dia 10 de junho, em que alguns estiveram presentes. -----

Mantiveram-se as tradições de campo, as religiosas e as pagãs. De manhã foi a parte religiosa, à tarde foram os campinos e lavradores, com a demonstração da Escola de Toureiro José Falcão, o coro do Ateneu Artístico Vilafranquense, do Notas Soltas, e fados. É evidente que foi desde o ano passado que se voltou a incrementar esta festividade, e é justo dizê-lo que teve o apoio da câmara municipal nas obras, o ano passado, bem como da junta de freguesia e da Companhia das Lezírias. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que foi um momento muito agradável, e mesmo para aqueles que não têm fé é um momento importantíssimo de afirmação das tradições do concelho. -----

Aproveita para registar outro aspeto que aconteceu neste fim de semana, que foi o cruzeiro religioso. Passou pela Vala do Carregado, por Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa de Santa Iria. Foram momentos também de grande afirmação da fé, e de afirmação daquilo que deve ser o olhar para o rio. Este cruzeiro religioso também tem em vista o esforço que todos têm que fazer para preservação do rio, sobretudo melhorá-lo, no que diz respeito ao seu desasspreamento e à melhoria da navegabilidade. -----



Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que foi colocada uma série de matérias relativas a acessibilidades, tomou-se a devida nota, vai-se analisar e dar-se-á resposta em tempo oportuno. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se à legalização há muito pretendida do Clube Recreativo da Subserra, dizendo que embora não seja uma obrigação da câmara municipal, como é evidente, é do clube, em tempos a autarquia ficou de dar uma “ajudazinha” nesta legalização. Portanto, os membros da CDU gostariam também de saber algo do Sr. Presidente. -----

A M

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ACESSIBILIDADES - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE A-DOS-LOUCOS
PARA O ALTO DA AGRUELA – AZINHAGA DA ESCOLA – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, e reportando-se a algumas questões relacionadas com a freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, em matéria de acessibilidades.-----

Em primeiro lugar, os membros da CDU gostariam de voltar a chamar a atenção para a necessidade da câmara municipal investir na requalificação da estrada de ligação de A-dos-Loucos para o Alto da Agruela, porque, para além da mais do que evidente falta de passeios e condições de mobilidade para peões, há um problema de conservação da via, que se prende com a inexistência de bermas e de estruturas de drenagem. Recordam o facto da câmara municipal se esforçar financeiramente para reconstruir essa estrada há alguns anos a esta parte, e neste momento, se se detiverem no seu estado de conservação, concluirão, sem qualquer tipo de hesitação, que a inexistência deste tipo de condições prejudica o tempo de vida útil e de conservação desta importante ligação rodoviária entre as populações de uma freguesia que, como já foi dito, é dispersa, e precisa de ter acessibilidades.-----

O mesmo diz em relação, por exemplo, à chamada Azinhaga da Escola, de ligação de A-dos-Loucos, entre a escola primária e o pavilhão desportivo da respetiva localidade, que precisa de remendos. Entram nesta azinhaga e deparam-se com um estado quase intransitável para todos aqueles que, ainda assim, para além do usufruto do complexo desportivo, são também residentes, o que prejudica francamente as condições de segurança da respetiva via. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se tomou a devida nota, vai-se analisar e dar-se-á resposta em tempo oportuno. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

aod 17



Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESTUDO DE DRENAGEM DA ZONA BAIXA DE ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU gostariam de saber em que ponto se encontra o estudo de drenagem para a zona baixa de Alverca. -----

Felizmente que os problemas relacionados com inundações e cheias na zona baixa de Alverca já não são aquilo que eram, resultado dos esforços financeiros por parte do município, porém, há ainda necessidades que estão há muito tempo identificadas, de regularização de linhas de água e encaminhamento de pluviais para os respetivos sistemas. -----

Assim, gostariam de saber se a câmara municipal e os SMAS já estão em condições de lhes poderem dar alguma informação sobre essa matéria. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se tomou a devida nota, inclusivamente é uma matéria que tem a ver com os SMAS, e o Sr. Vereador António Oliveira também vai analisar e dar a resposta em tempo oportuno. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, para dizer, como o Sr. Vereador Nuno Libório citou, e bem, que efetivamente se tem verificado já nos últimos dois ou três invernos, mais concretamente nos últimos, aumentos de pluviosidade, e já se verifica uma elevada taxa de drenagem. Quer-se ir mais longe, e pode dizer, como o Sr. Vereador conhece bem a zona, que em toda a intervenção que já se fez na zona dos impasses A e B, de um desvio pluvial a montante, já se notou agora nestes últimos dias, destas chuvadas, que vem apanhar a Capitão Meleças, e quer-se fazer um novo desvio na antiga Escola D. Pedro, para desviar para a zona do pavilhão, retirando ao nó da rua da Estação mais caudal. -----

Este caudal, depois do pavilhão, indo pela Escola D. Pedro, vai apanhar um novo coletor que se encontra em toda a linha da Nestlé, que vai à rotunda do Jumbo e desvia daquela zona ali, e nesta primeira fase vai-se já mandar desassorear e limpar, porque já tudo foi filmado, aquela zona está toda desassoreada, e é para ser feito nesta altura, sendo que tem quase a certeza que com este desvio praticamente a situação vai ficar resolvida. -----



Assim, como o Sr. Vereador deve ter verificado, por indicação da câmara municipal foram feitas grandes limpezas, não foi feita uma cosmética, foi uma limpeza. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Pode dizer que chegou lá, depois do trabalho feito, e mandou repeti-lo, e é um trabalho não de cosmética, mas de profundidade, à bacia de retenção e aos canais daquela zona toda habitacional, da rua da Estação, que está por trás. É fácil, e pode ser comprovado. -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata • 035

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

VENDA DA EGF NO ÂMBITO DA PRIVATIZAÇÃO DA VALORSUL-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU foram confrontados, aliás todos os presentes, também através da comunicação social, que a autoridade da concorrência se pronunciou sobre a venda da EGF ao consórcio SUMA – Mota-Engil, no âmbito da privatização da Valorsul, e, como é óbvio, não descartam também a via judicial para contestar e combater este processo de alienação de património público. -----

Por isso, acreditando e estando de acordo com as declarações que o Sr. Presidente proferiu junto da comunicação social, e na sequência da tomada de posição da presidência da câmara, gostariam de ter acesso aos termos de referência dessa contestação judicial, de poderem dar inclusivamente, enquanto vereadores, a opinião política sobre a mesma, e de saberem se dentro do prazo, que são os 10 dias decorridos após a notificação, a câmara municipal, à semelhança do que estão a fazer outros municípios do sistema multimunicipal, contestará e tentará limitar um processo que é a destruição de um importante esforço municipal, além do prejuízo económico que constituirá para todos os munícipes. -----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que a posição da câmara municipal é clara, é absolutamente assumida, com as ações que também já fez e aquelas que também vai fazer, a última das quais tem a ver com a Autoridade da Concorrência. A Autoridade da Concorrência, num determinado momento, achou que havia matéria para investigar, porque lhe parecia que a reprivatização ou privatização deste sistema à SUMA tinha alguns contornos, e que os critérios que têm de estar presentes num concurso destes não indiciavam uma concorrência leal. -----

Isto quer dizer que a SUMA, ao ficar com a privatização deste sistema, vai ficar com o monopólio relativamente à recolha de lixo, e diria quase em Portugal. O que vem agora a Autoridade da Concorrência dizer, segundo informação que lhe fizeram chegar, e que a câmara municipal vai contestar, é que “eventuais abusos, quer ao regulador da concorrência, quer à ERSAR, serão fiscalizados pelos municípios”. -----

Os municípios são minoritários, não têm força para impor o que quer que seja, e agora vão fiscalizar. De facto, é preciso uma lata e não ter pudor para dizer uma



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Assim, a câmara municipal vai contestar, porque não está nada de acordo com tudo isto. -----

[Handwritten signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
APROVEITAMENTO DA PEDREIRA DE TRANCOSO – ATERRO SANITÁRIO DO MATO DA
CRUZ-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo, porque se está em Trancoso, e porque a questão já foi há algum tempo levantada pelos membros da CDU, que os mesmos gostariam de reafirmar uma preocupação que têm em relação ao aproveitamento da exploração de margas e calcários ou da pedreira de Trancoso, que também é uma coincidência, pois é da propriedade do consórcio empresarial da SUMA - Mota-Engil.-----

O que diz é que não contarão, nem com o PCP, nem com a CDU, para nenhuma iniciativa que vise viabilizar a utilização desta pedreira para eventual utilização na forma de aterro, quando o aterro do Mato da Cruz esgotar a sua vida útil de utilização. Portanto, de uma forma clara, antecipada e para que não haja dúvidas sobre o posicionamento político partidário da CDU, reafirmam hoje na câmara municipal que não contarão com os mesmos para nenhuma iniciativa que vise a transposição do aterro para Trancoso. -----

Gostaria também, em nome da bancada da CDU, de dar uma sugestão. É importante que a câmara municipal informe desde já o sistema multimunicipal que, nos termos do plano diretor municipal, hoje esse tipo de atividade está proibido no concelho de Vila Franca de Xira, com a exceção do aterro no Mato da Cruz. Portanto, não vale a pena alimentar a ideia de se continuarem a fazer esses estudos de alternativa, incluindo a localização de Trancoso. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam muito de saber, porque afinal houve problemas no aterro sanitário do Mato da Cruz, mas acabaram por não perceber o que aconteceu, nem o que vai continuar a acontecer. -----

Depois, gostariam de ter uma noção do que vai acontecer no futuro, da câmara municipal com a Valorsul, os seus compromissos com a Valorsul, e com o futuro aterro sanitário. Na Coligação Novo Rumo ou no PSD vão-se ter algumas dificuldades, para não dizer impossibilidades, de voltar atrás com uma decisão que o Partido Socialista tomou no mandato anterior em relação àquela zona do Mato da Cruz. -----



Deliberação nº

Portanto, vai-se ter efetivamente um problema sério no concelho, e eventualmente sério da relação entre Vila Franca de Xira e o sistema multimunicipal.-----
Assim, aguardam com serenidade, mas o próprio espera que depois não lhes venham dizer que é preciso responsabilidade, pois responsabilidade é coisa que os membros da Coligação Novo Rumo têm vindo a ter ao longo dos anos. -----
O Sr. Presidente interveio, mencionando que o próprio, em sede de assembleias-gerais, já colocou esta matéria, e também vai um pouco naquilo que o Sr. Vereador referiu. Num determinado contexto histórico a CDU achou por bem que se deveria substituir a lixeira pelo aterro do Mato da Cruz, porque se concluiu, em termos solidários, que Loures ficava com a incineradora, Vila Franca de Xira ficava com o aterro, foi o acordo que se estabeleceu na altura, e sobre essa matéria não vai fazer muitas considerações. O facto é que o aterro existe, porque num determinado contexto houve um acordo nesse sentido, mas isso não quer dizer que hoje em dia a visão não tenha que ser outra. O executivo acompanha hoje a visão da CDU, justamente para dizer que o aterro, provavelmente hoje tem que escolher outro município, pois Vila Franca de Xira já tem a sua conta.-----
Está de acordo com isso, e em qualquer circunstância esta matéria vai ser informada. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

aod 22



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

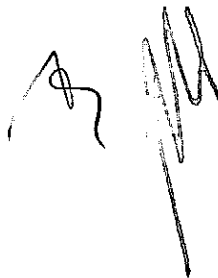
Interveio o Sr. Presidente, para dizer que o relatório será fornecido -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que a câmara municipal também se associa à subida de divisão do Grupo Desportivo de Vialonga. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

SAUDAÇÃO AO CLUBE RECREATIVO E DESPORTIVO DE TRANCOSO -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU gostariam de fazer uma saudação especial ao Clube Desportivo e Recreativo de Trancoso, por uma iniciativa que ao próprio traz recordações da sua meninice, as corridas de carrinhos de rolamentos, uma iniciativa extremamente gira e muito bonita.-----

Assim, gostavam de saudar o clube de Trancoso por se ter lembrado de retornar e trazer aos jovens aquilo que eram as vivências e brincadeiras do antigamente.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que, de facto, no passado, mudava várias vezes de ténis, quando descia a rua do Alto e a rua das Escadinhas. Na rua das Escadinhas só jogava à bola, porque era em escadas, e a rua do Alto é aquela que vem desde o túnel da EN10 até em baixo, quase ao pé da estação, em que com um giz fazia-se a marcação da via e depois faziam-se as corridas de rolamentos.-----

Depois, havia uns senhores já mais idosos, que moravam naquelas casas, que achavam que o barulho dos carros de rolamentos era uma coisa absolutamente terrível, e não os deixava descansar. Houve até um dia um senhor que saiu de lá completamente enfurecido, a querer apanhá-lo a si, aos seus amigos e aos carros, e dizia a um rapaz que ainda está lá na Póvoa que até faziam interferência na televisão. O rapaz respondia-lhe que com tanta interferência um dia destes o senhor ainda os via na televisão a passarem com os carros.-----

O senhor ficava de facto muito enfurecido, mas não deixa de ser de facto uma ideia extraordinária. Os ténis eram os travões, embora depois fossem pondo umas inovações, que eram umas borrachas que serviam para pôr os pés e iam travando.- Até houve umas inovações, que era pôr umas coberturas de borracha para tentar retirar o ruído, mas que retiravam a velocidade, porque a borracha depois agarrava-se mais à via.-----

Portanto, de facto são momentos interessantes, e aqui começa-se a ver que já se pode dizer “eu afinal sou do tempo em que andávamos de rolamentos”, e então caminha-se já para outra fase que não era a anterior.-----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Rui Rei por esta



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Hoje os jovens divertem-se de outra forma, mas é interessante reportarem-se a esses tempos, para, por um lado, reviver essas brincadeiras, e sobretudo fazer uma reflexão do que era o país nessa altura. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CEMITÉRIO DE SÃO SEBASTIÃO – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU gostavam de falar de algumas coisas que num passado muito recente já falaram, que até hoje continuam à espera de resposta, sendo uma delas a situação do cemitério de São Sebastião, em Alverca do Ribatejo, que hoje questionam, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando o ponto de situação do cemitério de Alverca versus Montalgrua, em que parece que a Montalgrua agora, além de ter atividade de gruas, quer ter atividade na área dos cemitérios. Portanto, diz que uma parte do cemitério é sua propriedade, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o ponto de situação em que se encontra esta disputa, e como é que se pode resolver ou, eventualmente, ajudar a resolver.-----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o Sr. Vice-Presidente falará, porque tem este processo consigo, e tem outras informações mais precisas que as do próprio, ou seja, há trabalho técnico que já foi feito e também ele vai informar o ponto da situação.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo, conforme aliás estava combinado, que se fez uma reunião no local com técnicos de diversas unidades orgânicas da câmara municipal, também com a junta de freguesia, e no âmbito patrimonial está a ser feito o levantamento e uma informação sobre se existe, de facto, alguma coisa que valha a pena em termos de recuperação, quer para a câmara municipal, quer eventualmente para a junta de freguesia, uma vez que a junta já estava a tratar dessa matéria, inclusivamente com a criação de um espaço de memória na zona do cemitério novo sobre o cemitério antigo.-----

Logo que haja alguma informação suplementar sobre esta matéria, dar-se-á em conformidade. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 045

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE URBANO NA 2ª FASE DA QUINTA DA PIEDADE - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se à situação do Parque Urbano na 2ª fase da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, de que os membros da CDU num passado muito recente já falaram, e que até hoje continuam à espera de resposta, de acordo com documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

O Sr. Presidente interveio, para dizer que, conforme teve ocasião de dizer na última reunião, talvez tenha havido alguma discrepância da sua parte relativamente à informação, o que assume com toda a naturalidade. -----

Contudo, aquilo que referiu na altura refere-o novamente, ou seja, a 1ª fase do estudo vai avançar, a 2ª fase irá avançar não sabe se este ano se para o ano, de qualquer forma vai recuperar algumas das matérias que foram colocadas. Aliás, as sugestões que os Srs. Vereadores colocaram eram mais da 2ª fase do que propriamente da primeira. A primeira é de estacionamento, que são muito necessários naquela zona, e pensou-se que a prioridade deveria ir por aí. Na 2ª fase, que é já a zona ajardinada, em que os Srs. Vereadores falaram de escolher outro tipo de mobiliário urbano, vai-se ter isso em consideração, como aliás já tinha referido anteriormente. -----



Deliberação nº _____

aod 28



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____



Fl. Ata . _____ 047 _____

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ENTREGA DE DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS OBRAS DO UNIÃO ATLÉTICO POVOENSE
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, para dizer que os membros da CDU
continuam à espera, e na última reunião de câmara o Sr. Presidente fez menção
que iria ser entregue ao gabinete da CDU, de um conjunto de documentos relativo
às obras do União Atlético Povoense. Não se vai adiantar muito nesta questão, só
recorda ao Sr. Presidente que já passaram 15 dias desde a última reunião de
câmara, ainda não foram recetores desses mesmos documentos, e esperam sê-lo
muito em breve. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
RETIRADA DO POSTE DE ALTA TENSÃO JUNTO AO CENTRO POPULAR DE CULTURA E
DESPORTO – PÓVOA SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, para dizer que não podia deixar de falar
de uma questão, que é o célebre poste de alta tensão junto ao Centro Popular de
Cultura e Desporto - CPCD, na Póvoa de Santa Iria.-----

Finalmente, 20 anos depois, mais de 20 anos depois, ou 40 anos, o poste de alta
tensão junto ao CPCD, na Póvoa de Santa Iria, foi retirado de lá, foi deslocalizado
aquele velho poste de betão, tendo sido substituído por um visualmente mais
agradável do que aquele mono que lá estava. Finalmente conseguiu-se isso, os
membros da CDU têm que dar os parabéns a quem pugnou para que isso
acontecasse, e resta agora fazer o resto, que é a tal célebre rotunda que tantas
vezes propuseram. Não é preciso ser nada de espetacular, é uma simples rotunda
para reordenamento do trânsito naquele local, e isso é algo que se faz muito
rapidamente, até pelos próprios meios internos da câmara municipal, e estão em
crer que poderá ser feito.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que regista, porque é sempre bom reconhecer
o que de bom se faz. Normalmente este fórum é para dizer aquilo que é necessário
fazer e aquilo que não está bem, mas de vez em quando reconhecer o que está
bem também é agradável.-----

De facto, sobre o poste do CPCD muitos falaram, muitos disseram que faziam, mas
foi feito agora.-----

Realça o trabalho feito pelo Sr. Vereador António Oliveira e também da EDP, pois
finalmente conseguiu-se encontrar uma solução. Também é justo reconhecer que
foi uma ajuda determinante, pois sem isso não era possível ter tirado de lá o poste.
O Sr. Vereador já diz, “bom, isto já está feito, agora façam o resto”, e vai-se fazer,
não sabe é quando. Efetivamente ali há de haver uma marcação de regularização
do trânsito, vai-se fazer, mas há outras coisas mais que a câmara municipal tem
previstas, e pode fazer chegar, tanto a uma bancada como a outra, alguns
pequenos estudos que se têm para aquela zona, já a prever justamente a retirada
do poste.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 049

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESCOLA DA ARMADA – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, cumprimentando todos os presentes, dizendo ter apenas três questões para colocar, e uma delas tem a ver com a Escola da Armada. Os membros da Coligação Novo Rumo souberam que o passado dia 8 de junho foi o final do prazo de apresentação de propostas à ESTAMO – Participações Imobiliárias, SA, para aquisição da Escola da Armada, que foi colocada à venda por 8 750 000,00€, quase 9 milhões de euros, e gostariam de saber se realmente a câmara municipal tem conhecimento se foi apresentada alguma proposta. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que ainda não se tem, da parte da ESTAMO, a informação de como correu a venda, se ficou deserta, e a informação que tem é a de que eventualmente terá ficado deserta, mas não tem a certeza. A câmara municipal não se candidatou, porque se está a falar num valor de 8 750 000,00€, e efetivamente só tem sentido fazê-lo em parceria, na medida em que é um valor enorme para um espaço que vai ficar ali expectante, e enquanto não tiver parceiros não vai avançar com um investimento tão alto. Não tem sentido, e não quer desequilibrar as contas. -----

Alguns compraram quartéis e outras coisas mais, que hoje estão por lá ao abandono, e o executivo não quer seguir essas situações. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO DE SITUAÇÃO DO TRIBUNAL DO COMÉRCIO-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando, relativamente ao Tribunal do Comércio, se a câmara municipal sabe dizer aos membros da Coligação Novo Rumo qual o ponto de situação sobre esta matéria. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que com a nova responsável pelo Instituto de Gestão do Património, do Ministério da Justiça, a Drª Juíza Albertina Pedroso, tem-se conversado num ou noutro momento, e está-se a tentar encontrar uma solução, que passa sempre, mais uma vez, pelo esforço financeiro da câmara municipal. -----

Como esse estudo tem que ser visto com muito cuidado, ainda não vai dizer em pormenor o que se passa, e em que pé as coisas estão. As coisas estão num estudo de uma proposta colocada à câmara municipal, mas passa sempre por ser ela a adiantar o dinheiro, o que é uma lástima, porque tudo isto era escusado. -----

A Drª Juíza, numa das reuniões que teve, defendia que o Tribunal do Comércio devia ter ficado no depósito, e devia, mas alguém disse que era muito fora de portas, não tinha dignidade e não sabe o que mais, coisas que nunca tiveram cabimento nos tempos que correm e não têm cabimento nenhum. Porém, agora também essa solução está hipotecada, na medida em que o Ministério da Justiça reduziu a área que tinha alugada, e o Ministério da Justiça não tem arrendada a parte que era suficiente para instalar o Tribunal do Comércio. Assim, perdeu-se uma bela oportunidade, porque a Drª Juíza, e foi pena não estar desde o princípio neste processo, estava de acordo que o Tribunal do Comércio estivesse no depósito. -----

Às vezes não há o bom senso necessário para resolver, porque isto é tudo bom senso, não é mais nada, nem é política. Não quer acreditar que seja política, e não acredita mesmo, pensa é que há uma grande falta de bom senso, às vezes, nas decisões que se têm que tomar e não se tomam. Isto quer dizer que agora a câmara municipal vai ter que, mais uma vez, encontrar uma solução, mas, do que depender da autarquia, todos depois, porque são todos os eleitos, numa fase mais madura da situação, terão que se pronunciar e aprovar uma solução que está neste momento a ser analisada. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

VANDALISMO EM VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se a uma situação que, segundo chegou aos membros da Coligação Novo Rumo, está a ser vivida em Vialonga, em que as pessoas se têm queixado duns atos de vandalismo, que têm a ver com incêndios de veículos. Para além de incendiarem os veículos que estão à volta, também provocam danos na via pública, nomeadamente nos passeios e pavimentos das estradas, e as pessoas queixam-se essencialmente que a GNR não tem feito um reforço de vigilância. -----

Não sabe se a câmara municipal poderá fazer também algum esforço, no sentido de sensibilizar a GNR que, de facto, parece que a situação está grave, e efetivamente a câmara municipal também acaba por ser afetada, porque os incêndios afetam o domínio público municipal, nomeadamente os passeios e os pavimentos das estradas. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo à Srª Vereadora, sobretudo pela sua capacidade de síntese. -----

Aquilo que diz é que se tem assistido a um vandalismo absolutamente inacreditável, e a GNR já foi avisada, no sentido de fazer aquilo que, na opinião do executivo, lhe compete, que é uma melhor vigilância, mas, como também a Srª Vereadora referiu, há um problema, que é falta de efetivos. A falta de efetivos depende da Srª Ministra da Administração Interna, que efetivamente deve encontrar as soluções para que, em zonas de maior dificuldade, coloque os efetivos necessários para uma melhor segurança dos cidadãos. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ACESSIBILIDADES AO LUGAR DE TRANCOSO – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando os presentes, designadamente o Sr. Presidente da junta e os responsáveis do Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, e dizendo que começa por levantar novamente a questão das acessibilidades ao lugar de Trancoso, na união de freguesias, relacionadas com a rotunda que deveria ser construída na estrada de Arruda para Alhandra, ou de Alhandra para a Arruda, dependendo da perspetiva, e na ligação que faz a Trancoso e à Calhandriz. É fundamental que se faça esta construção, e que se melhore aquele cruzamento e depois os acessos a Trancoso.-----

Quer na via da Calhandriz, quer na via de Alhandra, espera que com algumas obras que vão ser efetuadas, e com os estudos que venham a ser efetuados, se possa fazer, nalguns casos, o reforço dos pontões, e noutros a criação de zonas de passagem pedonal, para que os cidadãos possam dalguma forma circular em segurança.-----

Se se chegar pela estrada da Calhandriz, um pouco até Alverca, é a célebre rotunda da Betecna, que faz o cruzamento com o Sobralinho, que era também importante, já para não falar da questão dos cruzamentos na Calhandriz, que efetivamente a câmara municipal voltou a fazer, construiu duas vezes um acesso à Calhandriz, mas o problema de acessos, de entrada e saída na Calhandriz, permanece. O problema de insegurança permanece, e aquela informação que foi enviada aos membros da Coligação Novo Rumo não responde às questões.-----

No acesso principal da Calhandriz é perfeitamente possível impedir viragens à esquerda, e criar uma zona de proteção para a entrada na estrada nacional que ali passa. É perfeitamente possível e, quando dizem que os automóveis têm que ir aos cruzamentos, não estão a falar que as pessoas têm que andar mais 1km a pé, estão a falar que os carros têm que andar mais 500m ou 600m e virar. -----

Não se pode permitir que toda a gente vire em todo o lado a cada momento, porque é impossível, e portanto tem que se disciplinar isto, pois, caso contrário, têm que questionar os investimentos que se fizeram duas vezes na Calhandriz. Ao somar o investimento que se fez na Calhandriz e dividir pelo número de pessoas que lá habita, vai-se chegar a investimentos brutais, absolutamente irrealis e



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 053

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

irracionais. -----



Assim, quando a câmara municipal faz um investimento, porque a população da Calhandriz merece tanto como a população de Alhandra, da Póvoa de Santa Iria ou de Vila Franca de Xira, tem que haver consequência, não é para ter lá um viaduto e um cruzamento onde passam 10 carros por dia. Depois, não estão em segurança, porque há o problema do cruzamento mais em baixo, onde é capaz de dizer que hoje, mesmo sem ter dados, continuam a circular mais automóveis no acesso antigo do que no acesso novo. -----

Portanto, têm que se moralizar estas coisas e torná-las seguras, porque, caso contrário, o dinheiro não tem nenhum retorno. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Rui Rei colocou uma série de questões relativas a acessibilidades, algumas das quais já não são novas, e o executivo municipal comunga de todas, está de acordo com todas. Porém, alguns cruzamentos, nomeadamente no entroncamento de acesso principal à Calhandriz, colocaram-se as sugestões que têm sido colocadas pelo Sr. Vereador e também em alguns estudos que a autarquia fez, e a Estradas de Portugal recusa autorizar e dar parecer favorável em conformidade. -----

Pode fazer chegar essas mesmas informações, da Estradas de Portugal, sendo que hoje já não é Estradas de Portugal, é outra coisa, Infraestruturas de Portugal, e pode ser que melhore. -----

No entanto, está-se sempre disponível para dar o benefício da dúvida, e ir-se-á ver.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO NA ZONA RIBEIRINHA - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria de voltar a duas questões do sul do concelho. A primeira é a zona ribeirinha, em que os membros da Coligação Novo Rumo voltam a chamar à atenção dos problemas de manutenção que afetam a zona ribeirinha. -----

Assim, no dia 10 de junho, ou no dia a seguir, quando choveu, quem ia lá correr, porque o próprio esteve lá a correr, tinha que passar por cima do muro de pedra, pois já não passava na ligação entre os arrumos dos Avieiros e a zona em terra batida, uma vez que a câmara municipal, desde o dia da inauguração, ao contrário do que faz no jardim municipal de Vila Franca de Xira, nunca mais lá meteu 1cm² de "tout-venant". Estão várias zonas por manter, a criar buraco e regueiras, e a câmara municipal fez lá zero de manutenção. -----

Volta a chamar à atenção que todo aquele tabuado está a levantar, com falta de manutenção, e dentro em breve com graves problemas para as pessoas lá poderem circular, sendo que quem lá corre sente as tábuas a saltar. -----



Volta a chamar à atenção, e depois não vale a pena vir dizer que é o problema do vandalismo, quer do que as pessoas já colocaram nas redes sociais, quer inclusivamente do que os jornais locais já levantaram, daqueles postes que marcam a diferença da zona pedonal, que foram lançados para dentro das salinas há mais de 2 meses, e a câmara municipal não foi lá buscá-los e não os colocou no sítio. -----

Não se combate o vandalismo desta forma, aliás, a Srª ex-Presidente de câmara ofereceu um livro a todos os vereadores, na altura da maioria, que se chamava "Liderar", de Rodolfo Giuliani, ex-Mayor de Nova Iorque, estando lá explicado como é que se combate o vandalismo. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se também está lá retirar os postes de dentro da água. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que retirar os postes dentro de água é uma obrigação que tem a câmara municipal e todos. É uma obrigação que têm, e não se podem demitir dela. -----

Outra questão tem a ver com a iluminação que vai até à Praia dos Pescadores. Os



membros da Coligação Novo Rumo já falaram disso em reunião há mais de 6 meses, continuamente. As placas solares continuam lá partidas, a câmara municipal não faz coisa nenhuma, e daqui a uns tempos vai trazer uma proposta para se irem substituir aquelas placas, a dizer: "Malandros dos tipos que andam a partir as placas". Assim, pergunta, o que é que a câmara municipal fez, desde há mais de 6 meses a esta parte, para não dizer desde o dia da inauguração a esta parte, para resolver aquele problema? -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador refere uma série de questões, algumas são nitidamente de manutenção, outras são de vandalismo puro e duro, com o qual se tem que conviver e tratar o melhor que se souber. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes, começando pela iluminação pública da Praia dos Pescadores. -----

Pegando nas palavras do Sr. Presidente, em relação à EDP, o que diz é que efetivamente tem sido um calvário, é o termo, trabalhar com alguns setores desta empresa, mas não com todos. Neste momento está pendente o pedido de orçamento feito há 2 meses à EDP, para fazer toda a transformação e reparação da IP existente nos painéis, sendo que a EDP mandou um primeiro orçamento, com o qual não se concordou, pura e simplesmente. Voltou-se a insistir, e tem o compromisso da EDP que dentro de 2 semanas vai enviar nova cotação para as luminárias a aplicar. -----

Já se disse nesta reunião de câmara que se chegou a uma plataforma com a EDP, de praticamente concordar com os orçamentos na hora, porque se querem as coisas, já que demoram, e depois é a questão das taxas a aplicar pela câmara municipal, pelo que já se chegou ao ponto de quase aceitar os orçamentos. Neste caso entendeu que o que se estava a apresentar não era correto, devolveu o processo e está-se a aguardar. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao que se disse, que a EDP está a fazer a transformação completa da iluminação pública, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo e o próprio levantaram várias vezes o assunto, que está relacionado com a iluminação que lá foi colocada no âmbito do caderno de encargos. Pediu-se um orçamento à EDP, vai-se pagar, e perguntam o que é que acontece àquela iluminação que lá está, que foi pedida no âmbito do caderno de

encargos, e que se pagou.-----

Gostavam de saber o que vai acontecer, porque já se disse várias vezes que se falou com o projetista e com a empresa que instalou, e têm que saber o que se passa, porque o projetista, quando projetou disse que aquilo iria funcionar.-----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que esta é uma matéria que terá de ter evolução em termos de análise jurídica, se há um incumprimento. Por um lado, já se pediram esclarecimentos, que em alguns casos não são suficientes no ponto de vista da câmara municipal, e assim sendo há um processo judicial, no qual a autarquia, se tiver que ser ressarcida, terá que o ser. -----

Agora, há um problema, que é um eventual projeto que não corresponde àquilo que se disse que ia corresponder. Depois, há uma necessidade de resolver para não prejudicar mais os utentes, ou seja, a questão que o Sr. Vereador refere, e bem, terá que ser analisada e resolvida, com um processo em que eventualmente se vai ter que avançar contra o projetista. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que esta questão não é nova. O que é que os serviços já disseram sobre isto? Os membros da Coligação Novo Rumo vão pedir o agendamento deste ponto na próxima reunião, e vão solicitar aos serviços que escrevam o que estava previsto em caderno de encargos, o que é o que o projetista fez, qual a previsão para aquele espaço, quais foram os compromissos de iluminação e o que é que foi implementado, porque há uma coisa que para a sua coligação é absolutamente inaceitável, que a câmara municipal se predisponha a pagar primeiro e a pedir responsabilidades depois. -----

A câmara municipal tem garantias bancárias da obra, o Sr. Sidónio Pardal tem vários projetos feitos para a autarquia, e com certeza que há garantias da obra e têm que ser executadas. Não consegue entender o que se anda há meses a falar deste assunto, pois já se anda a falar há mais de um ano, e o executivo diz, um ano depois, que ainda vai estudar, depois de aquilo estar tudo partido e de ter dito que já lá foi várias vezes a empresa reforçar as baterias e os painéis. Foi o executivo municipal que disse, está gravado em várias reuniões da câmara municipal, e agora faz-se de conta que nada disto existe, vai-se pedir um orçamento à EDP, que se vai pagar, e ainda se vai estudar o processo jurídico. -----

Assim, pergunta se os serviços já escreveram sobre a matéria do incumprimento

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 057

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

que está feito sobre isto. Sim ou não? Parece-lhe absolutamente irregular, e está a dizê-lo, que é para ficar gravado. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador disse que vai apresentar um requerimento, pois que o faça. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que já está apresentado, para que se agende o ponto e se faça. -----



Interveio o Sr. Presidente, referindo que então nessa altura falarão, não valendo a pena estar agora a precipitarem-se sobre isso.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que os membros da Coligação Novo Rumo andam a falar, e o executivo não tem a coragem de impor responsabilidades a quem contratou. Esse é o problema, não tem a coragem. O Sr. Presidente lembre-se das palavras de há uns anos? A câmara municipal, com a contratação à EDP, está a pagar obras duas vezes, esta obra vai ser paga pela câmara municipal duas vezes.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador é muito ligeiro a dizer essas coisas. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não é ligeiro, é absolutamente afirmativo nesta matéria. É absolutamente irreal, irregular e inaceitável que se pague uma obra que a câmara municipal pagou já uma vez. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que está dito, e que se passará à ordem do dia. -



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PASSAGEM SUPERIOR DO FORTE DA CASA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que voltou a passar a correr na zona da passagem superior do Forte da Casa, e já perguntou sobre uma questão 2 ou 3 dias depois da inauguração. Como é que era a ligação pública da passagem até ao caminho que foi construído na zona ribeirinha do Forte da Casa? O Sr. Presidente sabe que não houve nenhuma alteração naquele caminho, pois a diferença foi que no dia em que lá passou não tinha chovido, de resto não há diferença absolutamente nenhuma.-----

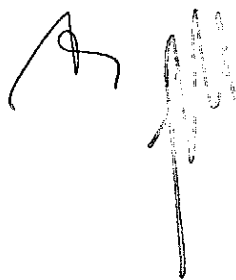
Neste sentido, volta a perguntar: Aquele cimento que lá está foi o que a câmara municipal pagou no caderno de encargos? O cimento parece terra, o próprio passa lá a circular, tem consigo fotografias e parece terra.-----

Chama à atenção que a porta do elevador cá em baixo está castanha, não está em aço inoxidável, que é a cor normal, pelo que pergunta o que é que se anda a fazer, ou se se anda a fazer gestão à “africano”, que é, “comer até ao osso” e depois volta-se a construir de novo.-----

Estas questões já foram levantadas mais do que uma vez, e continua-se a olhar para o lado, como se as coisas se resolvessem com o tempo. Elas não se resolvem com o tempo, e têm que se tomar medidas para que não se degradem verdadeiramente.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se está a agilizar uma forma de melhorar efetivamente esta questão da ligação pública ao rio, se bem que o Sr. Vereador coloca duas questões, sobre a questão do cimento e da porta do elevador, e o Sr. Vereador António Oliveira poderá falar.-----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, mencionando, em relação à porta do elevador, que o próprio esteve lá no sábado, verificou, e pode dizer que o empreiteiro ontem esteve lá com os serviços para arranjar uma solução para aquela porta, porque não pode estar assim.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
FÁBRICA DE BIDONS DA GREIF – INSTALAÇÃO DE MAQUINETA NA ESTRADA
NACIONAL 10 – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, para fazer uma ressalva, porque se esqueceu, que tem a ver com a Greif, a fábrica dos bidons, a antiga Van Leer, na Póvoa de Santa Iria. -----

Foi instalada uma maquineta encostada à EN10, que presume que seja para minorar os cheiros e a poluição que vêm da fábrica, mas não sabe, pelo que gostava de saber se a câmara municipal sabe o que lá foi instalado, mesmo encostado praticamente ao muro da EN10, e se sabe o ponto de situação. -----

Quer dizer também que no dia 10 de junho, à tarde, assim que se passava o viaduto do caminho de ferro, era absolutamente insuportável passar numa zona de 100m, pois apanhava-se com os cheiros e fumos que vinham da Van Leer e era absolutamente insuportável. Portanto, tem que haver medidas imediatas face àquela forma que se está a ter de enquadramento da fábrica com a cidade. Não é possível continuar a manter aquela situação, com aquela poluição, com aqueles cheiros para cima das pessoas, e há mais, não é de hoje, a junta de freguesia plantou árvores há uns anos junto à Van Leer, e algumas tiveram dificuldade em crescer. -----

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo querem uma avaliação ao que se está a passar e precisam de respostas concretas ao que a fábrica pensa fazer, já que está absolutamente integrada ali, o espaço ribeirinho é cada vez mais utilizado com tudo o que está pensado lá para baixo, e não é possível, além de que na EN10 moram centenas de pessoas que levam com aqueles cheiros todos os dias. Não é de hoje, mas levam com eles todos os dias. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes e dizendo que a câmara municipal teve ocasião de comunicar à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, aliás na sequência de uma reunião da assembleia municipal em que este assunto foi abordado, e a APA já colocou à empresa as questões que devia colocar e remeteu o assunto também para a CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional. Houve uma informação esta semana sobre esta



Deliberação nº

De qualquer das formas, o que teve ocasião de ler no jornal é que haveria um novo equipamento que entraria em funcionamento durante este mês de junho para evitar nomeadamente os cheiros, que era uma das coisas que chegou como queixas. Portanto, vai-se juntar mais esta informação suplementar, mas não tem nenhuma informação que não seja a que está hoje a dar, sendo que a insistência junto da APA sobre esta matéria seguirá com certeza ainda esta semana, porque foi a indicação que deu aos serviços. -----



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Todos desejam fazer tudo, fazer tudo nem sempre é possível, mas é possível fazer algumas das matérias a que se chamou à atenção, e fazer o plano da câmara municipal que se tem já há muito tempo, para o trabalho que é necessário fazer e que está perfeitamente definido.-----



Deliberação nº _____

Contudo, crê que haverá capacidade de falar deles todos. _____



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 12/2015, da reunião de câmara de 2015/05/20, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Aurélio Marques, por não ter estado presente. -----

Assunto: ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E MATERIAL AO CLUBE RECREATIVO E DESPORTIVO DE TRANCOSO, RELATIVO À CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO PISO DESPORTIVO NO RESPETIVO PAVILHÃO -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/06/09, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de apoio logístico e material ao Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, relativo à construção e implantação de um novo piso desportivo no seu pavilhão, até ao montante máximo de 40 000,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que este ponto é justamente o que foi falado no início da reunião, a construção e implantação do piso desportivo no pavilhão de Trancoso. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que os membros da CDU já o fizeram há pouco mas voltam a saudar o facto de, finalmente, o clube de Trancoso ter esta questão resolvida, pois já há vários anos era reivindicada, e inclusivamente foi colocada pela CDU em algumas reuniões de câmara, ainda no mandato anterior. -----

Em relação ao título, não lhes parece que seja o mais correto, e também não têm nenhum termo melhor para propor, mas deixam à consideração do Sr. Presidente. Não lhes parece que seja um apoio logístico e material, pois está-se a falar de uma empreitada, que é paga, e provavelmente não se pode chamar apoio financeiro, mas apoio logístico é que não é de certeza. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que juridicamente os termos corretos são estes. Agora, o que é preciso é rapidamente o pavilhão ser construído. -----

Assim, dá os parabéns ao clube de Trancoso. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, para dizer que os membros da Coligação Novo Rumo estão absolutamente de acordo com este apoio, e reconhecem todo o trabalho e empenho que a população de Trancoso, de forma empenhada e determinada, fez ao longo dos anos, na construção de todos estes espaços, incluindo do pavilhão. -----

Devem reconhecer essa determinação, porque hoje em dia não é fácil e cada vez é menos fácil encontrar esse empenhamento e a determinação da população na



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

[Handwritten signatures]

Assunto: ACORDO DE EXECUÇÃO E CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANTECIPAÇÃO DE VERBAS RELATIVAS ÀS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DE DEZEMBRO 2015 – JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/06/11, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da antecipação do pagamento das transferências financeiras mensais referentes ao mês de dezembro de 2015, em 50%, para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, no âmbito da celebração e vigência do acordo de execução e do contrato interadministrativo de delegação de competências, no valor total de 23 387,33€, correspondendo o montante de 17 069,95€ ao acordo de execução, e o montante de 6 317,38€ ao contrato interadministrativo, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU acompanha a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, e o próprio queria, em nome da bancada da CDU, tecer algumas considerações muito breves e que de certa forma resultam de uma apreciação coletiva que se está a construir sobre este tipo de matérias. -----

Em bom rigor da verdade, apesar da machadada administrativa imposta ao concelho de Vila Franca de Xira, hoje continua-se a lidar efetivamente com 11 freguesias, independentemente do juízo de opinião que se possa fazer relativamente à lei de extinção de freguesias e às suas consequências mais dolorosas, designadamente com repercussões no funcionamento das autarquias locais de freguesia, bem como na prestação regular dos serviços públicos a assegurar às respetivas populações. -----

A CDU é uma força política coerente, e por isso mesmo continua a afirmar que, pela sua parte, quer na presente legislatura, quer na futura, na sequência das eleições gerais para a Assembleia da República, tudo fará para a reposição das freguesias. -----

Na verdade, apesar desta apelidada reforma, que de reforma não teve nada, do ponto de vista prático continuam-se a ter 11 freguesias, 11 realidades e,

naturalmente, 11 visões próprias de lugares e de conglomerados do ponto de vista das suas necessidades.-----

No que a esta união de freguesias diz respeito, lida-se com situações que efetivamente são específicas, são distintas e são próprias. Trata-se da situação de uma freguesia de 3 freguesias rurais, dispersas entre si, com necessidades muito próprias há muito tempo identificadas e reconhecidas pelos poderes autárquicos, e com necessidades correspondentes em matéria de investimentos, quer da competência das juntas de freguesia, quer da competência da câmara municipal.--- Por muito que se queira fazer esse raciocínio, é impossível olhar para as freguesias no concelho de Vila Franca de Xira de forma idêntica ou igualitária. Há de facto especificidades concretas que exigem respostas diferenciadas, e este é o ponto de partida da CDU, e por isso mesmo a câmara municipal, nos termos da celebração dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos, celebrou majorações em função de realidades territoriais distintas, ou seja, atribuiu um reforço financeiro para determinado tipo de freguesias atendendo às suas próprias especificidades, até para colmatar insuficiências há muitos anos identificadas por parte das transferências da administração central dos sucessivos governos PS, PSD e CDS. -----

Os membros da CDU constatarem que, se fosse possível analisar as contas de uma forma universal, quase todas as freguesias do concelho de Vila Franca de Xira, e diriam mesmo do cômputo geral do país, não podem depender exclusivamente do Fundo de Financiamento das Freguesias, esses valores são manifestamente insuficientes. Portanto, é numa entreaajuda solidária entre a câmara municipal e as juntas de freguesia que resultará um esforço coletivo para a construção do poder local democrático no concelho de Vila Franca de Xira.-----

Terminou, referindo que esta questão valoriza uma que, a seu tempo, na opinião da CDU, terá de ser analisada, ponderada e refletida numa nova decisão competente por parte deste órgão, que é a necessidade de se olhar para as especificidades de cada uma das juntas de freguesia, no sentido de haver concordância para ajustes e revisões dos acordos de execução e contratos interadministrativos, que deverá pressupor a verificação, também na opinião da CDU, e cumprindo até o próprio espírito da lei, de três desideratos fundamentais. A



garantia, se há transferência de competências, que a câmara municipal deverá assegurar os meios logísticos e materiais, os meios humanos e os meios financeiros, porque poderá ser difícil assegurar a plenitude e a capacidade de resposta de serviço público se estas três condições ao mesmo tempo não estiverem plenamente asseguradas.-----

O espírito da CDU sobre este matéria é construtivo, tendo presente as responsabilidades enormes que tem no concelho de Vila Franca de Xira, e por isso mesmo quer aqui reafirmar o seu compromisso para construir soluções que atendam às especificidades particulares das juntas de freguesia, no respeito pela subsidiariedade e pela autonomia e valorização do poder local, que em abono da verdade serve, e deve continuar a servir, as populações do concelho de Vila Franca de Xira.-----

Portanto, os membros da CDU apoiam esta proposta e estão solidários com o conteúdo da mesma.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo pensar que com esta discussão hoje já existem alguns avanços, o primeiro é que o Partido Comunista mudou, e mudou porque normalmente pede tudo igual para todos, independentemente das especificidades, e hoje já vem dizer que é preciso ter em atenção que as juntas de freguesia não são todas iguais e é preciso tratá-las de forma diferente. Isto é um brutal avanço, é um avanço tremendo face a todas as realidades.-----

Diria que está à vontade para poder interagir com os Srs. Vereadores da CDU, não tem problema nenhum, acha isso uma delícia, mas a democracia é assim, tem regras, e devem saber-se respeitar uns aos outros.-----

A segunda coisa que gostava de dizer é que está praticamente de acordo, para não dizer que estará na totalidade de acordo com o que disse o Sr. Presidente da junta desta união de freguesias. Aliás, isto é uma realidade, porque tem escutado algumas das intervenções que tem feito e, genericamente, das que tem escutado, pode haver outras que não escutou, não pode dizer que tem grandes divergências face ao pensamento de como se enquadram, quer na forma da gestão das autarquias das freguesias, ou na forma como se devem juntar, ou como deveriam atuar para futuro. Nesse aspeto, pelo menos do que tem ouvido, acha que não têm grande divergência, muito pelo contrário.-----

No entanto, antes de ir à questão concreta, não deixa de achar delicioso, não é a questão do Sr. Presidente da junta, que já ressaltou e está de acordo, é a questão política que está subjacente a tudo isto.-----

A decisão que foi tomada em Vila Franca de Xira teve consequências, as decisões políticas têm consequências, as decisões em casa de cada um têm consequências, o ato de gostar ou não gostar de uma coisa tem consequências, e a verdade é que em Vila Franca de Xira, e ressalve-se, com maioria absoluta do Partido Socialista na assembleia municipal, o Partido Comunista fez aprovar uma proposta que tinha basicamente uma alínea, que era “nós somos contra a união das freguesias, a extinção das freguesias, o que fosse”. O que é que implicou imediatamente? Que fosse uma não pronúncia e que administrativamente fosse imposta uma reforma das freguesias ao concelho de Vila Franca de Xira. “Que fosse imposta”, sim, democraticamente, porque os deputados foram eleitos pelo povo. -----
Se o próprio utilizasse a teoria do Partido Comunista estava a pedir a demissão do presidente de junta, e estava a pedir a demissão dos presidentes de junta quando fecharam os parques infantis e não prometeram à população. É bom que se tenha memória, mas nunca o ouviram dizer isso, por uma razão, é um defensor dos mandatos dados pelo povo, o povo votou, ponto final, parágrafo, daqui a 4 anos o povo pronunciar-se-á de novo.-----

A verdade é que houve a extinção imediata das freguesias e uma reforma administrativa imposta, à vontade do Partido Comunista, com o apoio do Partido Socialista, e toda a gente sabia o que é que ia dar. Não é nenhuma novidade o que os membros do PS trazem a reunião de câmara, toda a gente sabia, e porque é que sabia, porque o concelho hoje tem 6 freguesias e podia ter 9, pois podia ter proposto uma reforma administrativa que o próprio Partido Socialista defendeu, a começar pelo Sr. Presidente da assembleia municipal, aliás defendeu-a tanto que hoje o Dr. António Costa, candidato a primeiro-ministro, não vem dizer que vai revogar freguesias nenhuma, mais, já tem autarcas do Partido Socialista que fizeram a união, na prática, das freguesias com nova bandeira e novo símbolo, como o caso da Póvoa de Santa Iria e do Forte da Casa. Portanto, não há nenhuma “promessa do Partido Socialista para”. -----

Veem-se promessas do Partido Socialista que diz que reverte a TAP, mas não se



veem promessas deste partido a dizer que reverte a SUMA, nunca se viu o Dr. António Costa vir dizer que se for primeiro-ministro vai reverter esta coisa, que o próprio está contra, do monopólio público transformado como monopólio privado. -- O Sr. Presidente interveio, pedindo ao Sr. Vereador para se recentrar no ponto, o Dr. António Costa e o Dr. Passos Coelho são pessoas muito respeitáveis e muito interessantes, mas para o caso não lhe parece que tenham algum interesse, apesar do próprio também ter muita consideração e respeito pelos dois.----- Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo querer dizer ao Sr. Presidente que não ouviu o Partido Socialista dizer que vai reverter nenhuma destas situações. Porquê? Sabe-se lá quem são os acionistas da SUMA. Não vai reverter coisa nenhuma. -----

Voltando às freguesias, isto é muito interessante, mas o que está hoje implementado em Vila Franca de Xira são algumas uniões de freguesias absolutamente irracionais, que é o caso de Alhandra, porque Alhandra deveria estar efetivamente junta e casada com São João dos Montes, e aliás não era um problema desta freguesia, eram os alhandrenses. Os próprios alhandrenses e uma parte das pessoas de São João dos Montes sempre disseram que era uma situação natural, porque Alhandra não tinha para onde crescer e São João dos Montes não tinha rio, portanto era natural aquela união, mas politicamente sobrepôs-se à realidade e à vontade das pessoas e o PC e o PS acabaram e disseram: "Não se faça nada disto, nós não queremos decidir". -----

Percebe o Partido Comunista, mas o Partido Socialista, que tinha ilustres autarcas que defendiam marcadamente a reforma administrativa, é que não percebeu, ainda hoje não percebe, aliás, tanto não percebe que o Partido Socialista, que era maioritário nas freguesias, passou a ser minoritário. O Partido Socialista, das 11 freguesias tinha 9, em 6 passou a ter 2. De facto, os eleitores e os militantes do Partido Socialista devem estar absolutamente deliciados com esta gestão política que o Partido Socialista fez do concelho de Vila Franca de Xira.-----

Interrompeu de novo o Sr. Presidente, perguntando o que é que o Sr. Vereador tem a ver com o Partido Socialista e aquilo que o Partido Socialista quer ou não quer.----

Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei o que é que o Sr. Presidente tem a ver com a sua intervenção, está a fazer uma intervenção que é sua, o Sr. Presidente não tem



nada a ver com isso.-----

O Sr. Presidente interveio novamente, solicitando ao Sr. Vereador que se centre no ponto, pois está a divagar e nunca mais daí sai.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que isso é um problema seu, não é do Sr. Presidente. O Sr. Presidente não interrompeu ninguém, então deve ouvi-lo.-----

Esclareceu o Sr. Presidente que quem está a dirigir a reunião é o próprio, o ponto da ordem do dia é muito claro, o Sr. Vereador já está a ir não sabe para onde, e pede que se recentre.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que é um problema do Sr. Presidente, o próprio não está a ir não se sabe para onde, está a falar na votação do Sr. Presidente, no que este votou. Com o devido respeito, recentra-se onde entender, é a democracia.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, solicitando que o Sr. Vereador se recentre no ponto, e que não esteja a “atirar bolas” para todo o lado.-----

Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei quais bolas, referindo que o Sr. Presidente parece que anda nervoso, e está nervoso.-----

Respondeu o Sr. Presidente que não é fácil, o Sr. Vereador dá a volta a tudo, quer ir para Lisboa mas primeiro vai à Campanhã, etc., e assim não dá, mas que continue a sua intervenção. Pede-lhe mais uma vez que se recentre naquilo que é o objeto do ponto, pois já está a ir para outras questões, que são muito louváveis e muito interessantes. O próprio tem todo o gosto em falar sobre elas e, como o Sr. Vereador deve calcular, também tem opinião sobre tudo isso, poderá ser divergente, e provavelmente convergente, tem todo o gosto em falar, mas no ponto propriamente dito devem falar dele, depois poderão falar numa outra ocasião sobre essas matérias.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se pode continuar, pois com esta intervenção o Sr. Presidente já falou mais do que o próprio.-----

O Sr. Presidente respondeu afirmativamente, dizendo que aquilo que pede ao Sr. Vereador é que se recentre, para que, de facto, saiam do ponto, senão não conseguem sair. Assim, pede a generosidade e tolerância do Sr. Vereador para o efeito.-----

O Sr. Vereador Rui Rei prosseguiu, referindo que a discussão desta questão das



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 071

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

freguesias não é indissociável da decisão que foi tomada. -----

A decisão que os membros do PS tomaram em sede de assembleia municipal é que leva hoje a estar a discutir em reunião de câmara uma freguesia que é Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, é essa a questão. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que quando vierem a reunião de câmara os relatórios há todo o cabimento para o Sr. Vereador falar sobre essas matérias, porque está-se a falar de outras coisas que não têm nada a ver com a união de freguesias, nem coisa nenhuma. Não sabe porque é que o Sr. Vereador não quer ir por aí, dá-lhe jeito politicamente, já percebeu, mas pede para prosseguir, a ver se se consegue terminar o ponto. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo não saber se o Sr. Presidente leu o documento que trouxe a reunião de câmara, mas se leu, o mesmo diz o seguinte: "Desde o sobredimensionamento da área da freguesia, que acarreta elevados custos em deslocações, comunicações e custos inerentes à necessidade de manter quatro delegações em funcionamento, a junção do quadro de pessoal resultante das três freguesias ...". -----

Continuou, perguntando se o Sr. Presidente ainda quer que lhe leia mais, e se o que estão a discutir não é um problema. Estão a discutir o que o Sr. Presidente mandou para si próprio, que é a irracionalidade de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, e o que o Sr. Presidente não quer é que o próprio discuta agora. -----

Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que o que consta do documento são as dificuldades que a junta de freguesia diz que tem e a obrigação da câmara municipal é ajudar esta união de freguesias, como qualquer outra, por isso é que o assunto vem a reunião de câmara. -----

Uma vez que o Sr. Presidente da junta colocou uma situação grave que tem, à câmara municipal compete ajudar o Sr. Presidente a fazer o seu mandato de uma forma conveniente, sem grandes sobressaltos, e sobretudo por uma coisa que é absolutamente essencial e vital, é que pode não haver dinheiro para tudo, mas tem que haver dinheiro para ordenados, e perante essa situação o executivo PS não teve dúvidas nenhuma em construir esta proposta. Poder-se-ão tirar ilações quando os relatórios vierem a reunião de câmara, e então sim, aquelas matérias todas que o Sr. Vereador está a colocar têm toda a razão de ser nesse momento.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 072

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

Agora, aquilo que lhe pede é que se centrem no objeto, é uma união de freguesias que está a pedir auxílio e apoio à câmara municipal, o Sr. Vereador já referiu as dificuldades que tem, e ao órgão câmara municipal resta verificar se esta proposta tem ou não cabimento. Quanto ao resto, quando vierem os relatórios é claro que falarão sobre as apreciações de outro tipo. Por isso, mais uma vez pede ao Sr. Vereador para continuar e terminar a questão do ponto propriamente dito, pedindo desculpa por o ter interrompido. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo não estar de acordo com o Sr. Presidente, até por uma razão, os membros do PS é que trouxeram o ponto, não foi o próprio, portanto, do que está escrito no ponto e da introdução que o Sr. Presidente da junta de freguesia fez, que está gravada, os problemas de Alhandra são avolumados por esta união de freguesias, é o que acontece, que os membros do PS e da CDU votaram e decidiram. -----

Perante uma manifestação da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, o Sr. Vereador Rui Rei disse poder ficar a tarde toda, não tem problema nenhum, mas não muda uma vírgula, os membros da CDU podem dizer o que quiserem, que o próprio nem sequer submete o seu discurso à sua censura. As declarações são submetidas previamente para as pessoas poderem falar, é a democracia, e depois, quando não se está de acordo, amua-se, viram-se as costas e vai-se embora. -----

O que quer dizer é que não foi a Coligação Novo Rumo que aprovou, foram a CDU e o PS que aprovaram esta união de freguesias e criaram esta situação absolutamente irregular, absolutamente irracional, que o Sr. Presidente de junta aqui disse e está transcrito no documento, que ainda diz mais: "Por outro lado, acresce que esta união de freguesias veio a exigir igualdade de tratamento entre os diferentes fregueses e que, devido às assimetrias existentes entre as zonas rurais e a zona urbana de Alhandra, foi necessário realizar um conjunto de investimentos muito significativo". -----

O próprio não pode estar de acordo com o que o executivo PS está a querer dizer, que o que quer é que o assunto passe normalmente, sem se poder discutir verdadeiramente a sua responsabilidade política quando tomou decisões na união das freguesias. O Partido Comunista percebe, era sempre contra tudo, portanto, é sempre a favor da última versão, da última versão da Constituição, da última



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 023

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

versão disto, da última versão daquilo, mais ao menos como os “burros com as palas”.-----

Perante a manifestação de uma pessoa presente no público, o Sr. Vereador Rui dirigiu-se ao Sr. Presidente, referindo que se aquele munícipe continuar vai pedir-lhe que o identifique, porque a um democrata não se pede essa atitude de má educação. Se o senhor voltar a fazer o que fez, pede ao Sr. Presidente que chame as autoridades para o identificar imediatamente, mais uma igual e o munícipe tem que ser identificado, porque o próprio não é da sua família e não tem que estar a ouvir o que disse, porque na sua família não há burros, não sabe se da do lado eventualmente haverá, não lhe venham com essas histórias, porque não aceita.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que, de duas, uma, ou o Sr. Vereador tem uma atitude conveniente, ou (...).-----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo não admitir isso ao Sr. Presidente, porque quem estava a ter uma atitude absolutamente mal-educada era o militante do Partido Comunista Português, o Sr. Presidente não foi capaz de o chamar à atenção, e agora está-lhe a dizer que tem uma atitude inconveniente. A atitude inconveniente foi daquele senhor que se sentou no público desde o primeiro minuto em que o próprio estava a falar, mas a si não o condiciona, nem na reunião de câmara, nem em parte nenhuma, era o que faltava, e o que o Sr. Presidente devia ter feito era chamá-lo à atenção, e não a si próprio. A si não chama a atenção, porque continua a falar o que tem que falar e o que veio aqui fazer.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o Sr. Vereador tem que se centrar naquilo que é o objeto do ponto, se assim fosse provavelmente já teriam terminado a sua discussão. Quando às questões que está referir, o próprio não se apercebeu, se se tivesse apercebido teria chamado à atenção, como já tem feito em outras ocasiões, o público tem um período para falar, e não tem que falar antes desse período. Todos têm responsabilidades e têm que as assumir, tanto os que foram eleitos como aqueles que estão a assistir às reuniões, os eleitos têm que dar o exemplo de ter um atitude conveniente na discussão dos pontos. Sendo assim, pede que o Sr. Vereador continue e termine a sua intervenção.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que o que quer referir foi o que disse o Sr. Presidente da junta, o qual transcreveu e consta do ponto que os



membros do PS apresentaram: “Por outro lado, acresce que esta união de freguesias veio a exigir igualdade de tratamento entre os diferentes fregueses e que devido às assimetrias existentes entre as zonas rurais e a zona urbana de Alhandra foi necessário realizar um conjunto de investimentos muito significativo, que se situam à margem dos protocolos de execução interadministrativa”. Isto é o reflexo daquilo que foi aprovado na assembleia municipal, que deu direito à não pronúncia. Foi esta a decisão que a CDU e o PS tomaram e levaram a esta irracionalidade, que é tão irracional que se chega à freguesia que faz isto, e depois fica ali A-dos-Melros, que ainda pertence a Alverca do Ribatejo, e por aí fora. É absolutamente irracional, e depois dá nisto. -----

Resumindo esta matéria, os membros da Coligação Novo Rumo poderão vir a estar de acordo com esta transferência desde que aquilo que é afirmado pelo Sr. Presidente de junta, os investimentos significativos, tenham que vir a reunião de câmara. Se lhe vêm pedir a si que passe um valor, acha legítimo que o faça, aliás a exemplo do que fez o Partido Comunista na câmara municipal em relação a outras freguesias, que é pedir que venha a reunião de câmara um relatório dos investimentos que foram feitos que levam a esta situação.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo não têm nenhum problema em reforçar esta matéria, porque como disse, e bem, o Sr. Presidente de junta, o problema foram as máquinas que foram sendo criadas. Criou-se uma máquina para a qual as juntas de freguesia não têm capacidade para alimentar se não tiverem o dinheiro da câmara municipal. Se por absurdo a câmara municipal não fizesse transferências, a maior parte das juntas de freguesia deste concelho estava absolutamente falida, não tinha dinheiro sequer para alimentar a sua máquina normal, a exemplo de Alverca do Ribatejo, logo quando houve alteração do Partido Comunista para o Partido Socialista, a junta de freguesia estava falida, não tinha condição financeira para subsistir. -----

Neste aspeto o próprio discorda, as juntas de freguesia não são feitas para alimentar as máquinas, são feitas para servir a população em primeiro lugar. Qualquer um dos eleitos da câmara municipal, em conjunto com as juntas de freguesia, em primeiro lugar tem que servir os objetivos finais da população, os seus legítimos anseios e interesses, e só depois tudo o resto que está onde os



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 075

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____



próprios se incluem, primeiro os serviços públicos que têm que prestar, só depois o resto.-----

Estão absolutamente de acordo que se honrem os compromissos assumidos e o salário dos trabalhadores, mas este ponto deve vir completo, estando completamente de acordo, não tem nada a opor, e votarão a favor se vier esta informação a reunião de câmara. A junta de freguesia deve enviar à câmara municipal todos os trabalhos que teve que fazer para, e bem, dar igualdade de tratamento a todos os seus fregueses, demonstrar exatamente aquilo que disse nesta reunião, e bem, e por isso o próprio está absolutamente de acordo e solidário com as necessidades do Sr. Presidente de junta e as dificuldades que apresenta, e num cenário desses os membros da Coligação Novo Rumo estarão absolutamente solidários e empenhados e votariam a favor dessa transferência, mas o ponto tem que ser completo, vir toda a informação, e a partir daí estarão disponíveis para votar este pedido da junta, que no fim será da mais elementar justiça. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que esta discussão é necessariamente feita em duas fases, porque uma reflexão um bocadinho mais aprofundada sobre esta matéria estará para breve, uma vez que finalmente anteontem foram recebidas as últimas informações da junta de freguesia que estava em falta, sob o ponto de vista do relatório de descentralização de competências. Portanto, haverá de se discutir essa matéria em próxima reunião de câmara, e não antecipará essa discussão, mas verificar-se-á certamente que o problema não está, nem nos acordos interadministrativos, nem nos protocolos de delegação de competências, e que o problema das juntas de freguesia, no geral, e no caso do concelho de Vila Franca de Xira, não tem a ver com esses dois instrumentos, que aliás são uma percentagem muitíssimo significativa das receitas das juntas. -----

Isso será uma verificação que se fará certamente na próxima reunião de câmara, ou na seguinte, e sob esse ponto de vista verificar-se-á que o problema não é esse, e não podia ser esse. -----

Deste modo, considera que vale a pena perceber porque é que o executivo PS traz este ponto hoje à câmara municipal, e é por duas razões que, para o Partido Socialista, enquanto assumindo a presidência da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, justificariam sempre que o assunto viesse hoje, porque o Sr. Presidente da

Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz apresentou à câmara municipal uma situação de um problema de tesouraria grave e urgente. O Partido Socialista, na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sempre manifestou total solidariedade institucional com as juntas de freguesia, sejam elas presididas por quem forem. A história do Partido Socialista na câmara municipal diz isso e o atual executivo orgulha-se disso, acha que a solidariedade institucional em situações graves e urgentes deve merecer da sua parte o que for possível fazer, e por isso é que traz esse ponto a reunião de câmara. -----

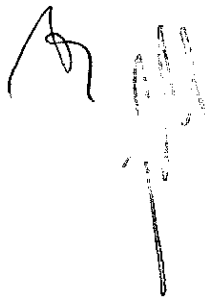
Uma outra razão que para o executivo PS também é fundamental, é porque a situação grave e a situação urgente que o Sr. Presidente da junta apresentou pode colocar em causa, de acordo com o que transmitiu, e também já disse nesta reunião, a questão do pagamento dos salários aos trabalhadores, e o Partido Socialista, na câmara municipal, como em qualquer junta de freguesia, pensa que é um valor suficientemente importante para ser discutido e aprovado tão rapidamente quanto possível, e por isso é que vem a esta reunião. -----

No entanto, isto levantou uma questão que também é importante, e que é importante que se reflita ao nível da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, mas naturalmente ao nível das juntas de freguesia todas, é que o papel dos autarcas hoje já não é só de boa vontade e de interesse em resolver o problema às pessoas, não chega. É preciso que todos tenham uma preocupação fundamental com a gestão das autarquias, e é o que se tem conseguido garantir na câmara municipal ao longo destes anos todos. -----

É absolutamente fundamental que não se gaste mais do que se tem e não se prescinda de receitas que fazem falta para a estabilidade das autarquias. Isto obriga, e sob o ponto de vista do Partido Socialista é uma opinião, enfim, diga-se que oficial, institucional, que a junta de freguesia apresente um plano urgente de gestão que permita, sob o ponto de vista da gestão financeira da mesma, garantir uma estabilidade que é absolutamente fundamental. -----

Sabe-se que estes planos podem não ser politicamente fáceis de implementar, mas têm que ser implementados, sobretudo se o problema já não é só de tesouraria e pode eventualmente ser financeiro. -----

O executivo PS está disponível, como é evidente, para o discutir, não é, como todos



sabem, no concelho e em nenhuma das juntas de freguesia, “muletas” de ninguém, mas sob o ponto de vista institucional, enquanto tiver a presidência do município, tem sempre esta posição de grande responsabilidade, e por isso é que o assunto vem a reunião de câmara. -----

Espera, como é evidente, que a câmara municipal, como tem sido o seu timbre ao longo destes anos, manifeste a solidariedade necessária com os autarcas da junta de freguesia, que é hoje a de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, que está a pedir, porque pensa que é o que se impõe neste momento, mesmo que seja preciso que ao nível da junta de freguesia haja também uma inflexão depois, a médio prazo, de uma nova forma de gestão, que reduza as despesas, que procure encontrar as receitas, é uma coisa que se discutirá certamente na próxima reunião, mas que também se pode discutir hoje, que diz respeito ao facto de, sob o ponto de vista do fundamento para esta necessidade, não poder ficar nenhum tipo de dúvida no ar de que o fundamento diz respeito aos acordos, porque não diz. Agora, há solução? Há certamente solução, a urgente e grave toma-se hoje, a câmara municipal tem condições para a tomar, a outra, mais profunda, tem que ser tomada ao nível da junta de freguesia, porque é a junta de freguesia que gere aquela autarquia. -----

Sob o ponto de vista político esta é a posição do Partido Socialista sobre esta matéria, que pode voltar a ela caso seja necessário. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que pretendia fazer algumas considerações, não relativamente às questões do relatório, sobre essas falar-se-á, mas quer dizer claramente que o problema não são os acordos de execução e o contrato interadministrativo, e isso vai-se ver claramente nos relatórios. -----

A questão é que um presidente de uma união de freguesias veio colocar um problema de tesouraria, não veio dizer que é uma questão financeira, é uma questão de tesouraria, que crê que será aprovada, porque a obrigação da câmara municipal é ter efetivamente solidariedade institucional, seja com quem for, é isso que se está a fazer, não pode discriminar nem beneficiar ninguém. Em um ou outro momento já viu em reuniões de câmara, até mesmo na discussão de determinadas matérias, que há determinados alvos sempre na primeira ordem do dia. Crê que os problemas são comuns em alguns casos, noutros nem tanto, e têm muito a ver



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata . 028

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

com a gestão que cada um faz das suas juntas de freguesia. As juntas de freguesia são absolutamente decisivas e importantes para fazer o trabalho do dia a dia, que é absolutamente necessário aos fregueses. -----

Há aqui um problema complicado, a câmara municipal vai ajudar o Sr. Presidente da junta neste problema, e depois o Sr. Presidente vai fazer uma avaliação de que forma poderá melhorar as questões de gestão da própria freguesia. Sobre esta matéria o próprio não deve, como é evidente, dizer mais nada, a não ser que, se as juntas de freguesias tiverem necessidade da ajuda da câmara municipal, do seu apoio, cá estará. -----

Tudo o que se disser mais que isto, é estar a relançar um debate que já foi feito, de uma reformulação administrativa do território, que neste momento não tem nenhum sentido fazê-lo. Poderá ser feito noutro momento, mas, enfim, compreende a necessidade de se dizer determinado tipo de coisas. -----

Quanto à questão que o Sr. Presidente da junta mencionou, do apoio extraordinário, é exatamente isso, é extraordinário, nuns anos pode ser atribuído, noutros pode não ser. -----



A responsabilidade que lhe cabe e a quem o acompanha mais de perto é ter uma saúde financeira adequada para fazer face às inúmeras situações que têm que resolver, e por isso quer informar que no mesmo período homólogo do ano anterior as receitas municipais caíram 5%. Ora, se continuar assim, só pode analisar o apoio extraordinário mais para a frente, porque neste momento não é possível.-----

Por isso, o que quer dizer ao Sr. Presidente da junta é que o executivo cá está, para trabalharem em conjunto, como sempre, e disponível em termos de solidariedade institucional para ajudar naquilo que for possível. Cabe ao Sr. Presidente da junta tomar as atitudes que entender oportunas para que este problema momentâneo de tesouraria não volte a acontecer. -----

Está convicto que com este apoio o Sr. Presidente da junta vai ter tempo, até ao final do ano e até ao final do mandato, de repensar algumas questões, que necessariamente vai ter que fazer. -----

A câmara municipal, com os seus técnicos, está disponível, se for o entendimento do Sr. Presidente da junta nesse sentido, de ajudar.-----

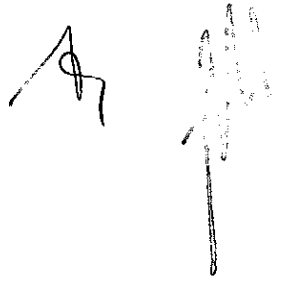
Relativamente à questão que o Sr. Vereador Rui Rei colocou, de estar apenas uma

relação dos investimentos que a junta de freguesia fez, o Sr. Presidente da junta enviou essa relação e poderá ainda hoje enviá-la para o gabinete do Sr. Vereador.-- Se o Sr. Vereador estiver de acordo, e se pensar que esta solução é adequada, ainda hoje lhe enviará para o gabinete, e também para o gabinete da CDU, a relação dos investimentos. Essa é uma matéria que é importante certamente avaliar, mas para a questão em apreço, julga que neste momento se poderá perfeitamente prescindir desse documento, que, como já disse, será enviado hoje.- Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, na sequência do que disse o Sr. Presidente, o mesmo não sabe ou não está em condições de responder neste momento aos investimentos que foram feitos, porque, como já tinha dito, e muito bem, entra-se eventualmente numa esfera de competência de uma tutela que não é a da câmara municipal, é da junta de freguesia, mas os vereadores têm o direito de perguntar, porque no limite são quem vai pagar. Em 19 de novembro de 2014 o Sr. Vereador Nuno Libório disse isto. Isto aplica-se, na altura foi sobre a Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria, portanto aqui aplica-se exatamente a mesma coisa. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo têm a disponibilidade e querem votar a favor, aliás, não é para pagar os ordenados deste mês, são os de dezembro, pelo que não há nenhuma pressa em fazer a transferência hoje, ou daqui a 15 dias, a aprovação hoje ou daqui a 15 dias é igual. Irão receber a listagem e irão votar este ponto mas, efetivamente, com a intervenção que é feita, com a ressalva do que se fez anteriormente, e a intervenção que foi feita pelo Sr. Vice-Presidente, pois de facto estava a ouvi-lo e a pensar que não pode deixar de concordar com tudo o que foi dito, efetivamente o problema desta junta de freguesia, eventualmente como de outras, não é pontual, é um problema estrutural, não é um problema de tesouraria, é um problema global. -----

Efetivamente, se se tem um problema não se pode ir gastar o dinheiro se não se tem cobertura para o fazer. Isso é claro, não sabe se é o caso, mas já o disse em reunião de câmara variadíssima vezes. Aliás, o Sr. Vice-Presidente disse uma coisa que para si é elementar, não se pode gastar o que não se tem, se não se tem não se pode gastar, e tem que se justificar às pessoas porque é que não se pode fazer. Aqui entra-se no problema estrutural, que também disse o Sr. Presidente de junta,



o problema da máquina. Portanto, esta matéria vai ter que ser toda discutida e avaliada.-----

A Coligação Novo Rumo não está efetivamente de acordo que a câmara municipal esteja a transferir verbas para pagar o custo de estrutura da junta de freguesia e que não seja para resolver o problema das pessoas, com isso o próprio não está de acordo, e não estará de acordo.-----

Não estará de acordo que se sacrifique a limpeza das ruas, os jardins e outros, para pagar custos de estrutura que ao longo dos anos têm vindo a ser assumidos. Tenha-se “santa paciência”, mas para isso a Coligação Novo Rumo não estará de acordo e quer que se faça uma avaliação, porque aí sim, é que se vão ver as opções que ao longo dos anos se andaram a tomar, é aí que se vai verificar o que se andou a dizer às pessoas e o que se andou a fazer. Está expectante que se possa verdadeiramente avaliar, de uma vez por todas, inclusivamente os políticos, aqueles políticos que dizem que dinheiro não é problema, que nunca é problema, e agora está-se perante uma situação em que apetece dizer: “Então resolvam o problema, encontrem a solução”. O dinheiro não cai da árvore que está ali ao lado, cai daqui, e depois cairá do orçamento de Estado e cairá de todos.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo esperarão que venha a lista, e votarão hoje a favor, pedem é que no futuro se enquadre a mesma lógica que foi dita antes, e está a falar de uma junta de freguesia que não é do seu partido, nem uma, nem outra, pensa é que as regras devem ser iguais para todas, transparência total, e devem-se trazer os documentos todos para que se possa avaliar e tomar as decisões no mesmo momento. Deve-se ser rigoroso à esquerda e à direita, não é só rigorosos às vezes, ou quando dá mais jeito.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o que o Sr. Vereador está a falar é de coerência, e, pela coerência que se deve ter sempre em termos de apoio, é que julga que se deve ter essa perspetiva de solidariedade.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, acrescentando um aspeto que lhe parece relevante nesta discussão. Não há aqui propriamente descobertas de “Ovo de Colombo” sobre esta matéria, mas efetivamente ajuda quando se tem pessoalmente de gerir efetivamente uma autarquia, passa-se a ter um conhecimento e uma responsabilidade completamente distintas do que quando se está numa

assembleia de freguesia, ou, verdade seja dita, no que ao município diz respeito, quando se faz parte de uma câmara municipal em que não se põe “as mãos na massa”, sob o ponto de vista do trabalho concreto diário. Pensa que é importante que isto seja dito, porque quando se avaliam e discutem estas matérias o grau de perceção é completamente distinto. -----

Se se analisarem com atenção as tomadas de posição da ANAFRE e da Associação Municipal de Municípios Portugueses, estas questões, sob o ponto de vista estrutural do financiamento das autarquias, são muito discutidas, mesmo até sob o ponto de vista académico, portanto, é um problema que também se coloca sob o ponto de vista de organização do Estado e da descentralização dos poderes.-----

Não quis deixar de manifestar esta reflexão um pouco mais geral, porque efetivamente, quando se discutem estas coisas, não se está a discutir isoladamente sob o ponto de vista da organização e das leis enquadradoras destas matérias. Mas, enfim, uns sofrem na pele as dificuldades do dia a dia, outros não sofrem nada na pele a dificuldade com esse dia a dia, e as decisões que todos os dias se tomam influem sempre com a estabilidade financeira das respetivas autarquias e municípios. Agora, o grau de permanência com que esta preocupação tem que estar na cabeça e nas decisões é diferente para quem tem que tomar efetivamente as decisões e para quem de vez em quando é chamado a participar.-- Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se está em condições de aprovar o ponto, por unanimidade. -----

Por fim, o que diz ao Sr. Presidente da junta é que da parte da câmara municipal fica a manifestação de apoio, e cabe agora ao Sr. Presidente gerir a sua casa conforme lhe aprouver, sendo que manifesta mais uma vez a disponibilidade para ajudar naquilo que achar que seja oportuno.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata nº 082

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº 356

1. Assunto: 6ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 5ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015 -----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 34/15, de 09/06, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 6ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e 5ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2015.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 34/15, de 09/06, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que se fará a discussão deste ponto em conjunto com o ponto 5 da ordem do dia. -----
O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, mencionando que o Sr. Presidente falou do ponto 4 e do 5, o próprio fará intervenção, única e exclusivamente, do ponto 4, e o ponto 5 ficará para o seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques. -----
Assim, gostava de saber algumas questões relativamente a estes, tal e qual como é dito na fundamentação, reforços do orçamento. -----
O reforço das rotundas de Vialonga e obras da variante, no valor de 145 000,00€, não se trata de um reforço, trata-se, única e exclusivamente, de eliminar uma outra rubrica, que é a rotunda do Moinho, da Quinta da Piedade, que desaparece do orçamento municipal, tal e qual como foi aprovado, e das grandes opções do plano 2015/2018. A pergunta que deixa é se a rotunda do Moinho, da Quinta da Piedade, que viu a sua verba de 145 000,00€ passar para 0, para, isso sim,



reforçar as rotundas de Vialonga, deixou de se constituir como uma prioridade política do Partido Socialista para execução, uma vez que deixou de ter verba alocada nos anos seguintes, inclusivamente. -----

Também o dito reforço para um projeto comum do Oratório de São Jerónimo e da Lapa do Senhor Morto, ambos na Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, não se trata propriamente de um reforço, uma vez que esta verba é retirada de ambas as rubricas que estão aprovadas no orçamento municipal e nas grandes opções do plano. Portanto, estão-se a utilizar verbas que estão adstritas a cada obra, e não a reforçar seja o que for. -----

Por outro lado, se os membros da CDU podem compreender que a execução de um projeto comum para estes dois patrimónios, o Oratório de São Jerónimo e a Lapa do Senhor Morto, poderá constituir-se como uma significativa economia de escala, enquanto projeto comum, não podem esquecer que a intervenção do Oratório de São Jerónimo está prevista nas grandes opções do plano para 2017. Está-se em 2015 e, fazendo-se um projeto agora para intervenção neste património, daqui até 2017 muita coisa pode acontecer. -----

O Oratório de São Jerónimo pode sofrer vandalismo, como tem vindo a sofrer, pode degradar-se ainda mais do que aquilo que já está degradado, pode ruir por completo, e não sabem até que ponto, das duas uma, ou está-se a gastar dinheiro agora, num projeto comum, para uma obra que só se vai realizar em 2017, a da Lapa do Senhor Morto está prevista para 2015, ou se eventualmente não seria de equacionar, e deixam a proposta, a antecipação da obra prevista para o Oratório de São Jerónimo em 2017, para concretização em paralelo com a da Lapa do Senhor Morto, aproveitando-se assim, e muito bem, a execução do projeto comum. -----

Outra questão prende-se com o dito reforço para obras nas instalações do DGUPRU - Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, no valor de 25 000,00€. Não se pode esquecer que ainda há bem pouco tempo se aprovou uma verba que pensa que foi de 32 000,00€, para recuperação do telhado, exatamente do mesmo edifício. Agora há mais 25 000,00€ para obras, outra vez no mesmo edifício e, no fundo, só lhes vem dar razão em todas as intervenções que têm feito, para a necessidade, de uma vez por todas, desta



câmara municipal começar a pensar em arranjar instalações próprias e definitivas para a concentração dos serviços, até por questões de economia de escala. -----

Se assim não for, são 32 000,00€ numa altura, 25 000,00€ noutra, daqui a um par de meses vai-se ter mais uma verba para aprovar para outra intervenção qualquer na obra, porque o edifício precisa efetivamente de obras, e de dinheiro em dinheiro vai-se gastando e não se vai resolvendo o problema das instalações da câmara municipal, que tão necessitada está. -----

Outra questão prende-se com o dito reforço, lá está, é a palavra “reforço”, do programa de atividades de enriquecimento curricular, no valor de 75 000,00€, e também não se trata de um reforço, trata-se de uma simples transferência de verba de uma rubrica para outra, tira-se de um lado e põe-se noutro, não se estando a reforçar rigorosamente nada. -----



Uma questão que também gostavam de colocar prende-se com a sinalização semafórica. Sabem, e todos sabem, que está a decorrer neste momento um concurso para adjudicação da reparação da sinalização semafórica. Esse concurso ainda não teve decisão final, tanto quanto sabem, no entanto há mais 20 000,00€ de reforço para a sinalização semafórica. -----

Assim, aquilo que perguntam é o que se passa com o concurso, se sai ou não, se é ou não adjudicado, e, no fundo, para o que servirão estes 20 000,00€ quando há um concurso para reparação da sinalização semafórica que deverá estar para muito breve. -----

No fundo, o tal “reforço”, esta palavra tão grata de empregar, no plano plurianual de investimentos significa uma diminuição de verbas na ordem dos 145 000,00€, portanto é um reforço negativo, um reforço para menos. -----

Assim, além das questões que foram colocadas, seria importante, quando se faz a fundamentação, ter cuidado com as palavras que se escolhem, para não se cair nesta dicotomia de se terem reforços negativos, tal e qual como são apresentados no plano plurianual de investimentos. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que sobre este ponto 4 tinha uma pergunta a fazer, depois da conquista da Mata do Paraíso, em que ainda na última reunião de câmara se levantou a questão, e teve oportunidade de levantar, após esta magnífica conquista para a população da Mata, de transformar



algo onde foi permitida a construção em algo que deixa de ser edificável e passará a estar ao serviço das pessoas. Assim, os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber, com este reforço que consta no plano de atividades municipais, o que é que a câmara municipal pensa fazer então efetivamente, em termos de conservação e manutenção da Mata do Paraíso, que se encontra prevista, e o que vai ser feito nestes próximos meses. -----

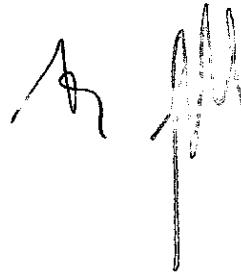
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se ao ponto 5, dizendo que esta 2ª revisão ao orçamento e ao plano plurianual de investimentos deriva da Lei nº 53/2014, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal. Portanto, regulamentou o FAM - Fundo de Apoio Municipal. A realização de capital, de 2 884 926,80€, no total, será efetuada em 7 anos, e infelizmente é pena que se tenha que fazer esta revisão. -----

Na última reunião de câmara, quando foi discutida a consolidação das contas, em nome da sua bancada fez a intervenção que não vai repetir, e vai abreviar, sendo que, como disse na altura, este é um esbulho que o poder central faz. Continua a manter o poder central, mesmo depois dessa reunião, pois anda numa de "paz e amor", tem ouvido muito John Lennon, pelo que então o poder central esbulha o município de Vila Franca de Xira com estes quase 3 milhões de euros, o que daria para resolver alguns problemas que se têm nas freguesias. -----

Como disse, interveio, em nome da sua bancada, na consolidação das contas, e não vai agora repetir, a não ser que fosse para quem não o ouviu, mas a maioria dos presentes já ouviu, sendo realmente pena que o poder central obrigue a câmara municipal a despendar estes 3 milhões de euros, embora em 7 anos. -----

Na folha de rosto da informação dos serviços diz-se que a DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, fez uma nota explicativa em março, e houve posterior esclarecimento à mesma, de maio de 2015, isso não vem, e seria interessante que também viesse. -----

Para terminar, pergunta ainda ao Sr. Presidente, pois tem dúvidas e se calhar está a fazer confusão, se o mesmo não disse que, ou a câmara municipal, ou a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, podiam tentar resolver este problema do fundo, do esbulho aos municípios e ao de Vila Franca de Xira, dos 3 milhões de euros, pela via judicial. Portanto, a exemplo do que o município fez



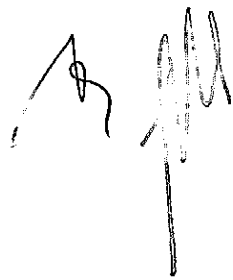
sobre a Centralcer, dos 3 600 000,00€, não sabe se era do município, do seu gabinete jurídico, ou mesmo ao nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses, estudar uma possível ação contra o Estado sobre este esbulho. ----- Continua a dizer o “poder central”, e o seu amigo, Sr. Vereador Rui Rei, que está a olhar para si, entende perfeitamente o que quer dizer. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que nada é mais oportuno, pois está-se a falar do FAM, e ainda há poucos minutos se aprovou o FAF. Aqui é o Fundo de Apoio Municipal, o outro foi o Fundo de Apoio da Freguesia. De facto, pensa que isto é extraordinário, e se os membros da Coligação Novo Rumo também votassem contra, não havia nem FAM nem FAF. Se chegassem à reunião de câmara e votassem contra, não havia transferências, porque foram eles que viabilizaram o orçamento e não havia FAF para ninguém, havia responsabilidade na gestão ou irresponsabilidade na gestão. -----

Assim, desafiam a câmara municipal, do Partido Socialista, e eventualmente o Partido Comunista, porque apoiam e assinam uma ação contra o Estado, mas assinam também uma ação contra as freguesias deste município, pois se se vier a provar que criaram mais estrutura para além daquela que têm dinheiro para pagar, que também se faça uma ação popular contra o esbulho que alguns desses autarcas fizeram à população do local. -----

Era bom que se fosse coerente neste processo, pois se já tivesse passado há 15 dias, já se teria esquecido, mas foi há 5 minutos atrás. Há 5 minutos atrás dizia-se “malandros do Estado, não deviam tirar às autarquias para emprestar às autarquias”, e então questiona porque é que, sobre este FAF, também não se pede ao Ministério das Finanças que empreste este dinheiro à autarquia de Alhandra. Em vez de ser a câmara municipal a adiantar o dinheiro, pedia-se às Finanças que adiantassem o dinheiro à autarquia de Alhandra, porque gastou aquilo para o qual não tinha cobertura orçamental para gastar. Assim, ficava tudo tratado. -----

Tem piada, porque o Partido Comunista ainda não percebeu que é poder em Vila Franca de Xira, não é oposição, é poder, governa 4 das 6 juntas, e depois, de vez em quando, tem umas contrapartidas. Aliás, se isto existisse, um fundo de apoio municipal, algumas das freguesias tinham que recorrer ao FAM para terem viabilidade, porque estariam absolutamente falidas se não fossem algumas das



Fl. Livro _____

Fl. Ata • 087

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

transferências que a câmara municipal faz para lá, com o voto do próprio, mas o seu voto nas transferências e no orçamento, porque se não houvesse orçamento não havia transferências. -----

É só esta a incoerência, de que as pessoas vêm falar, mas depois não acontece. --- Depois, não sabe se o Sr. Presidente gostaria de fazer um intervalo, porque há um vereador, à esquerda, que não para de rir e fazer as “caretas” que se faziam quando se tinha 5 anos. Assim, se o Sr. Presidente quisesse fazer um intervalo, talvez o vereador se pudesse divertir, eventualmente, no novo pavilhão, e brincar um bocadinho. -----



Interveio o Sr. Presidente, referindo que sobre questões de mímica não se mete. --- O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo que o Sr. Vereador Rui Rei critica sempre os outros quando abandonam por momentos a sala, e agora abandonou, mas está a misturar “alhos com bugalhos”, pois isto não tem nada a ver com o FAM, e não é nenhum FAF para a junta de freguesia. -----

Não é nenhum esbulho que a Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz faz, é apenas uma antecipação que a câmara municipal faz sobre uma delegação de competências. São coisas distintas, e isso é demagogia e falácia, que é habitual no Sr. Vereador Rui Rei, que agride constantemente com a sua verborreia. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando os presentes e referindo, relativamente ao ponto 4, que dará apenas um esclarecimento. O Sr. Vereador pode gostar ou não da palavra “reforço”, mas tecnicamente é assim. São reforços e anulações. Mesmo quando se faz uma regularização entre contas, tem que se chamar reforço ou anulação. Infelizmente, o Sr. Vereador pode gostar ou não, para si é-lhe indiferente, mas é assim que se traduzem estas alterações. -----

Relativamente ao ponto 5, e à questão levantada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, as informações que chegaram, técnicas, têm só a ver com a forma de contabilização, mas há outras questões relativamente ao FAM que gostaria de referir. -----

Esta questão de se tentar alterar algo junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses não se coloca, até porque este FAM foi constituído com o acordo da ANMP e do Governo. Foi a própria ANMP que negociou com o Governo a

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 088

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

composição deste FAM, pelo que recorrer nesta altura à ANMP não lhe parece que seja relevante e importante para isto. -----

Há outras questões relativamente ao FAM que o preocupam particularmente, e que gostaria também de, neste caso concreto, partilhar com a câmara municipal, e que têm a ver com a obrigatoriedade de pagar já a primeira tranche, correspondente a 50%, até ao final deste mês. Pode não se pagar, mas obviamente que o Governo central vai reter verbas resultantes de impostos, as quais irá entregar ao fundo. Assim, pagar ou não pouco adianta, e é preferível pagar, sendo que neste aspeto Vila Franca de Xira tem sido sempre uma câmara cumpridora, e neste caso particular também irá cumprir, e irá fazer o pagamento da primeira tranche até ao final do mês. -----

Aquilo que o preocupa são questões muito mais importantes, e de fundo. Ao longo do tempo, de 7 anos, vai-se ter que contribuir com mais de 2 milhões de euros, e esta contribuição irá ficar num fundo, por aquilo que está previsto na Lei nº 43/2014, “ad aeternum”, ou seja, paga-se durante 7 anos, e depois recebe-se, provavelmente nunca. Ainda que esteja lá previsto que possa haver uma redução, ou até mesmo um cancelamento, isso só se coloca em situações muito hipotéticas, e é “ad aeternum”. -----

O mais grave para si é que nesta altura vai-se ter que pagar, e não se sabe quanto se vai receber. Vai-se fazer um investimento, na prática vão-se comprar unidades de participação, em que não está estabelecido quanto é que o FAM vai pagar à câmara municipal pelo simples facto de contribuir com este montante. É isto que considera grave, mas é assim, a lei foi criada, não foi definida completamente a forma de funcionamento do fundo, e não era difícil. -----

Não irá alongar-se a explicar como funcionam os fundos, mas era perfeitamente fácil e viável que na lei já estivesse especificada toda esta problemática, quer do custo que o FAM irá cobrar aos municípios, quer daquilo que irá obviamente remunerar as entidades, e neste caso as câmaras municipais que irão contribuir para ele. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo, relativamente a duas questões que foram levantadas sobre a intervenção no património na Quinta da Piedade, que tem sido uma das preocupações do executivo e prioridade, e dá só conta que a antecipação



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 089

Reunião de 2015/06/17

Proc^o _____

Deliberação nº _____

ou realização de qualquer obra ali está dependente da apreciação que sobre o projeto for feita, por parte da Direção-Geral do Património Cultural, que tem sido aliás a dificuldade que se tem encontrado nesse processo. Os projetos que se apresentaram têm esbarrado nessa entidade, que não tem concordado com as soluções apresentadas pelas equipas de arquitetura. -----

O que vem hoje é, no fundo, um reforço daquela rubrica para a compatibilização de dois projetos que, efetivamente, sob o ponto de vista da intervenção, faz mais sentido que sejam em comum, sob o ponto de vista da avaliação da Direção-Geral do Património Cultural, e portanto corresponde a uma vontade e imposição por parte desta direção-geral. -----

Ver-se-á qual o resultado final do projeto, e depois, se passa ou não nessa direção-geral. Caso venha a passar, então aí pode, eventualmente, colocar-se a questão de alguma antecipação, caso haja disponibilidade financeira para tal, mas é um assunto que virá a reunião de câmara no momento em que for possível vir. -----

Depois, referindo-se à questão levantada pelo Sr. Vereador Rui Rei, o que diz é que respeita ao reforço necessário na rubrica referente à Mata do Paraíso, uma vez que, ao se ter adquirido aquela mata, vão-se começar a ter algumas despesas de manutenção e conservação do espaço, e tem mesmo que se ter verba que cubra essa tarefa nova, em virtude do investimento que se fez para trazer para o bem público aquela floresta. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, mencionando, em resposta ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues, nomeadamente em relação à rotunda do Moinho, que se vai ter que transferir esta situação para 2017, por já estar em desenvolvimento toda a tramitação da rotunda da variante de Vialonga, que se quer construir este ano, como já se disse mais do que uma vez. Trata-se de uma questão de decisão e opção, neste momento, e a questão da rotunda do Moinho também está a colidir com outras intervenções no âmbito dos SMAS, ainda para aquela zona, como já foi feito naquela variante, estando-se também a equacionar outras intervenções ali. ---

Assim, não se trata de anular, trata-se de adiar. Como se tem toda esta tramitação da rotunda de Vialonga já em andamento, trata-se de efetivar. -----

Em relação à sinalização semaforica, é tão simples como o facto de o contrato estar em desenvolvimento, ir ser assinado, só que se quer entregar a sinalização

semafórica toda a funcionar, para que a empresa, quando a receber, receba na perfeita condição, e a partir daí ser responsabilizada por tudo.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, agradecendo as explicações dadas pelos Srs. Vereadores Fernando Paulo Ferreira e António Oliveira.-----



Relativamente ainda às questões do Oratório de São Jerónimo e da Lapa do Senhor Morto, só gostava de recordar que já há bastante tempo, há muito tempo mesmo, e já nem se consegue lembrar de quando foi, ainda a propósito destes dois patrimónios e do estacionamento junto à APAC – Associação Popular de Apoio à Criança, no antigo terreno da Cerci, na Póvoa de Santa Iria, e das dificuldades em se construir ali um estacionamento porque a Direção-Geral do Património Cultural obstava a tudo e mais alguma coisa, por causa da muralha da Quinta da Piedade, os membros da CDU solicitaram que lhes fossem entregues os memorandos das reuniões que estavam a ser realizadas, que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, na altura, disse que estavam a ser realizadas pela direção-geral, que colocava uma série de questões e obstáculos. Contudo, até hoje não receberam esses tais memorandos de reunião, e continuam à espera deles.-----

Quanto à outra questão que gostava de perguntar, no fundo está-se a trabalhar "às cegas", porque, fruto daquilo que é a relação do município com a Direção-Geral do Património Cultural, estão hoje nesta reunião para aprovarem uma verba de 49 179,40€, num projeto em que nem sequer sabem se irá passar depois, no crivo da direção-geral. É um projeto comum que vai ser feito, vai ter depois que ser entregue a esta direção-geral, que pode muito bem dizer que não o quer, e assim se gastaram 40 000,00€ em algo que poderá muito bem cair por terra.-----

Não lhes parece que seja a melhor política, a menos que neste momento já se tivessem todos os requisitos que a direção-geral exige para este tipo de património, e que o projeto seja feito e a responsabilidade, depois, de alguma incorreção, possa vir a ser atribuída à empresa que o elaborar.-----

Não sabem se assim será, estão a falar na base da especulação, e podem-lhes dizer que isso vai acontecer, que estejam descansados, mas trata-se tudo de especulação, porque não têm nada escrito que comprove essas questões. -----

Outra questão que gostava de colocar é até que ponto, aproveitando este projeto comum que vai ser entregue, e que vai ter que passar no crivo da direção-geral,



não se deveria incluir também, duma vez por todas, a questão do estacionamento no terreno da ex-Cerci, para que o projeto comum seja ainda mais barato, numa economia de escala ainda maior, e que, quando tudo caísse na Direção-Geral do Património Cultural, esta percebesse que se está a falar de uma intervenção global em vários patrimónios, que têm que ser salvaguardados, e que só estas intervenções poderão salvaguardá-las no futuro. -----

Outra questão para a qual não obtiveram resposta prende-se com as obras nas instalações municipais do DGUPRU, a questão dos 32 000,00€ do arranjo do telhado, mais 25 000,00€. A pergunta que se deixa é para quando se terá uma discussão final sobre a necessidade de instalações centrais que a câmara municipal precisa, de uma vez por todas. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que num espaço de muito poucos anos houve IPAR, IPPAR, IGESPAR, Direção-Regional de Cultura, Direção-Geral de Cultura, e em cada uma destas entidades vários diretores-gerais, pelo que a opinião que o Estado vai produzindo sobre os diversos processos é muito cambiante. Pode a câmara municipal garantir que o projeto que apresenta agora passa mesmo? Como não é a câmara municipal que o aprova, não pode garantir isso, nem nenhuma câmara municipal. Apesar das reuniões havidas no terreno, que também, como o Sr. Vereador imagina, com estas mudanças todas nunca são com os mesmos técnicos, verdade seja dita que a análise final exige sempre que o projeto apresentado seja já uma proposta final, a que naturalmente se chega depois de diversas reflexões e trabalho ao longo do tempo com as entidades que, entretanto, hão dar, no final, estas aprovações. -----

Espera-se que as últimas reuniões havidas sobre a matéria, no local, ainda por cima, traduzam, na altura em que o projeto for presente, a mesma opinião que essa entidade tem no momento em que vai emitir o parecer, que ainda pra mais é obrigatório, pelo que não há nenhuma hipótese de “escapar” ao que é a sua opinião final. -----

O grau de expectativa da câmara municipal, tendo em conta o trabalho técnico e de reflexão que foi feito, comum, entre a câmara municipal e a direção-geral, é que o resultado vai corresponder ao que a direção-geral esperará da câmara municipal na altura em que entregar o projeto. -----

Não tem memória, mas pode ser defeito seu, do pedido a que agora o Sr. Vereador se referiu, mas fará um ponto da situação atualizado sobre este assunto, e depois remeterá para os gabinetes, para dar conta, no fundo, do que se tem vindo a transmitir em reunião, que corresponde aos contactos que tem havido. -----

Efetivamente, os municípios, que têm sido os principais responsáveis pela recuperação patrimonial no país, como o Sr. Vereador sabe, estão nalgumas situações muito limitados na sua intervenção, por via destes pareceres que são mais do que pareceres, são posições obrigatórias que inviabilizam as intervenções que se querem fazer no terreno.-----



Interveio o Sr. Presidente, dizendo, quanto às instalações, que não é mais nem menos do que aquilo que se tem vindo a fazer, que é melhorar as instalações, pois há décadas que não eram resolvidas, e estão-se agora a resolver.-----

O DGUPRU sul teve obras de melhoria, mas era preciso continuar a fazê-las, e vão agora ser feitas este ano, vão começar em breve, quando o procedimento estiver concluído, para que este ano os trabalhadores que lá estão tenham outras condições que há muito tempo reclamam, e com toda a razão. -----

Prosseguiu, perguntando se o ponto 4 é aprovado por unanimidade, ao que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues respondeu que a CDU, no ponto 4, abstém-se, e no ponto 5 vota a favor. -----

Concluiu então o Sr. Presidente que, com a abstenção da CDU, no ponto 4, o ponto é aprovado. Quanto ao ponto 5, é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 35/15, de 09/06, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 2ª revisão ao orçamento e plano plurianual de investimentos da câmara municipal para 2015, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 35/15, de 09/06, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 4 da ordem do dia.----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (JARDINEIRO) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE ORDENAÇÃO FINAL E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----



2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 3319/15, de 02/06, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para prorrogação do prazo para homologação da lista de ordenação final, por mais 6 meses, do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (jardineiro). -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 3319/15, de 02/06, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se a uma questão muito rápida que se prende com este ponto, mas também deriva para outras questões noutros tempos, dizendo que os membros da CDU têm vindo a reparar que é mais do que comum, nestes concursos, por motivos que não conhecem, os prazos sistematicamente terem que ser prorrogados. São os prazos de decisão, os prazos de concurso, os prazos de entrega de propostas, seja lá o que for, sendo que, constantemente, e de uma forma sistemática, há prorrogações de prazos, prorrogação em cima de prorrogação.-----
Neste sentido, gostavam que fosse adotada uma prática na câmara municipal, no sentido de que, quando vêm estas prorrogações, sejam devidamente explicados os reais motivos do porquê. Têm que perceber se é deficiência dos serviços, se há

falta de pessoal para tratar destas coisas, ou se os membros do júri estão assoberbados de trabalho, não lhes permitindo agarrar em tudo ao mesmo tempo. Há uma série de questões que pode estar em cima da mesa que, de uma vez por todas, tem que se começar a perceber, para melhorar, e é só nessa ótica. -----

Tem-se neste caso uma prorrogação, mas, no fundo, não sabem quais são os motivos. Por que razão é que se está a pedir para que a lista final seja apresentada, e quais são os motivos de não ser apresentada agora? Porque é que se tem de prorrogar o prazo para voltar a ser apresentada? Não foram feitas as entrevistas todas? Está-se a falar de pessoas que concorrem a estes concursos, que têm uma expectativa de resultado dos mesmos e procuram melhorar a sua vida, muitas estão desempregadas, procuram encontrar aqui uma forma de arranjam emprego e, de prorrogação em prorrogação, mais 6 meses, mais 3 meses, mais 4 meses, está-se também, inclusivamente, a fazer isso.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a resposta é simples, há um número avassalador de pessoas que concorrem aos concursos, no último dos quais concorreram mais de 500 pessoas, porque, como o Sr. Vereador sabe, o desemprego é o que é. Depois, há questões de exigência da legislação sobre os procedimentos a ter, umas das quais a avaliação psicológica, que demora mais de 3 meses. A câmara municipal vai mandá-la fazer fora agora, porque internamente não há condições nenhuma de se fazer.-----

Depois, e relativamente a esta questão da avaliação psicológica, um dia alguém tem que resolver, porque não está a correr bem. Para varejadores, o que tanta polémica deu numa assembleia municipal, pois alguns não sabiam bem o que era um varejador, e é natural que não soubessem, mas depois foi explicado, já que não era propriamente apanhar azeitonas, é outra coisa, concorreu uma série de pessoas. Contudo, as pessoas que tinham, no entender da câmara municipal, perfil para aquele trabalho, que é muito exigente, de andar com os limpa-fossas, quando há um problema na casa de alguém lá vai com urgência o limpa-fossas, ou em termos de saneamento e tudo mais, chumbaram todas na avaliação psicológica. ----

Não é este o caso, mas este caso do jardineiro é a mesma coisa, há muitos concursos, e o trabalho que se tem que fazer nas várias etapas é demorado, infelizmente. Quando se toma a decisão é para as pessoas virem trabalhar com a





Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº

Assim sendo, o ponto é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DA ESCOLA BÁSICA DO SOBRALINHO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 200/15, de 26/05, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente à contratação de serviços de assistência técnica ao elevador da escola básica do Sobralinho, durante 12 meses. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 200/15, de 26/05, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata → 098

Reunião de 2015/06/17

Procº 61/15 APRV.AD.RG

Deliberação nº 360

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE FERRO PARA O MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 226/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de ferro para o município, durante 12 meses. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 226/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE TINTAS PARA O MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 227/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de tintas para o município, durante 12 meses. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 227/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----





1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE FERRAGENS PARA O MUNICÍPIO –
REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO
COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 224/15, de
09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal
para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em
contínuo de ferragens para o município, durante 12 meses.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 224/15, de 09/06, do
DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta
parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 228/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de material elétrico para o município, durante 12 meses. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 228/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----




1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE MADEIRA PARA O MUNICÍPIO –
REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO
COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 229/15, de
09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal
para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em
contínuo de madeira para o município, durante 12 meses.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 229/15, de 09/06, do
DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta
parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



Deliberação nº _____

Pelas 12h48, depois da votação do ponto 12 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia.-----




Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

LOTE 120 – QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

Interveio o munícipe, Sr. José Gonçalves Chora, cumprimentando todos os presentes e começando por dizer que tem consigo uma planta velha que foi feita em 1978 sobre o projeto da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, em que pagou à sua parte 17 350\$00. -----

Foi comprado um terreno com o dinheiro dos comproprietários, para dar às pessoas que ficavam sem lotes. Foram 21 lotes, os comproprietários tiveram que pagar 21 lotes, porque o Sr. Xavier de Lima não deixou terreno suficiente para as zonas verdes. Comprou-se aquele terreno onde estão as escolas, onde está o infantário e tanto terreno que está lá para se fazer, pagou-se, e depois a câmara municipal suprimiu o terreno todo. O próprio pagou primeiro esse terreno, e agora está a pagar o terreno outra vez, suprimido. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se tratou da reconversão dos clandestinos, o alvará da Quinta da Ponte está aprovado, as condições existem e o munícipe tem que cumprir de acordo com o que está no alvará. Se não concorda, deve interpor uma ação judicial contra a câmara municipal, não há volta a dar. -----

Perguntou o Sr. José Chora se é o Sr. Presidente que lhe empresta o dinheiro para o pôr em tribunal. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que não empresta coisa nenhuma, o munícipe pede um advogado oficioso e interpõe uma ação contra a câmara municipal. -----

Respondeu o munícipe que já procurou, e não tem direito a isso. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, mencionando que está presente o Urb^a Ricardo Ramalho, que é o responsável pela questão das AUGI, e o Sr. José Chora poderá colocar-lhe novamente a questão, porque aqui não há volta a dar. -----

Interveio de novo o Sr. José Chora, perguntando porque é que tanto terreno foi suprimido, se na outra planta chegava, e agora, nesta planta nova não chega. Depois, gostaria de pedir ao Sr. Presidente para o livrar da advogada que está a tomar posse daquilo. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que não tem nada a ver com isso, é a comissão, e o munícipe tem de pedir é à comissão. A câmara municipal não tem



nada a ver com isso, é um problema da comissão, e o Sr. José Chora, no âmbito da comissão, é que tem de tratar destas coisas. -----

Prosseguiu o Sr. José Chora, questionando como é que a câmara municipal deu poder à Srª Arlete Mota, e à advogada, que diz que foi na reunião de câmara que lhe deram aquele poder. -----

Respondeu o Sr. Presidente que talvez o Sr. José Chora tivesse ouvido algo que seja parecido com isso, mas a câmara municipal não tem nada a ver com os assuntos da comissão, que tem de cumprir as regras. -----

Interveio o Sr. José Chora, para dizer que já se inscreveu 4 vezes para falar com o Sr. Presidente, só os dois, mas isso nunca foi atendido. -----

O Sr. Presidente interveio, perguntando o que é que isso ia adiantar. Pode falar com o munícipe, só os dois, mas não vai adiantar mais do que aquilo que lhe está a dizer. -----

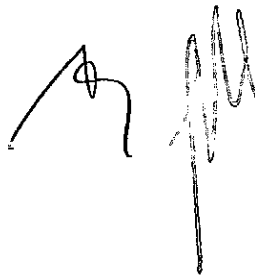
Interveio o Sr. José Chora, dizendo que é para o Sr. Presidente ver a papelada que o próprio tem, assinado pela lei. A câmara municipal mandou-lhe uma carta com a lei das AUGI, mas o próprio tem essa lei aprovada pela câmara municipal, há muitos anos. Foi ter com a Srª Rosinha pessoalmente, a dizer qual era o seu problema, e a Srª Rosinha disse-lhe para se deixar estar descansado que o seu problema era com a câmara municipal, era coletivo. Agora é com a câmara municipal que está metido em tribunal? -----

A sua casa não foi feita clandestina, como diz o Sr. Presidente, foi feita com muito sacrifício, e está legal pela câmara municipal. Tem consigo a lei da câmara municipal, tem os papéis todos assinados pela autarquia, pela lei das AUGI. Então está metido em tribunal, e está nas mãos daquela advogada? Aquela advogada, se agora lhe quiser vender a casa, vende-lhe a casa? Como é que é? -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que já chega, já disse que vai falar com o munícipe, mas não pode adiantar nada, é uma questão da comissão. A comissão é que lá pôs a advogada, o que é que a câmara municipal tem a ver com isso? -----

O Sr. José Chora interveio, referindo que foi pena o Sr. Presidente não ter ido, mas escreveu uma carta à associação, para o Sr. Presidente estar presente, no dia 2 de maio, naquela assembleia. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, dizendo ter feito "n" reuniões com a comissão, e



Fl. Livro _____

Fl. Ata • 106

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

se aquilo tem alvará deve-se a essas reuniões que teve com a comissão.-----

Respondeu o Sr. José Chora que esteve 18 anos à espera para registar a sua casa, e ainda não está registada. Agora, por causa de uma ficha da câmara municipal, ainda não está registada. Desde março que o alvará foi entregue à advogada, e ainda não conseguiu registar a sua casa. É pena não ir falar com o Sr. Presidente, só os dois, para lhe apresentar a papelada toda, pois a câmara municipal não faz caso desta papelada.-----

Respondeu o Sr. Presidente que os técnicos já viram essa papelada toda e disseram todos exatamente a mesma coisa que está a dizer ao munícipe, pelo que questiona o que é que quer mais.-----

Interveio o Sr. José Chora, para dizer que a câmara municipal pode intervir no seu caso, e tem consigo o artigo da lei.-----

Respondeu o Sr. Presidente que o munícipe tem uma reunião marcada e, em tempo oportuno, vai-se “encher de paciência” para, mais uma vez, ouvir tudo aquilo que o Sr. José Chora já lhe disse, que vai ouvir mais uma vez e ouvirá as vezes que forem necessárias, naturalmente. Agora, ouvir não quer dizer que vá resolver, porque não há condições para resolver.-----

Disse novamente o Sr. José Chora ter o artigo que diz que a câmara municipal pode intervir a qualquer momento na comissão conjunta, e se o Sr. Presidente o quer ver.-----

Respondeu o Sr. Presidente que não quer ver nada, quer é que o munícipe passe o microfone a outra pessoa.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

RUA DIO – CASAL DA CARVALHEIRA - TRANCOSO – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

Interveio o munícipe, Sr. Luís Belo Lopes, cumprimentando os presentes, dizendo que é munícipe em Vila Franca de Xira, e hoje vem em representação do seu irmão, que mora em Trancoso, no Casal da Carvalheira.-----

Já houve oportunidade de terem algumas reuniões com o Sr. Presidente, houve algumas situações que foram sendo resolvidas, e uma vez mais vem só questionar 4 pontos.-----

A questão é relativa à rua Dio, que liga a rua 28 de Maio, em cima, ao Casal da Carvalheira, um caminho que foi beneficiado, em que o seu irmão cedeu alguma parte do terreno para ser feito o alargamento. -----

Foi equacionado pôr umas grelhas para drenagem, elas foram postas, mas não foram tantas quanto estavam previstas, e agora, como resultado, isso tem criado alguma danificação do piso muito rapidamente, ano após ano, e não passa assim tanto tempo como isso.-----



O caminho tem cerca de 500 metros, desde baixo, até ao Casal da Carvalheira, e depois segue. Se for feita a ligação à estrada em cima, alcatroada, são mais 500 ou 600 metros. O certo, e é aquilo que vem dizer, é a degradação desse caminho. -----

Em primeiro lugar, com a carrinha da empresa, que é uma carrinha ligeira, o seu irmão não consegue passar, não consegue subir para casa, obrigando-o a dar uma volta de 5 km. Está a 500 metros, mas tem que fazer uma volta de 5 km. Com o carro próprio muitas vezes também não pode passar, sobretudo nos dias mais difíceis em termos de meteorologia, não podendo fazer esse caminho. -----

Depois, complementarmente, há a referir a questão da iluminação ao longo do caminho. Só está o início, e depois está em cima, no final. Os postes de iluminação foi o seu irmão que os pôs, à conta dele, inclusivamente para a baixada e para o que teve de ser. -----

Para além disso, para levar o lixo o seu irmão tem que vir 1000 metros, em baixo, porque não há contentor de lixo. -----

Os próprios carteiros e as pessoas que contam a luz queixam-se do estado do caminho, pois às vezes também se torna difícil subir, mesmo a pé, porque os sulcos e o estado do piso é gravoso. -----

Assim, gostaria de relembrar a situação e saber para quando é que se resolve.-----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Luís Lopes que, como deve saber, os serviços da câmara municipal foram lá, a brigada e a Engª Carla Gomes, coordenadora da brigada, estiveram no local. Aliás, logo após os munícipes terem lá estado com o próprio, no dia seguinte ou nos dias seguintes foram lá, e fizeram uma avaliação de que o trabalho que tinha de se fazer era mais profundo do que somente estar a pôr lá alguns resíduos. -----

De qualquer modo, aquilo que pode dizer é que vai recuperar este processo para reavaliar se a câmara municipal tem condições de fazer um pouco mais. Está-se a falar de um caminho em terra batida, que em princípio se vai manter assim, recuperando aquilo que for possível recuperar. Aliás, até há um troço, segundo se lembra, muito pedregoso, com muitas lajes na parte superior. -----

Havia também um problema na entrada da vivenda do irmão do Sr. Luís Belo Lopes, que estará já resolvido. -----

Aquilo que pode dizer é que vai pedir para os serviços irem lá novamente para fazerem uma nova avaliação, no sentido de ver se há condições de melhorar, porque o trabalho a fazer era abrir uma caixa, pôr lá muitos resíduos, e tecnicamente terá que se avaliar isso. -----

Ir-se-á lá novamente, para se poder melhorar um pouco. Não se vai com certeza conseguir resolver conforme o munícipe gostaria, no entanto vai-se tentar melhorar. -----

Também havia a questão dos postes de eletricidade, e salvo erro tratava-se de relocalizar alguns. -----

Disse o munícipe que ao longo da propriedade, naquela rua toda, tem no início, e depois tem no final. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que então é isso, a falta de postes, e ver-se-á se é possível resolver algumas destas questões. -----




1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DO RIO CRÓS-CÓS, EM ALVERCA DO RIBATEJO, E DA RIBEIRA DE SANTO ANTÓNIO EM ALHANDRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 225/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza e desobstrução do rio Crós-Cós, em Alverca do Ribatejo, e da ribeira de Santo António, em Alhandra, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 225/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU aproveitam este ponto para pedir à câmara municipal que lhes faça chegar um plano acerca da limpeza das linhas de água. Já em momentos anteriores esse plano tinha sido feito, crê que no mandato anterior há até uma regra ou um hábito de se fazer, e no entender que têm era uma ajuda para poderem também ver se, de facto, a câmara municipal tem as linhas de água na sua intervenção, e para quando, escusando depois de estar a perguntar ou a exigir que a linha de água seja limpa, quando sabem quando é que a câmara municipal pensa fazê-lo. Portanto, crê que não é difícil.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que aproveita este ponto para

questionar a câmara municipal se tem feito alguma intervenção na parte do rio antigo que existe, que ficou lá, encostado aos edifícios, entre o adutor da EPAL e o cruzamento com a Raimundo Nogueira, se não está enganado, pois é a avenida 5 de Outubro e a Raimundo Nogueira. -----

O rio antigamente passava encostado aos edifícios antigos que ali estão, ao banco, à loja de colchões, ao restaurante e à pastelaria que está na esquina e, para não se criarem ali problemas sérios, o novo espaço da ribeira andou para aí 3 metros para dentro da avenida. Como houve esse afastamento, ficou a parte da ribeira antiga lá, e eventualmente a possibilidade de, no futuro, poder ser usado como uma zona técnica naquele percurso que ali está. -----

Contudo, carece de manutenção, porque o que ali está é uma abóboda antiga que, se não for mantida, pode haver, a prazo, algum problema. Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que se fez entretanto neste espaço para garantir a sua manutenção, e a segurança daqueles edifícios que ali estão, porque qualquer problema ali causa problemas nos edifícios, alguns deles suportados naquela ribeira antiga que ali passa. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, respondendo que, se bem entendeu a questão colocada pelo Sr. Vereador Rui Rei refere-se àquela parte que ficou junto à intervenção nova, e se vai ser limpa ou não, sendo que está no procedimento, para limpar. -----

Quanto à questão da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, fará chegar o plano de intervenção que é feito nas linhas de água, que é definido pela proteção civil todos os anos. Tem-no consigo, mas fará chegar esse plano de intervenção, que é feito de acordo com o orçamento que é aprovado todos os anos em reunião de câmara, vindo lá a questão da limpeza das linhas de água. É feito de acordo com a aprovação do orçamento, esse plano existe, mas fará chegar essa informação das linhas de água. -----

Ainda, quanto à questão do Sr. Vereador Rui Rei, na Raimundo Nogueira, não sendo a questão da limpeza, pois o Sr. Vereador falou que é a da manutenção, são duas coisas diferentes. Agora está-se a tratar da limpeza da linha de água, o Sr. Vereador focou a questão da manutenção, que efetivamente tem que ser feita. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que supõe que o ponto é aprovado por



Deliberação nº

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

A

112

Assunto: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR – PARQUE RIBATEJO – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/05/25, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para apresentação à assembleia municipal, ao abrigo da alínea d), do número 1, do artigo 97º da atual redação do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, da proposta de alteração por adaptação ao Plano Pormenor – Parque Ribatejo, refletida no quadro de áreas da planta de implementação e na alínea a), do artigo 33º, do respetivo regulamento.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que fará uma intervenção inicial e mais tarde o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, fará um complemento à sua intervenção. -----

Assim, e tal e qual como é referido nos documentos, “atendendo à evolução do conceito de centro comercial”, os membros da CDU acrescentariam também “com uma profunda alteração do paradigma comercial, do paradigma económico, do paradigma construtivo e até do paradigma funcional daquilo que são as expectativas das populações, no que diz respeito à sua qualidade de vida”. -----

Entendem que felizmente a população tem vindo a alterar a sua visão e sensibilidade para estes espaços vazios, ainda bem que assim é e que já não olha para eles com aquela necessidade de ver lá qualquer coisa construída. Hoje em dia as pessoas procuram um conceito diferente de qualidade de vida, que não passa propriamente pela construção de mais centros comerciais, de blocos de betão que vão sendo espalhados e proliferados pelo horizonte.-----

Neste sentido, estão completamente contra esta proposta de alteração por adaptação ao plano de pormenor do Parque Ribatejo, e consideram que insistir nesta revisão, adaptação ou alteração do plano de pormenor, a única coisa que vai salvaguardar é que o promotor imobiliário, que já tem 5 anos em cima de uma licença que não utilizou para construir o tal centro comercial, com esta habilidade vai ter as licenças renovadas e poderá ser-lhe dada a faculdade de ter mais 5 anos de direito de construção sobre aquele espaço.-----

Aquilo que consideram é que deve ser feita, sim, uma alteração ao plano de pormenor, que deve ser revisto, mas no sentido de reverter ou alterar aquilo que é

[Handwritten signature]

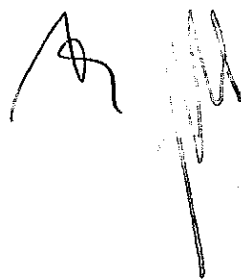
a funcionalidade do solo neste local. Esta questão dos centros comerciais, e sabe que o Sr. Presidente o acompanha e à bancada da CDU neste pensamento, já deu o que tinha a dar, não fazem falta, além de que não há nada rigorosamente no concelho que avalie a necessidade deste tipo de equipamentos, para este ou outros quaisquer locais semelhantes, além de que a pressão que se tem no território deve ser diminuída.-----

Tem que se olhar para o território, como já ouviram tantas vezes dizer, de forma diferente, e é verdade, depende da forma de cada um olhar para o território, e consideram que a alteração por adaptação, com um aumento da área construtiva como é pretendido pelo promotor, é simplesmente inaceitável, e votarão contra qualquer proposta que venha neste sentido.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que em meados de 2004, após muitas e sucessivas preocupações expressas pela bancada da CDU, o Sr. Presidente admitiu: “Esta situação tem que ser ponderada. Há de haver um momento, ainda este ano ou no início do próximo, em que tomaremos uma decisão final. Estavam previstos num quadro económico que já não existe neste momento, e a retração dos investidores é compreensível”.-----

Assim, a preocupação dos membros da CDU é essa, como já foi expresso pelo seu camarada, Sr. Vereador Paulo Rodrigues. Na resposta ao requerimento da CDU, de 19 de março de 2014, relativamente à zona das Areias e este empreendimento em particular, a câmara municipal informou-lhes: “Na sequência do plano de pormenor aprovado para o Parque Ribatejo, o qual nunca chegou a ter qualquer projeto de licenciamento de obras”. Portanto, como já foi dito, fica no ar novamente esta dúvida. Com esta alteração, até quando mais é que a câmara municipal deseja acolher uma pretensão que manifestamente assume contornos de indecisão, com repercussões negativas para o desenvolvimento económico do concelho?-----

Como também já foi dito, na Previdente há um estudo de ocupação que previa a ocupação de uma área comercial, área logística e área habitacional, e a câmara municipal informou-os de que esta pretensão nunca foi formalizada. Sobre a Tertir, informou-os que foi apresentada à câmara municipal uma pretensão de instalação de uma área comercial, mas que os requisitos para o procedimento de avaliação, apesar de haver um pedido de informação prévia, nunca foram efetivamente



desenvolvidos, ou seja, não foi apresentado o consequente projeto de licenciamento. Sobre a Nestlé, e também sobre esse centro comercial, nunca foi terminado, por a requerente não ter dado seguimento ao processo. -----

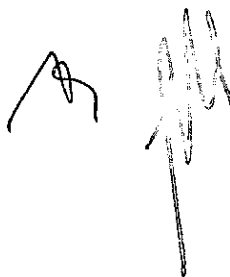
A CDU tem o entendimento que a câmara municipal, no uso das suas competências, e aplicando o PDM - Plano Diretor Municipal, não pode continuar a permitir este processo de indefinição, até porque, na opinião dos seus membros, estas são as áreas disponíveis existentes no concelho de Vila Franca de Xira que poderão significar, caso haja por parte de investidores privados projetos estruturantes efetivos, o desenvolvimento que tanto faz falta ao concelho, com a consequente criação de postos de trabalho, riqueza e mais-valia. Portanto, reiteram que a câmara municipal deve construir instrumentos de gestão territorial no sentido de redefinir modelos de ocupação consentâneos com a vocação do concelho e a imperiosa necessidade de criação de postos de trabalho.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo defendem que o PDM seja revisto, porque está-se no lugar de Trancoso e, mesmo à entrada, do lado esquerdo, era um antigo terreno há muitos anos, quando era miúdo e andava de calções, havia lá uma grande área de macieiras ou pereiras, mas com as obras foi todo aterrado, e o que lá existe é terra e pedras.-----

Se bem se recordam todos, o próprio, enquanto vereador, na última revisão do PDM, e não foi o Partido Socialista, pois era contra, propôs que a área fosse considerada em PDM para serviços. Aliás, pensa que o Partido Comunista, se não se engana, também era contra. Aquela área deveria ser considerada para área de expansão de comércio e de serviços, porque há terreno no lado de Vila Franca de Xira, e Arruda tem uma dificuldade em ter terreno disponível do outro lado, já que as parcelas são mais pequenas do que esta área. Assim, poder-se-ia aproveitar a zona da saída da autoestrada para fixar como “zona de desenvolvimento”, diminuindo a pressão sobre o litoral, sobre a zona ribeirinha, a frente ribeirinha de todo o concelho, criando o novo polo de desenvolvimento nesta área. -----

Isso não foi entendido pelo Partido Socialista, e no fim da revisão do PDM ainda houve uma mitigação do processo, mas só após uma participação assinada pelo próprio, entregue em sede de PDM. -----

Isto quer dizer que Vila Franca de Xira tem de ter uma estratégia, e depois segui-la

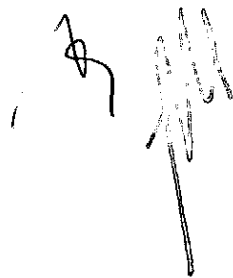


e procurar os investidores para fazer face à mesma. O que aconteceu durante anos no concelho de Vila Franca de Xira, e não é o próprio que o diz, mas um ex-vereador do urbanismo, Carlos Silva, é que a estratégia de desenvolvimento foi de acordo com a oportunidade, com os interesses que vieram aparecendo de privados, e isto desde 1975 até hoje.-----

Portanto, passou por uma governação do Partido Comunista até uma governação do Partido Socialista, em que os interesses privados, e entendam-se não com uma conotação negativa, do interesse pouco transparente, mas do interesse privado legítimo do investidor, foram condicionando o desenvolvimento do concelho, e por isso é que depois se assistiu a uma mistura de usos, logística com habitação, ou indústria com habitação, quando não deve ser assim. Mais uma vez, e não é o próprio que o diz, são os instrumentos do território que a câmara municipal tem há vários anos, o plano estratégico, agora, o plano de regeneração e requalificação urbana, que dizem claramente que um dos problemas do concelho é o território, é a qualificação do mesmo, e estancar de uma vez por todas a mistura de usos.-----

Assim, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, deveria existir uma revisão do PDM, e este devia ser um verdadeiro plano estratégico do concelho, não devia ser mais um PDM. Os PDM, ao contrário do que diz toda a gente, são uma soma dos interesses, não são nenhuma visão estratégica para nenhum município, com a exceção daqueles municípios que assumem que o PDM é um plano estratégico do seu concelho. Caso contrário, o que se assistiu, na primeira versão do PDM, foi à soma dos interesses que lá estavam, e na segunda revisão do PDM "idem, idem, aspas, aspas". Foi o que aconteceu, sem nenhuma área de expansão vocacionada, como era este o caso, na zona interior do concelho, em que aproveitava marcadamente uma nova área de acessibilidades para potenciar toda a zona com um novo desenvolvimento.-----

Quanto aos interesses dos espaços comerciais no concelho, também a eles Vila Franca de Xira chegou atrasada. Chegou atrasada no tempo, pelo menos até há 5 ou 6 anos atrás, e ver-se-á o que vai acontecer com uma nova janela de oportunidade, que se abrirá eventualmente a breve prazo. Se se reparar, o concelho de Vila Franca de Xira pertence aos 20 maiores do país, é dos maiores da Área Metropolitana de Lisboa, e, em termos de acessibilidades, para chegar e sair





do concelho, e não está a falar de acessibilidades dentro do concelho, está a falar de acessibilidades, por exemplo, para chegar ao nó de Alverca, tem do melhor que existe. Para chegar ao nó de Alverca, para depois se entrar dentro de Alverca, é do melhor que se pode ter em qualquer parte do país. -----

Porque é que nunca houve nenhum interessado em abrir um espaço comercial? Porque é que em Vila Franca de Xira, no espaço do concelho, o único que se tinha é o mono do Vilafranca Centro, que está fechado, e o hipermercado que abriu há uns anos, no reaproveitamento de um espaço que era da antiga Tertir? Nem isso foi planeado, pois foi o reaproveitamento de um espaço que era da antiga Tertir. -----

Os grandes espaços comerciais nunca se instalaram em Vila Franca de Xira, instalaram-se em Lisboa, nos concelhos limítrofes, em Alenquer, mas nenhum se instalou em Vila Franca de Xira, e seria bom que um dia se perguntasse porquê. Porque é que, tendo-se em algumas áreas excelentes acessibilidades, nunca se instalou nenhum desses grandes investimentos no concelho? Uns poderão dizer, "ainda bem, porque como nós defendemos o comércio tradicional, nós não queremos as grandes áreas comerciais, queremos é que as pessoas vão comprar ao comércio de rua", e então o próprio, ao olhar para o concelho, vê a cidade de Vila Franca de Xira florescente no comércio tradicional, com ruas abertas, o comércio fluoesciente, cheio de vila-franquenses a investir, e em Alhandra também. Em Alverca, então, as pessoas aglomeram-se nas ruas de tanto quererem ir comprar ao comércio tradicional, e na Póvoa de Santa Iria por aí fora. Contudo, como toda a gente sabe, não é nada assim, o que quer dizer que Vila Franca de Xira não teve o benefício do investimento, mas teve os aspetos negativos desse investimento. Em Vila Franca de Xira é-se contra a instalação, mas vai-se ao Vasco da Gama e ao Colombo, e não se leva o carro para o restaurante ou para a loja onde se vai comprar a camisa ou o fato, porque não se pode, senão até se levava. Contudo, é-se contra, é-se contra as grandes superfícies comerciais, mas vai-se lá, a Lisboa, a Loures, a Odivelas, não se vai é a Vila Franca de Xira, porque não tem.--

Os membros da Coligação Novo Rumo não são contra a instalação de grandes superfícies comerciais, desde que exista um verdadeiro planeamento e uma integração do espaço onde se vai integrar, e na integração com o comércio tradicional. Aliás, isto está escrito há uns anos, quando foi daquela fúria de



aprovação de projetos em Alverca, sendo que em Alverca estão aprovadas, neste momento, se não está enganado, e de memória, 3 superfícies comerciais. Esta, o Parque Ribatejo, no parque da ex-Tertir, e em frente à Tertir. -----

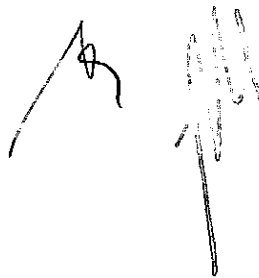
Assim, o que se tem de ter é uma estratégia. O que é que se quer, por exemplo, de Alverca? Bem, já se percebeu que não se quer o Museu do Ar, deixou-se ir para Sintra e deixou-se que roubassem até as águias, e isto já veio desde o tempo do Partido Comunista, o PS não fez nada e, portanto, foi isto que aconteceu. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para se cingir ao ponto, pois daqui a um pouco sairão todos sem terem a ordem do dia pronta Percebe que este é um assunto importante e uma reflexão interessantíssima, mas o que é um facto é que se trata de decidir sobre uma questão em concreto. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que se o próprio tivesse chegado ontem, podia olhar para este espaço e dizer, sim ou não, desta forma, mas já chegou há mais tempo e tem um problema, que é o de já ser do tempo desta história toda, em que ia comer um palmier recheado a Alverca e ia ao Museu do Ar. Quando estudava ali, ia no intervalo, com os seus colegas, comer um palmier recheado à pastelaria que já lá não existe, a seguir passavam a passagem de nível e iam visitar o Museu do Ar, que era de borla. -----

Ainda é desse tempo, não do tempo do “país desgraçado”, mas do tempo em que efetivamente se fazia isto, e o que queria dizer, quando o Sr. Presidente o interrompeu, é que quando se instala uma superfície comercial tem que se ter um objetivo, uma estratégia, e como se vai enquadrar naquele espaço. No caso da Tertir era perfeitamente plausível que até se instalasse a possibilidade do Museu do Ar, integrado com aquele espaço. Era perfeitamente plausível que se fizesse, mas para isto era preciso ter uma visão e uma estratégia para se fazer e, depois, encontrar os interessados. -----

Aquilo que quer dizer é que era preciso existir um objetivo maior para todo este espaço. Portanto, quando leem o documento, em que a única coisa que o promotor diz é, “bem, hoje em dia, com a nova visão dos espaços comerciais”, o próprio é ignorante, e não percebe nada disto do que são os novos espaços comerciais e as exigências dos mesmos. Não conhece, e precisava que lhe explicassem, face ao que está aprovado, e que os membros da Coligação Novo Rumo votaram a favor,



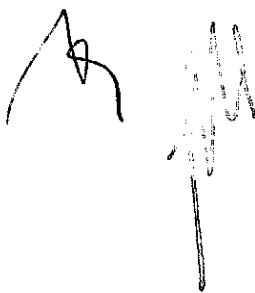
mesmo quando o PS tinha maioria absoluta, pelo que estão à vontade no processo, porque podiam ter votado contra. Votaram a favor porque, à época, acreditavam num conjunto de compromissos que também seriam executados, mas quando lhes dizem, "bem, a única coisa que quero agora é ir até ao máximo do que me permite a lei, para expandir isto", e depois se escreve um conjunto de 3 ou 4 frases, em que se diz do novo conceito, da nova forma ou de mais segurança, precisam de ver o que é isto. -----

Associado a isto precisam de saber quando é que o promotor vai investir. Quando é que vai começar a obra? Se é só para ter no seu poder um aumento da sua licença, logo, um aumento do seu valor, com franqueza, não estão disponíveis para isso. Se ele disser que quer, de acordo com um projeto e determinadas necessidades, e que inicia o investimento em 2016, estão disponíveis para avaliar. Se for só para prolongar o seu espaço, é sabida a posição que têm, que é na maior parte desses espaços deve ser revertido o uso, e já que passou tantos anos deve o promotor propor novo projeto para aprovação, e a câmara municipal deve-se pronunciar face à lógica atual e à estratégia que o município venha a ter. -----

Assim, propõem que, ou o promotor, ou a câmara municipal, retirem o processo para avaliação, que o promotor explicita melhor o que quer, ou então, se é só para ter na sua posse um instrumento que, apesar de tudo, passa a valer um bocadinho mais, não estão disponíveis para, administrativamente, lhe dar essa possibilidade, sem compreenderem o verdadeiro alcance desta intervenção, pondo como contrapartida que não mudaram de opinião, pensam que é perfeitamente possível e plausível uma intervenção estruturante em toda aquela área. No entanto, hoje têm que olhar para o novo projeto, as novas necessidades e saber quando é que o promotor vai construir, porque não se pode continuar mais 10 anos expectante naquela área sem se saber bem o que ali se vai fazer, o que ali se vai autorizar e está aprovado. -----

Portanto, a posição da Coligação Novo Rumo é esta, clara e transparente. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que os comentários que o Sr. Vereador Rui Rei teceu sobre a função orgânica dos PDM comprometem-no a si, os membros do PS não estão de acordo, nem se reveem nessas apreciações. Contudo, vale a pena referirem-se ao processo de revisão do PDM que levaram no mandato anterior, no



concelho de Vila Franca de Xira. Essa revisão foi, não só participada, e prova disso foi a própria participação do Sr. Vereador no processo, mas também estratégica, que procurou 4 linhas de intervenção muito importantes, que só existiram porque houve essa revisão. -----

Agora, isso não significa que essa revisão seja a configuração final do PDM ideal para todo o sempre, como é evidente, e por isso é que na própria legislação existente sobre os PDM é suposto que venham a ser revistos com alguma regularidade, até para adaptar as estratégias dos municípios à realidade nacional e até internacional que hoje em dia afetam indelevelmente a realidade local, esteja ela onde estiver. -----

Foi uma revisão absolutamente estratégica e orientada para o aumento das áreas de atividades económicas, e o Sr. Vereador sabe que o Partido Socialista fez propostas muito para além do que foi aprovado pelas autoridades, que depois vieram a limitar o resultado final. Portanto, não pode dizer o que disse, ou por outra, pode dizê-lo, mas como não é verdade, depois os membros do PS têm que repor a verdade nesse processo. Sabe o Sr. Vereador que o Partido Socialista tinha uma pretensão de alargar mais essas áreas de desenvolvimento de atividades económicas e que foi depois de várias intervenções e de recursos, inclusivamente oficiais, por parte da câmara municipal, que o processo ficou fechado, não por vontade do Partido Socialista, mas por vontade das entidades nacionais. -----

Um segundo aspeto que é absolutamente estratégico é a redução da pressão habitacional que herdou de um PDM que já estava ultrapassado e que, como também o Sr. Vereador sabe, tinha uma pressão habitacional totalmente desajustada do que é hoje a estratégia para o concelho. -----

Após uma interrupção do Sr. Vereador Nuno Libório, disse o Sr. Vice-Presidente que está a responder a questões levantadas, e não foi pelo Partido Socialista, foi pela oposição. Portanto, está a dar respostas a questões que a oposição colocou. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que se está a dar a resposta e nunca mais daqui se sai, e pensa que o Sr. Presidente deve organizar a discussão.--

O Sr. Presidente interveio, respondendo que o Sr. Vereador tem toda a razão, e ainda bem que os membros da CDU "caíram em si".-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que se o Sr. Vereador Nuno Libório



não o tivesse interrompido, o próprio, provavelmente, já teria interrompido a intervenção. -----

Prosseguiu, reportando-se aos dois últimos aspetos absolutamente estratégicos da revisão do PDM, sendo o terceiro a libertação de grandes espaços para fruição pública, porque, como o Sr. Vereador Rui Rei sabe, não só o anterior PDM levava a construção até à margem como, para além disso, antes do executivo PS poder tomar posse na presidência da câmara, foram assinados protocolos no sentido de carregar a pressão construtiva nas margens do rio Tejo. -----

O quarto aspeto fundamental do PDM teve a ver com o aumento das zonas de proteção ambiental e a reserva ecológica municipal que são vontade do Partido Socialista e que numa futura revisão não serão certamente postas em causa. -----

Assim, reposta que está a verdade sobre a questão, termina a sua intervenção. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que os Srs. Vereadores hoje estão muito nervosos, não sabe porquê, mas estão muito nervosos, e isto tem que ser visto com muita tranquilidade. -----

Sobre esta matéria, efetivamente mudam os tempos, mudam as vontades, muda a perspetiva, e naturalmente que a vida é muito dinâmica, sem dúvida nenhuma, porque se se for para outros territórios, para outros concelhos, isto é uma maravilha, e vai-se escusar de dar exemplos. -----

Após ter sido interrompido pelos Srs. Vereadores da CDU, entre eles o Sr. Vereador Aurélio Marques, continuou, solicitando-lhe que o deixasse prosseguir, e dizendo-lhe que não tem condições para dirigir uma reunião, pois quem foi eleito foi o próprio, e não o Sr. Vereador Aurélio Marques. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, perguntando quem é que diria que o Sr. Presidente viria a ser presidente da autarquia. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é da vida, e é porque os Srs. Vereadores não têm capacidade ainda para isso. Foi nesse aspeto que disse que o Sr. Vereador não tem capacidade para ser presidente. Há de ter um dia, sabe-se lá, mas ainda não tem.--

Relativamente à matéria, é tudo muito dinâmico, na medida em que, de facto, aquilo que era há uns anos atrás uma coisa magnífica, hoje já não é assim tanto. Está-se perante um território absolutamente degradado, que é o Casal das Areias, e no seu ponto de vista esta seria uma intervenção muito interessante para




revitalizar toda aquela zona e uma ligação muito próxima e estreita com a freguesia de Vialonga. Aliás, está prevista uma acessibilidade nesse sentido. -----



O que se tem hoje é um plano de pormenor que foi aprovado, com uma determinada área de intervenção, e agora os requerentes vêm dizer que, para melhoria de segurança do próprio edifício, é preciso melhorar as questões que têm a ver com os corredores e uma área superior. Isto enquadra-se naquilo que a legislação hoje exige e contempla, que é um aumento de 3%, o que é absolutamente possível, como aliás já tem acontecido em outras ocasiões. Naturalmente que não é para uma construção com estas características, mas já se tem, de facto, adaptado áreas de construção sem alteração do próprio loteamento, porque se está perante 3% de área de alteração. -----

Parece-lhe que esta era uma oportunidade para revitalizar toda aquela zona, mas a opinião da oposição não é essa. Nestes casos, como 6 são mais que 5, a aritmética não falha, e cada um tomará a responsabilidade daquilo que for a sua opção, tanto mais que tem de referir um aspeto. A legislação vai mudar, e com a mudança da legislação esta alteração dos 3% já não será possível no futuro. Esta era a derradeira possibilidade deste requerente poder aumentar a área de construção, mas não há sobre isto consenso. -----

O Partido Socialista entende que era uma boa opção para uma zona, como já disse, que carece de requalificação, e esta construção e este equipamento, comercial poderiam ser isso mesmo e concorrer para isso mesmo. -----

Porém, não há acordo, e o ponto não é aprovado, com os votos contra da Coligação Novo Rumo e da CDU, e os votos a favor do PS. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, reprovam a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2015/2016 – COMPROMISSO DE VERBAS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 307/15, de 02/06, do DEC/DE, para aprovação de compromisso de verbas a transferir para as entidades promotoras, no âmbito das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar, ano letivo 2015/2016, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 307/15, de 02/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----



4. Dotação orçamental: Plano 03/007H Orçam. 05/04.07.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: Despacho nº 13503/2009, de 27 de maio. -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que os membros da CDU voltam ao mesmo de sempre, batalharam por uma coisa que foi decidida em reunião de câmara, por maioria. Como o Sr. Presidente ainda agora disse, 6 são mais do que 5, mas pelos vistos 6 são mais do que 5 de vez em quando, às vezes não, e continuam a dizer que não lhes parece correto que a câmara municipal não aplique o prolongamento, neste caso das já chamadas AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família, até às 19h00, como foi deliberado neste órgão. Portanto, das duas uma, ou se aplica, ou se revoga a decisão que foi tomada ainda no mandato anterior.-----

Portanto, continuam a não perceber porque é que isso não acontece, e enquanto isso não acontecer, no que diz respeito às atividades de animação e apoio à família, independentemente, como é óbvio, de ninguém estar a colocar em causa a



sua pertinência, o que querem é alargar, para que não se torne numa sobrecarga para os pais e encarregados de educação do concelho.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, respondendo que esta é uma questão também antiga, para os membros do PS o fundamental é garantir a extensão do horário pré-escolar, que tem vindo a ser cada vez mais procurado. Neste momento cerca de 60% das crianças beneficiam deste apoio que a câmara municipal concede, e aliás recorda que, para este próximo ano letivo, as famílias dos escalões A e B, na sequência do acordado, através duma proposta para a aprovação do plano deste ano, vão ser beneficiadas com o custo integral da extensão do horário das crianças em pré-escolar, pela câmara municipal. -----

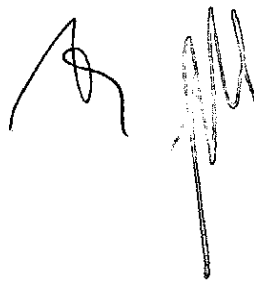
Portanto, é um apoio suplementar que se dá às famílias carenciadas do concelho, é o caminho que o Partido Socialista tem vindo a fazer, e é o caminho que certamente vai continuar a fazer, que é o reforço do apoio às famílias e crianças, nomeadamente às carenciadas, apoiando mais quem mais precisa.-----

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que pensa que a própria e o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira às vezes têm conversas de surdos, pois só pode. Tem muito gosto em ter este tipo de conversa, mas gosta mais de ter doutro tipo.-----

Ninguém está a falar da necessidade do apoio, nem do apoio que a câmara municipal quer dar aos carenciados, que infelizmente são cada vez mais, e até parece que há aqui o “bonzinho” e o “mau”. Hoje a reunião de câmara tem sido muito nesse âmbito, e que é, há os “tipos” que são os inteligentes, e não vai chamar “espertos”, vai chamar “inteligentes”, e há os outros que de vez em quando vêm atrapalhar o sistema. Não são ninguém para atrapalhar o sistema, e aliás não é esse o objetivo dos membros da CDU.-----

Quando se diz que o grande objetivo da câmara municipal é assegurar o serviço, com certeza, mas agora vai-se ver se é o objetivo da câmara municipal assegurar o serviço a 5,00€, ou até, com esta nova adaptação, ser a própria a pagar às instituições que fazem este serviço o valor de quem tem escalão A, ou se é fazer sobrecarregar ainda mais as famílias, fazendo-as pagar 40,00€ pelo serviço das 17h30 às 19h00, que é só disto que estão a falar. -----

Portanto, ou a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira segue algumas outras



câmaras e, junto do Ministério da Educação, assina um outro tipo de protocolo, ou ela própria assegura o prolongamento destas AAAF até às 19h00, que foi o que foi deliberado por esta câmara municipal, ou então continua sempre a CDU a dizer que a autarquia não está a aplicar aquilo que foi deliberado em reunião, e o PS a dizer que não, tem que assegurar, que está a assegurar, e que há 60% de crianças a usufruir deste serviço.-----

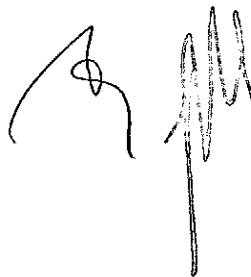
É só isto, é isto que o Partido Socialista quer, fazer com que as pessoas continuem a pagar os 40,00€ a mais. Agora, não se esteja sempre a pôr a “peneira no sol”, porque assim não se entendem. Pede desculpa, mas já está um bocadinho saturada, porque desde o mandato anterior que se anda nesta conversa.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que a Srª Vereadora não tem que ficar saturada, tentar-se-á responder com a clareza possível. Nem sempre se consegue ser claro, mas o Sr. Vice-Presidente agora vai-se esforçar, não tem dúvida absolutamente nenhuma.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, como a Srª Vereadora sabe, normalmente não entra em diálogo com nenhum vereador, e também não entrará com a Srª Vereadora. Normalmente os Srs. Vereadores, em que o próprio se inclui, se têm questões a colocar, colocam-nas, e os outros respondem às questões. -----

É natural que, ao colocar, e todas as questões podem ser colocadas, como a Srª Vereadora imagina, o executivo PS depois procura responder, o que não se pode é, provavelmente, responder exatamente da forma como, no caso, a Srª Vereadora quer ouvir essa resposta. Dar-se-á sempre a resposta que deve ser dada, e que é a resposta do executivo. Isso pode satisfazer ou não a Srª Vereadora, mas mais do que isso não se pode também fazer.-----

O que dirá à Srª Vereadora sobre esta matéria é que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira é hoje um exemplo, como um dos municípios que presta mais apoios às famílias e crianças do seu universo concelhio, e isso em comparação, em conversa e permanente discussão no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, de que, como se sabe, Vila Franca de Xira faz parte, tendo um papel muito ativo nas discussões em torno desta área da educação, e é aliás exemplo para muitos deles.- A câmara municipal avançou, porque quis, e porque assim o entendeu, com o prolongamento de horário, que é um complemento dum serviço que já hoje é



praticado, e que depois tem a sequência a partir das 17h30 da tarde com o ATL. ----
Este serviço de apoio à família está definido na lei, e é dado e concedido através
de parcerias com diversas entidades, entre associações de pais e outras, e
beneficia hoje cerca de 60% das crianças do concelho. Já se viu, por comparação
com os anos anteriores, que se terá atingido provavelmente a percentagem ótima
em termos de procura, ou seja, há disponibilidade para chegar aos 100%, se
houver 100% de procura, e não há, porque as famílias têm outras opções, incluindo
a de quererem que as crianças saiam às 15h00, quando estão no pré-escolar. -----
Portanto, assegura-se este serviço até às 17h30, e das 17h30 em frente é através
do serviço de ATL, muitas vezes nas próprias escolas, porque a câmara municipal
presta também essa parceria com associações de pais e IPSS – Instituições
Particulares de Solidariedade Social. -----

É isso que se fará este ano letivo, como também já deu conta, as famílias
carenciadas vão ter o seu custo familiar coberto a 100% pela câmara municipal, e
portanto é um apoio ainda suplementar ao que já era suplementar de per si, e este
é o caminho que o Partido Socialista tem vindo a fazer, que continuará a fazer. -----
Se a Srª Vereadora gostará ou não da resposta, não pode deixar de lhe dar esta
resposta, que é a correspondente à realidade e ao esforço que os membros do PS
têm vindo a fazer no concelho de Vila Franca de Xira sobre esta matéria. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, respondendo que se vai ter que
decidir isto duma forma ou doutra. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo à Srª Vereadora, de uma forma mais clara,
talvez mais objetiva, que se aprovou em reunião uma proposta, mas não se disse
que se ia pôr em prática imediatamente, porque trazia constrangimentos
financeiros, que se têm que ter em atenção. Portanto, não pode ser “estalar os
dedos” e avançar. Houve uma intenção de se poder vir a implementar ou
implementar essa solução, no entanto são matérias nas quais, por o executivo PS
entender que deveria intervir, está a intervir. -----

A Srª Vereadora colocou a questão de se aprovar uma coisa, e ainda não se
conseguir implementar, e então a questão é que se revogue a decisão, sendo que
o próprio pensa que se calhar vale a pena mantê-la, até ter condições de se pôr em
prática. Depois, revogar, dificilmente se ia revogar, e não sabe qual era o sentido



Reunião de 2015/06/17

Proc^o EDUCA.00SE.003.

Deliberação nº

de voto. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que pensa, e pensam os membros da CDU, que por vezes tem que se ser sincero, e que responder de forma correta, sendo que, ao contrário de outros, o Sr. Presidente agora mostrou que tem capacidade para exercer o cargo que está a exercer.-----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signatures]

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 127

Reunião de 2015/06/17

Procº EDUCA.00SE.001.

Deliberação nº • 368

1. Assunto: SUBSÍDIO AO FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES – ANO LETIVO 2015/2016 – MINUTA DO PROTOCOLO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 290/15, de 26/05, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com os agrupamentos de escolas, relativo aos subsídios ao funcionamento e atividades da educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2015/2016, bem como do respetivo compromisso de verbas, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 290/15, de 26/05, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01.04.015B Orçam. 05/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 128

Reunião de 2015/06/17

Procº EDUCA.00SE.009.

Deliberação nº 369

1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2015/2016 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SOBRALINHO E ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE CASTANHEIRA DO RIBATEJO – MINUTA DO PROTOCOLO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 315/15, de 04/06, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho e a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, referente aos circuitos especiais dos transportes escolares, no ano letivo 2015/2016, bem como do respetivo compromisso de verbas, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 315/15, de 04/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004F Orçam. 05/04.07.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo ao Sr. Presidente que falta só a comunicação interna. Os membros da CDU não a têm, e portanto consideram que o ponto está incompleto. -----

Era bom para perceberem de que transferência se está a falar, e se o Sr. Presidente fizesse o favor de a fazer chegar, seria ótimo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2015/2016 – TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 316/15, de 04/06, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verbas e da respetiva transferência, para a União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz e União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, no âmbito dos transportes escolares, no ano letivo 2015/2016, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 316/15, de 04/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004B Orçam. 05/04.05.01.02 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo ao Sr. Presidente que falta só a comunicação interna. Os membros da CDU não a têm, e portanto consideram que o ponto está incompleto. -----
Era bom para perceberem de que transferência se está a falar, e se o Sr. Presidente fizesse o favor de a fazer chegar, seria ótimo. -----
Depois, não sabe se fará sentido, no entender dos membros da CDU sim, quando se faz uma transferência para as freguesias é pago o custo ao km, mas também devia haver alguma atenção da câmara municipal no que diz respeito ao desgaste das viaturas. É uma sobrecarga, por aquilo que sabem, em relação à manutenção destes veículos, e não sabe se o valor que é pago ao km faz face a essas despesas. Respondeu o Sr. Vice-Presidente que o valor pago ao km é para cobrir o conjunto dos custos, e depois aplica-se consoante o percurso que efetivamente é feito. O



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº _____

que é suposto é que esteja tudo incluído nesse valor. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----





1. Assunto: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO 2015/2016 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA MATERIAL ESCOLAR, VISITAS DE ESTUDO E LIVROS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 309/15, de 03/06, do DEC/DE, para aprovação da atribuição de subsídio para material escolar, visitas de estudo e livros, aos alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho, bem como dos respetivos compromissos de verbas, no âmbito do programa de ação social escolar, no ano letivo 2015/2016, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 309/15, de 03/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001F Orçam. 05/04.03.01 -----
-----Plano 04/01/03/001H Orçam. 05/04.03.01 -----
-----Plano 04/01/03/001G Orçam. 05/04.03.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----




1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2015/2016 – COMPROMISSO DE VERBAS – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 319/15, de 04/06, do DEC/DE, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à aquisição de serviços, no âmbito dos transportes escolares, para o ensino básico e secundário, no ano letivo 2015/2016, bem como do compromisso de verbas, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 319/15, de 04/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004D Orçam. 05/02.02.10 -----
-----Plano 04/01/03/004E Orçam. 05/02.02.10-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2015/2016
– REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO
COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 322/15, de
05/06, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com as
entidades parceiras, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, no ano
letivo 2015/2016, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização
prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 322/15, de 05/06, do
DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01/03.006B Orçam. 05/04.07.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho. -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 134

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 3433/15, de 08/06, do DGAJFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/05/25 e 2015/06/05.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 3433/15, de 08/06, do DGAJFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do seguinte:-----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração, que se indicam:-----



Lei nº 40/2015, de 1 de junho, I série, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei nº 31/2009, de 3 de julho; -----

Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, I série, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

Lei nº 41/2015, de 3 de junho, I série, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e revoga o Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de janeiro. -----

2. Dos editais publicados entre 2015/06/01 e 2015/06/12, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Tomado conhecimento.-----

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2015/05/28 e 2015/06/09, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Handwritten signature

Fl. Livro _____

Fl. Ata 137

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais -----24 442 060,27€
Dotações não Orçamentais ----- 1 841 905,57€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais ----- 4 481 869,71€
Dotações não Orçamentais ----- 446 217,42€



3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: ESTÁGIO/FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO – ESCOLA PROFISSIONAL GUSTAVE EIFFEL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2851/15, de 06/05, do DGAFJ/DRH, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Escola Profissional Gustave Eiffel – Polo de Arruda dos Vinhos, para a realização de um estágio/formação em contexto de trabalho, para um aluno do curso de eletricista de instalações, com a duração de 480 horas, sendo o orientador de estágio o encarregado, Guilherme Rómulo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 2851/15, de 06/05, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

A



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO – ADJUDICAÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 223/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do relatório final, elaborado pelo júri do procedimento, bem como da adjudicação à Hobbyvida – Serviços de Desporto, Lda., da contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do concelho, pelo valor de 598 997,88€, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 223/15, de 09/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a sua intervenção é para expressar que deve ficar em ata que a CDU se abstém. -----
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que só gostaria de voltar a afirmar aquilo que disse na reunião da Póvoa de Santa Iria. A câmara municipal, por força das alterações que fez ao contrato, baixou os salários dos funcionários das piscinas. O que se pagava nas piscinas era 11,00€ à hora, e hoje passou a pagar 8,00€ à hora. A câmara municipal, à época, disse que não era assim, mas é verdade. Foram funcionários da câmara municipal que falaram com os funcionários da piscina, e que disseram que por força da crise se iam baixar os valores. Pensava que era só “o Gaspar” que o tinha feito, e que dinheiro não era problema. -----
É nestas matérias que se deve ir mais atrás. Quando, desde do início do mandato, se começou a discutir, a câmara municipal, sem ter nenhuma diretriz nesse

sentido, baixou os salários aos funcionários das piscinas que são subcontratados por esta empresa. Porquê? Porque administrativamente baixou aquilo que era de 11,00€ para 8,00€. Na altura levantou esta questão, a câmara municipal não corrigiu isto, e continua administrativamente a compactuar com salários mais baixos sem razão aparente. Porquê? Porque os utentes das piscinas não tiveram nenhuma redução no valor, ou seja, não se repercutiu esta baixa nos salários ou nos custos operacionais no cliente final, que são todos.-----

Não se repercutiu isso, pelo que há aqui uma questão administrativa, que não faz absolutamente sentido nenhum, principalmente quando o Partido Socialista, e aqui, pelos vistos só em termos públicos, disse sempre que era contra um conjunto de medidas que o Governo andou a tomar, mas depois, na gestão da câmara municipal faz exatamente a mesma coisa, que é dizer aos trabalhadores que têm de ganhar menos. Faz mais, depois ainda diz que não é verdade.-----

É verdade, pode-se justificar, e chama ainda à atenção que a câmara municipal não tem regularmente nas piscinas os nadadores-salvadores que é obrigatório ter. Tem de ter em cada piscina um nadador-salvador, e não é o nadador-salvador que é o responsável ou o coordenador dos colegas, o "tipo" que faz a medição da água, não é isso, é um nadador-salvador responsável por estar na piscina "não vá o diabo tecê-las". -----

A câmara municipal neste momento não tem essa função nas piscinas no concelho de Vila Franca de Xira, e chama a atenção para isto, pois já o fez várias vezes. É fácil de comprovar, é ir aos locais e verificar. -----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo a tolerância à Coligação Novo Rumo e à CDU para prolongar a reunião mais 5 ou 10 minutos, para acabar com os pontos que faltam, que são muito poucos, tendo a resposta sido afirmativa. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, referindo, tal como disse na altura em que esta questão foi aprovada, que a aplicação da redução remuneratória resulta da lei que está no Orçamento de Estado e não foi a câmara municipal que aprovou este Orçamento de Estado, nem esta redução remuneratória. Foi o Governo que o aprovou e tem que se aplicar a lei. -----

Se o Sr. Vereador entender que não se deve aplicar a lei, é o Sr. Vereador que diz que não se aplica a lei na câmara municipal. A Câmara Municipal de Vila Franca de

Xira aplica a lei, única e exclusivamente a lei. Portanto, foi o que se fez. -----

Relativamente à questão de não se ter baixado o valor aos utentes, o Sr. Vereador normalmente costuma dizer que tem uma “memória de elefante”, o próprio não tem, mas não se lembra, nas aplicações das reduções remuneratórias que o Governo fez, ter baixado alguma coisa aos portugueses. Não se lembra, se calhar o Sr. Vereador lembra-se, mas o próprio não se lembra. Não baixou em nada, aplicou a redução remuneratória a toda a gente, mas não baixou o que essas pessoas tinham de pagar. Portanto, na câmara municipal o executivo limita-se a aplicar a lei, e se o Sr. Vereador achar que não se deve aplicar a lei, não se aplica. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando então que a questão dos valores tem a ver com a aplicação da lei.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, para referir que o caderno de encargos diz que o preço mínimo a pagar aos trabalhadores é de 8,00€, e não foi o Governo que mandou escrever isto. O valor que lá estava escrito antigamente era 11,00€, não foi o Governo que disse ao Sr. Vereador para escrever 8,00€. A verdade é uma coisa muito clara e exímia, e já que o Sr. Vereador disse que o Governo não baixou nada, mais uma vez, ou o Sr. Vereador tem pouca memória, ou falta à verdade. Ainda agora vai descer o valor do gás natural em 3,5%, e já desceu há 6 meses atrás.-----

O Sr. Vereador António Félix não tem memória ou não quer, não pode é justificar as habilidades ou inabilidades que faz com os outros. O que o Sr. Vereador fez em Vila Franca de Xira foi a redução remuneratória que aplicou aos funcionários municipais, guardou-a na câmara municipal, fez investimentos com ela, e não repercutiu isso nos trabalhadores, ao contrário de outros municípios, e o próprio pode provar isto.-----

Portanto, o Sr. Vereador não lhe deve dar essas lições, porque isso não é verdade. O Sr. Vereador guardou o dinheiro para fazer investimentos e não o redistribuiu aos trabalhadores. Fez mais, chegou a dizer que não podia requalificar os trabalhadores porque isso implicava uma sobrecarga no orçamento. Foi o Sr. Vereador que disse, não foi o próprio. Isso também foi uma medida do Governo, que lhe diz que não pode requalificar os trabalhadores? Não foi, é uma decisão do Sr. Vereador, que é a de não requalificar os trabalhadores porque não lhes quer



Reunião de 2015/06/17

Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 143

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº 376

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "A", SITA NO CASAL DO ÁLAMO, LOTE F, EM SÃO JOÃO DOS MONTES – HABIPSP, CRL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 151/15, de 02/06, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "A", sita no Casal do Álamo, lote F, em São João dos Montes, pelo valor de 104 900,00€. -----


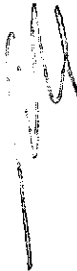
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 151/15, de 02/06, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "I", SITA NA PRACETA FLORBELA ESPANCA, Nº 28, 2º ESQº, (ANTIGO BAIRRO DA CHASA, LOTE F47), EM ALVERCA DO RIBATEJO – COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DE ALVERCA CHASA, CRL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 162/15, de 11/06, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "I", sita na praça Florbela Espanca, nº 28, 2º esqº, (antigo bairro da Chasa, lote F47), em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 65 000,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 162/15, de 11/06, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 145

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº 378

1. Assunto: EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – MINUTA DO CONTRATO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 153/15, de 04/06, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada de construção da EB 1 nº 2 de Vialonga, adjudicada à Norcep – Construções e Empreendimentos, Lda, pelo valor de 1 981 994,90€. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 153/15, de 04/06, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: EMPREITADA DE RECARGAS DE PAVIMENTOS 2015 – MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA – MINUTA DO CONTRATO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 157/15, de 04/06, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato da empreitada de recargas de pavimentos 2015 – Município de Vila Franca de Xira, adjudicada à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 329 264,53€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 157/15, de 04/06, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, independentemente das considerações, pensa que o facto de se ter colocado, e os membros da Coligação Novo Rumo terem pedido um concurso público para esta matéria, é o exemplo que para muitas outras se deveria fazer. Este é o exemplo de um concurso que aparentemente não tem atrasos, aparentemente há de ser implementado a tempo e horas, e aparentemente, com certeza, custou mais barato à câmara municipal que no ano passado, só que no ano passado e há 3 anos foi adjudicado à mesma empresa, mas sem concurso público. Assim, a verdade é o que veio proposto, que era um não concurso público, um concurso por convite.-----
Tendo a Engª Rosário Ferrão respondido que não, continuou, pedindo para o corrigirem, pois deve haver um problema neste ponto, porque, do que tem de memória, o que veio à câmara municipal era um concurso por convite. Está em ata, e pode-se verificar que o Sr. Presidente fez uma intervenção a seguir, e disse: “Bem, vamos lá experimentar, ver se não temos nenhum problema”.-----

Respondeu o Sr. Presidente que foi assim, tal e qual. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador, dizendo que a Engª Rosário Ferrão está a dizer que não. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, esclarecendo que era a questão da avaliação da proposta. O Sr. Vereador Rui Rei propôs que se fizesse pelo preço mais baixo, e o que se trazia a reunião era a proposta economicamente mais vantajosa.-----



Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que a Engª Rosário Ferrão tem mesmo razão, e pede desculpa por isso, é um concurso público, mas pelo preço mais baixo. No entanto, isso quer dizer que, tendo-se optado nos anos anteriores pela proposta economicamente mais vantajosa, não foi a mais barata para a câmara municipal.--- Assim, é verdade que se fez o concurso público, fez-se foi com critérios diferentes. Aqui disse-se que era pelo preço mais baixo, e pelo preço mais baixo ganhou o mesmo concorrente, mas com um preço mais baixo. Aparentemente, agora não se vão ter problemas de qualidade, pois esse era um dos problemas quando se adjudicava pela proposta economicamente mais vantajosa, que era sempre mais cara do que algumas das outras que vinham por aí.-----

Neste sentido, salvo eventualmente exceções, e na matéria do mérito não pensa que haja exceções, o mérito deve prevalecer sobre o resto. Neste caso é o mérito do preço mais vantajoso, economicamente mais vantajoso, e o preço mais baixo para a câmara municipal, que se veio a verificar. Aqui sim, eventualmente os cidadãos podem dizer que por força desta decisão a maior parte dos salários dos políticos que estão nesta câmara municipal já está paga até ao fim do mandato. Já está resolvido, e não se tem esse problema.-----

Agora, há propostas que vêm que deviam ser feitas desta forma, porque obrigava a uma maior concorrência e, logo, a baixarem alguns dos valores que aparecem de vez em quando na câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o que acaba em bem é bem-vindo, e teve-se, de facto, a surpresa ou não da manutenção da mesma empresa, que já habituou a um serviço de qualidade, e vai mantê-lo naturalmente. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 224/15, de 05/06, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/05/26 e 2015/06/04, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 224/15, de 05/06, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo-se à autorização de utilização da Caixa Geral de Depósitos por causa de uma fração, que se diz que é para habitação. Pensa que é uma situação de reversão, de pessoas que não pagam, em que a fração passa para a CGD, e depois a Caixa tem que fazer obras para voltar a arrendar. Não sabe se é isso, pensa que o que seria mais normal, na Caixa Geral de Depósitos, seria para abrir, mas também não abre num 4º andar. ---
Respondeu o Sr. Presidente que o proprietário desta habitação é a Caixa Geral de Depósitos, logo, a licença de utilização, que não tinha, tem que ser para o titular da propriedade, e é por isso que consta a Caixa Geral de Depósitos. -----
A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo pretendem saber relativamente ao processo nº 4/15, que tem a ver com a Auchan, o Jumbo de Alverca do Ribatejo, e com um posto de combustível. Gostariam de saber se tem a ver com alguma alteração, se é um novo posto, ou do que se trata concretamente neste processo.-----
Respondeu o Sr. Presidente que não consegue dizer o que é com exatidão,



Deliberação nº _____

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO SITO NO CASAL DOS BAIXINHOS – ALTO DA AGRUELA – VILA FRANCA DE XIRA – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 3/2000, DE 24/02 -

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 444/15, de 28/05, do DGUPRU/DGU/SG, para aprovação, decorrido o período de discussão pública, da alteração ao loteamento sito no Casal dos Baixinhos, Alto da Agruela, freguesia de Vila Franca de Xira, titulado pelo alvará de loteamento nº 3/2000, de 24/02, requerida por Carlos Manuel Paulino Barão e outra. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 444/15, de 28/05, do DGUPRU/DGU/SG, planta de localização e planta de síntese, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 151

Reunião de 2015/06/17

Procº 1/02 LOTEPM

Deliberação nº 381

1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO DO LOTEAMENTO DA PONTINHA OU TORRE – SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 44/15, de 09/06, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização do loteamento sito na Pontinha ou Torre, no Sobralinho, União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, cujo promotor é a Torres do Palácio – Investimento Imobiliário, Lda, e extinção da caução, mediante a libertação da garantia bancária nº 83.014.205.993, emitida pela CGD – Caixa Geral de Depósitos, em 2007/10/26, no valor de 63 000,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 44/15, de 09/06, do DGUPRU/DF/SUI, auto de receção definitiva das obras de urbanização e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

A *MA*

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO DA PANASQUEIRA I, LOTE 4 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 127/15, de 21/05, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor
do município, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2013-AUGI, de 31/07, sobre
o lote 4, que deu origem aos números de polícia 7, 7-A e 7-B, do loteamento da
Panasqueira I, em Alverca do Ribatejo, requerido por Luís Martins e outros. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 127/15, de 21/05, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta
parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----

1. Assunto: REABILITAÇÃO DA RUA ALVES REDOL – 1ª FASE – VILA FRANCA DE XIRA –
CONTA FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 732/15, de
22/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de
reabilitação da rua Alves Redol – 1ª fase, em Vila Franca de Xira, adjudicada à FCJ –
Obras Públicas, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 732/15, de 22/05, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, para dizer que os membros da
Coligação Novo Rumo, relativamente a este ponto, tal e qual como nos seguintes,
que têm a ver com a mesma situação, aperceberam-se que os empreiteiros
“desapareceram” ou estão incontactáveis. Portanto, questiona se a câmara
municipal vai entretanto acionar estas situações junto do Dr. Manuel Rodrigues, ou
se fica por aqui. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Oliveira. -----





1. Assunto: REMODELAÇÃO DA RUA DR. MIGUEL BOMBARDA - 1ª FASE – VILA FRANCA DE XIRA – CONTA FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 733/15, de 22/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de remodelação da rua Dr. Miguel Bombarda – 1ª fase, em Vila Franca de Xira, adjudicada à FCJ – Obras Públicas, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 733/15, de 22/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 155

Reunião de 2015/06/17

Procº DOVSM.01.01.07.12

Deliberação nº 384

1. Assunto: EXECUÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA NO CASAL DA SERRA – PÓVOA DE SANTA IRIA – CONTA FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 771/15, de 01/06, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de execução da EB1 e jardim de infância no Casal da Serra, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Pastilha & Pastilha, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 771/15, de 01/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 156

Reunião de 2015/06/17

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº 385

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – 3º PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 799/15, de 05/06, do DOVI/DOVI, para aprovação do 3º processo de revisão de preços, no valor de 6 992,47€, mais IVA, da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construção, SA, referente à revisão de preços definitiva, correspondente ao período de dezembro de 2011 a dezembro de 2014, no valor de 2 424,61€, mais IVA, e à revisão de preços provisória, correspondente ao período de janeiro a abril de 2015, no valor de 4 567,86€, mais IVA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 799/15, de 05/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a este ponto e ao ponto 40 da ordem do dia, dizendo, muito rapidamente, que queria colocar duas questões sobre os mesmos, mas se o Sr. Presidente entender que os extrapolam, e que é uma “boleia”, aceita perfeitamente que não responda. -----
Levantará as questões, sabe que o Sr. Presidente gosta de respeitar e de se cingir aos pontos, e não levantou as questões durante o período antes da ordem do dia, mas vai falar agora. A primeira questão é sobre a falada expropriação daquele minimercado, em que gostava de saber o que se passa concretamente e como está a situação, embora tenha sabido há pouco tempo que o próprio edifício está a ser rebocado e já há uns passeios que vão até ao caminho de ferro. -----

Outra questão é relativa às margens, à requalificação das margens, em que questiona quem realmente vai assumir estes custos. Já não está lembrado se em tempos perguntou, e se o Sr. Presidente lhe respondeu ou se foi o Sr. Vereador que respondeu, mas eram estas duas simples questões. -----

Respondeu o Sr. Presidente que a requalificação das margens vai ter que ser naturalmente a câmara municipal, porque o que ali se tem é muito mais do que uma requalificação do rio propriamente dito. Tem-se ali um parque urbano hoje em dia, dá gosto lá ir, e quando as árvores estiverem em todo o seu esplendor é um magnífico espaço urbano que ali se tem, que já é muito procurado. -----

Por isso, é a câmara municipal que vai ter que manter, a menos que se consiga, se a junta de freguesia estiver disponível, que seja ela a fazer essa manutenção, com a disponibilização dos meios financeiros necessários, como é evidente. -----

Relativamente ao minimercado, a coisa é mais complicada, na medida em que a arrendatária queria um valor que era substancialmente superior àquilo a que já se tinha chegado a acordo com as proprietárias. O valor que a arrendatária pedia não tinha sentido, no ponto de vista da câmara municipal, mas assim que a senhora que está a explorar o mercado tiver condições de fazer outra sugestão, outra proposta, é uma coisa que está em aberto. Senão, aquilo fica lá, e fica lá muito bem. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **158**

Reunião de 2015/06/17

Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____ **386**

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – 3º PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA DO PONTÃO RODOVIÁRIO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 800/15, de 05/06, do DOVI/DOVI, para aprovação do 3º processo de revisão de preços provisória dos trabalhos contratuais, relativo à construção do novo pontão rodoviário e respetivos restabelecimentos, para o período entre dezembro de 2011 e abril de 2015, no valor de 3 163,46€, acrescido do IVA, referente à empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construção, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 800/15, de 05/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 39 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 159

Reunião de 2015/06/17

Procº EDUCA.00SE.004.

Deliberação nº 387

1. Assunto: PROTOCOLOS PARA ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – ANO LETIVO 2015/2016 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 306/15, de 02/06, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com os agrupamentos de escolas do concelho, associações de pais, encarregados de educação e IPSS/Coletividades, para a utilização de instalações no âmbito da organização de atividades de tempos livres – ATL, para o ano letivo 2015/2016.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 306/15, de 02/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2015 – ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 169/15, de 11/06, do DEC/DCTPM/Turismo, para aprovação das questões relativas à organização e procedimentos da Feira Anual de Outubro de 2015, que deverão, posteriormente, ser publicitadas através de edital. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 169/15, de 11/06, do DEC/DCTPM/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 161

Reunião de 2015/06/17

Procº DCTAE.00DM.

Deliberação nº 389

1. Assunto: CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO: "MÁRIO COELHO: DA PRATA AO OURO" – PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 221/15, de 02/06, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação do preço de venda ao público do catálogo da exposição "Mário Coelho: Da prata ao ouro", pelo valor unitário de 15,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 221/15, de 02/06, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 162

Reunião de 2015/06/17

Procº _____

Deliberação nº 390

1. Assunto: PROTOCOLO DE GESTÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS ESCOLARES –
ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 198/15, de
05/06, do DASDEDS/DDE, para aprovação da alteração das dotações estabelecidas
aquando da renovação dos protocolos de gestão dos pavilhões desportivos
escolares, relativamente aos agrupamentos de escolas da Póvoa de Santa Iria, do
Bom Sucesso e Professor Reynaldo dos Santos.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 198/15, de 05/06, do
DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Félix. -----

Fl. Ata 163

Reunião de 2015/06/17

Proc^o

Deliberação nº **391**

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA -----

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. _____



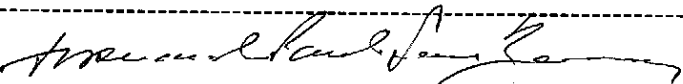
Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 164
Reunião de 2015/06/17

Encerramento às 14h15. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/07/15, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Vítor Moreira, Margarida Cavaleiro e Ana Paula Bayer, por não terem estado presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,


- Alberto Simões Maja Mesquita -